

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

BEATRIZ MARTINS ARRUDA

**O FENÔMENO DE ECOVILAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CAMPINAS

2018

BEATRIZ MARTINS ARRUDA

**O Fenômeno de Ecovilas no Brasil Contemporâneo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo. Área de concentração: Urbanismo.

Orientadora: Patricia Rodrigues Samora.

Campinas

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313  
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4 Arruda, Beatriz Martins.  
A779f O fenômeno de Ecovilas no Brasil contemporâneo / Beatriz Martins  
Arruda. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.  
204f.

Orientadora: Patrícia Rodrigues Samora.  
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas,  
Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação  
em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Comunidade urbana - Desenvolvimento. 3.  
Sustentabilidade. 4. Mapeamento do meio ambiente. I. Samora, Patrícia  
Rodrigues. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de  
Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanis-  
mo. III. Título.

CDD – 22. ed. t711.4

**BEATRIZ MARTINS ARRUDA**

**“O FENÔMENO DE ECOVILAS NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patricia Rodrigues Samora

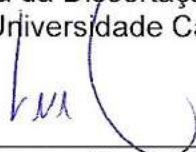
Dissertação defendida e aprovada em 27 de Junho de 2018 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Patricia Rodrigues Samora**

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Laura Machado de Mello Bueno**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



---

**Prof. Dr. Sidney Piochi Bernardini**

Universidade Estadual de Campinas

*Dedico este trabalho  
à memória de minha mãe  
e a todos aqueles que acreditam  
ser possível começar a mudar o mundo  
a partir da revolução íntima e do cotidiano.*

# Agradecimentos

Agradeço a Deus e à oportunidade da vida;

Agradeço à minha família, em especial ao meu querido pai e ao meu grande amor, Cauli;

Agradeço à PUC-Campinas e ao apoio financeiro da CAPES;

Agradeço aos professores, aos funcionários e aos colegas do POSURB;

Agradeço à profa. Dra. Patricia Rodrigues Samora, minha orientadora, que me encorajou na pesquisa, contribuiu com questionamentos, discussões, desafios, temas e autores, com muita seriedade, num ambiente intelectual estimulante e acolhedor;

Agradeço ao NAU e às oportunidades de reunião e de participação em atividades acadêmicas extra-curriculares, pelo convívio agradável e pelo bom trabalho em equipe;

Agradeço especialmente à amizade da Ma. Erika Soares Carvalho Vilela, grande companheira na produção de trabalhos e artigos científicos, congressos, viagens, caronas e cafés-da-tarde;

Não poderia deixar de mencionar os bons momentos compartilhados com os colegas Ma. Gabrielle Astier De Villatte Wheatley Okretic, Ma. Julia Lopes de Souza e Me. Samuel Machado Mantovani, bem como o incentivo dos professores Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Dra. Laura Machado de Mello Bueno, Dr. Luiz Augusto Maia Costa e Dr. Manoel Lemes da Silva Neto;

Agradeço aos aprendizados e às experiências acumuladas ao longo deste curso de pós-graduação;

Agradeço às amigas Mariana Heureux, Alieth Cavassa e Susan Moreno pelo carinho e apoio fora do meio acadêmico;

Agradeço ao crescente interesse em maneiras ecológicas de viver no mundo e no Brasil e, principalmente, que o universo das ecovilas seja objeto não apenas de curiosidade, mas de identificação e de possibilidade para cada vez mais pessoas;

Agradeço àqueles que aventuram-se num projeto de ecovila como projeto de vida, aos exemplos que proporcionam e, principalmente, ao estímulo a repensar sobre como habitamos a Terra;

Agradeço aos autores em que me amparei para realizar o presente estudo do fenômeno de ecovilas, em particular aos colegas brasileiros;

Agradeço a todos aqueles trabalhadores que de alguma forma colaboraram para a realização deste material: desde as plantações da produção industrial de papel, até aos softwares utilizados como ferramentas de pesquisa, incluindo os transportes e as operações comerciais, enfim, todo o caminho percorrido desde a origem na Natureza até a chegada aos olhos de alguém.

*A integridade de cada um de nós está alinhada com aquilo que pensamos, e busca compatibilidade com o que dizemos e fazemos. Mesmo que estejamos em um momento no qual realizar isso plenamente ainda não seja possível, quem está nesse processo de alinhamento está inteiro.*

Dra. Ana Claudia Quintana Arantes



# Resumo

O trabalho investigou a abrangência científica e geográfica do fenômeno socioespacial das ecovilas no Brasil. Buscou-se compreender a emergência do conceito de ecovila desde suas origens históricas como movimento antissistema, até seus fundamentos teóricos contemporâneos, destacando-se o entendimento da sustentabilidade nas dimensões ecológica, econômica, social e espiritual. Verificou-se também a presença do tema na sociedade, em especial dentro da academia, realizando um estudo de revisão dos trabalhos brasileiros sobre ecovilas. A partir desses trabalhos e de bancos de dados, realizou-se um mapeamento das experiências que se identificam com o conceito de ecovilas no país, localizando-as e caracterizando-as, de modo a obter uma visão geral da sua dispersão e a atuação no território brasileiro. Constatou-se a presença de ecovilas em dezessete estados e no Distrito Federal. Identificou-se, ainda, diversos empreendimentos, comunidades e famílias que se inspiram nas ecovilas para tornar casas, sítios, instituições e negócios mais sustentáveis. Embora quase 80% dos municípios que abrigam essas iniciativas sejam de pequeno porte, têm maior presença nas regiões onde a rede urbana brasileira é mais bem servida de infraestrutura e serviços. Isto somado às atividades educacionais e turísticas existentes de forma ampla nas ecovilas e projetos afins demonstrou que, diferentemente de comunidades alternativas de tempos anteriores, na atualidade há interação ativa com o sistema hegemônico. A ciência sobre ecovilas é recente e multidisciplinar, com frentes de estudos já abertas em vinte Grandes Áreas do Conhecimento, predominantemente em Arquitetura, Urbanismo e Design. Observou-se a necessidade de maior articulação entre estudiosos de diferentes formações profissionais que se dedicam tema para sua efetiva consolidação no contexto científico.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, hábitat humano, comunidade intencional, comunidade sustentável, comunidade ecológica, ecovila, mapeamento, estado da arte.

# Abstract

The work investigated the scientific and geographic coverage of the socio-spatial phenomenon of ecovillages in Brazil. We sought to understand the emergence of the concept of ecovillage since its historical origins as an anti-system movement, as well as its contemporary theoretical foundations, emphasizing the understanding of sustainability in the ecological, economic, social and spiritual dimensions. We also verified its presence in society, especially within the academy, conducting a review study of Brazilian works on ecovillages. From these works and other databases, we built up a map of ecovillages and other projects that identify themselves with the concept in the country, and characterized them, in order to obtain an overview of their dispersion and performance on Brazilian territory. We located ecovillages in seventeen states and in the Federal District too. We identified several enterprises, communities and families also, somehow inspired by the ecovillage ideas to make houses, farms, institutions and various businesses sites more sustainable. Despite the fact that almost 80% of the municipalities that host these initiatives are small, they have a greater presence in regions where the Brazilian urban network is better served by infrastructure and services. This added to the educational and tourist activities existing in a wide way in the ecovillages and related projects showed that, unlike alternative communities of previous times, there is currently active interaction between them and the hegemonic system. Although the science about ecovillages is recent, its multidisciplinary nature has enabled studies in twenty major areas of knowledge within Brazilian academy, predominantly in Architecture, Urbanism and Design. We point out the need for greater articulation between researchers with different professional backgrounds who are dedicated to ecovillages for their effective consolidation as a theme in scientific context.

**Keywords:** Sustainability, human habitat, intentional community, sustainable community, ecological community, ecovillage, mapping, state of the art.

# Lista de Figuras

<b>Figura 1.1:</b>	Favela Paraisópolis e condomínio vertical de luxo, Morumbi, São Paulo, SP	<b>25</b>
<b>Figura 1.2:</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.	<b>29</b>
<b>Figura 1.3:</b>	Os 5 P's do Desenvolvimento Sustentável.	<b>32</b>
<b>Figura 1.4:</b>	Espectro dos níveis de organização.	<b>34</b>
<b>Figura 1.5:</b>	Escala de estudo e planejamento de assentamentos humanos.	<b>51</b>
<b>Figura 2.1:</b>	Ecovila Findhorn, Escócia.	<b>70</b>
<b>Figura 2.2:</b>	Hildur Jackson (1942-2015).	<b>73</b>
<b>Figura 2.3:</b>	Projeto Integrado de Sistemas Completos.	<b>80</b>
<b>Figura 2.4:</b>	Escritórios administrativos da Rede Global de Ecovilas.	<b>82</b>
<b>Figura 2.5:</b>	Proposta de reestruturação da rede CASA-Brasil	<b>83</b>
<b>Figura 2.6:</b>	Ecovilas no mundo.	<b>86</b>
<b>Figura 2.7:</b>	Proporção da distribuição de ecovilas no mundo.	<b>87</b>
<b>Figura 2.8:</b>	Proporção da distribuição de comunidades intencionais no mundo.	<b>88</b>
<b>Figura 2.9:</b>	Distribuição de comunidades intencionais no continente americano.	<b>89</b>
<b>Figura 2.10:</b>	Proporção da distribuição de ecovilas nos Estados Unidos por localização.	<b>91</b>
<b>Figura 3.1:</b>	Nuvem de palavras-chave.	<b>115</b>
<b>Figura 3.2:</b>	Produção de dissertações e teses brasileiras sobre ecovilas (2000-2016)	<b>116</b>
<b>Figura 3.3:</b>	Casos brasileiros estudados em teses e dissertações da PG-BR (2000-2016).	<b>121</b>
<b>Figura 3.4:</b>	Dispersão das ecovilas brasileiras da literatura (2000-2016) no território.	<b>124</b>
<b>Figura 3.5:</b>	Proporção das ecovilas estrangeiras estudadas na PG-BR (2000-2016).	<b>125</b>
<b>Figura 4.1:</b>	Municípios brasileiros com ecovilas (2017).	<b>144</b>

<b>Figura 4.2:</b>	Levantamento populacional das ecovilas no mundo.	<b>145</b>
<b>Figura 4.3:</b>	Proporção de registros por Regiões da Federação.	<b>146</b>
<b>Figura 4.4:</b>	Número de registros por Unidades da Federação.	<b>147</b>
<b>Figura 4.5:</b>	Rede Urbana Brasileira em 2007.	<b>149</b>
<b>Figura 4.6:</b>	Proporção de municípios por Unidade da Federação.	<b>151</b>
<b>Figura 4.7:</b>	Proporção de municípios com ecovilas por hierarquia na Rede Urbana.	<b>152</b>
<b>Figura 4.8:</b>	Inserção dos municípios com ecovilas na Rede Urbana brasileira.	<b>153</b>

# Lista de Quadros

<b>Quadro 1.1:</b>	Cronologia de eventos históricos: ONU e sustentabilidade do hábitat.	<b>27</b>
<b>Quadro 1.2:</b>	Princípios da Ecologia.	<b>35</b>
<b>Quadro 2.1:</b>	Histórico das contraculturas espaciais.	<b>54</b>
<b>Quadro 2.2:</b>	Contraculturas espaciais estadunidenses do século XIX.	<b>55</b>
<b>Quadro 2.3:</b>	Fotos do espaço da Comunidade Hippie de Arembepe, BA, Brasil.	<b>64</b>
<b>Quadro 2.4:</b>	Janis Joplin na Comunidade Hippie de Arembepe, BA.	<b>66</b>
<b>Quadro 2.5:</b>	Comunidade <i>co-housing</i> Sættedammen, Dinamarca.	<b>68</b>
<b>Quadro 2.6:</b>	Movimentos contraculturais inspiradores do movimento de ecovilas.	<b>71</b>
<b>Quadro 2.7:</b>	Comunidades fundadoras da Rede Global de Ecovilas.	<b>77</b>
<b>Quadro 2.8:</b>	Comunidades intencionais brasileiras cadastradas no diretório da FIC.	<b>90</b>
<b>Quadro 2.9:</b>	A estrutura do conceito ecovila.	<b>102</b>
<b>Quadro 3.1:</b>	Resumo dos trabalhos encontrados.	<b>110</b>
<b>Quadro 3.2:</b>	Localização dos trabalhos encontrados.	<b>110</b>
<b>Quadro 3.3:</b>	Pesquisas brasileiras sobre ecovilas por áreas do conhecimento.	<b>112</b>
<b>Quadro 3.4:</b>	Agrupamento de tendências de pesquisas brasileiras sobre ecovilas.	<b>113</b>
<b>Quadro 3.5:</b>	Distribuição dos trabalhos sobre Ecovilas na Grande Área Arquitetura e Urbanismo.	<b>114</b>
<b>Quadro 3.6:</b>	Produção de Dissertações e Teses sobre ecovilas - Áreas e Instituições.	<b>117</b>
<b>Quadro 3.7:</b>	Quantificação dos tipos de estudos sobre ecovilas na PG-BR (2000-2016).	<b>121</b>
<b>Quadro 3.8:</b>	Reuniões Anuais SBPC e ecovilas.	<b>133</b>
<b>Quadro 3.9:</b>	Pesquisa com o radical de busca “ecovila” nos buscadores Google e Google Acadêmico.	<b>134</b>

<b>Quadro 4.1:</b>	Estimativa de residentes em ecovilas no Brasil.	<b>146</b>
<b>Quadro 4.2:</b>	Municípios brasileiros segundo hierarquia na rede urbana.	<b>150</b>
<b>Quadro 4.3:</b>	Hierarquia urbana de municípios brasileiros com ecovilas.	<b>152</b>
<b>Quadro 4.4:</b>	Categorias de comunidades (I).	<b>155</b>
<b>Quadro 4.5:</b>	Categorias de comunidades (II).	<b>157</b>
<b>Quadro 4.6:</b>	Categorias de comunidades (III).	<b>159</b>
<b>Quadro 4.7:</b>	Comparação entre atributos de assentamentos humanos.	<b>163</b>
<b>Quadro 4.8:</b>	Categorização dos registros encontrados.	<b>163</b>
<b>Quadro A.1:</b>	Registros na Região Norte.	<b>195</b>
<b>Quadro A.2:</b>	Registros na Região Nordeste.	<b>196</b>
<b>Quadro A.3:</b>	Registros na Região Centro-Oeste.	<b>197</b>
<b>Quadro A.4:</b>	Registros na Região Sudeste.	<b>199</b>
<b>Quadro A.5:</b>	Registros na Região Sul.	<b>202</b>
<b>Quadro A.6:</b>	Resumo categorizado dos resultados regionais.	<b>203</b>

# Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>ABRASCA</b>	Associação Brasileira de Comunidades Alternativas (ou Aquarianas)
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BRICS</b>	Entidade político-diplomática formada por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CMMAD</b>	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CSA</b>	<i>Community Supported Agriculture</i> (Comunidade que Sustenta a Agricultura)
<b>CO</b>	Região Centro-Oeste do Brasil
<b>DF</b>	Distrito Federal do Brasil
<b>DS</b>	Desenvolvimento Sustentável
<b>DIY</b>	<i>Do It Yourself</i> (Faça Você Mesmo)
<b>FIC</b>	<i>Fellowship for Intentional Communities</i> (Irmandade para Comunidades Intencionais)
<b>GEN</b>	<i>Global Ecovillage Network</i> (Rede Global de Ecovilas)
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia
<b>ICD</b>	<i>Intentional Communities Directory</i> (Diretório de Comunidades Intencionais)
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IPCC</b>	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>LATTES</b>	Sistema de Informações do CNPq
<b>N</b>	Região Norte do Brasil
<b>MST</b>	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NAU</b>	Núcleo de Apoio ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

<b>NE</b>	Região Nordeste do Brasil
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ODM</b>	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
<b>ODS</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONU-HABITAT</b>	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PG-BR</b>	Pós-Graduação Brasileira
<b>POSURB</b>	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
<b>RPPN</b>	Reserva Particular do Patrimônio Natural
<b>S</b>	Região Sul do Brasil
<b>SBPC</b>	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
<b>SciELO</b>	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (Biblioteca Eletrônica Científica Online)
<b>SE</b>	Região Sudeste do Brasil
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>4-D</b>	Quatro dimensões



# Sumário

<b>Dedicatória</b>	<b>04</b>
<b>Agradecimento</b>	<b>05</b>
<b>Epígrafe</b>	<b>07</b>
<b>Resumo</b>	<b>08</b>
<b>Abstract</b>	<b>09</b>
<b>Lista de Figuras</b>	<b>10</b>
<b>Lista de Quadros</b>	<b>12</b>
<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b>	<b>16</b>
<b>Introdução</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Sustentabilidade do hábitat humano</b>	<b>22</b>
<b>1.1) A crise do hábitat contemporâneo: insustentabilidade e desigualdade</b>	<b>22</b>
<b>1.2) Discussões oficiais em âmbito global sobre a sustentabilidade</b>	<b>26</b>
<b>1.3) Consciência ecológica para um hábitat sustentável</b>	<b>33</b>
1.3.1) Princípios da Ecologia	33
1.3.2) Percepção da Natureza	37
1.3.3) Alienação e dependência no hábitat urbanizado	38
<b>1.4) Territórios do hábitat em meio à incerteza do futuro</b>	<b>43</b>
<b>1.5) O cotidiano como chave para mudança em escala global</b>	<b>45</b>
1.5.1) Consumo consciente	47
1.5.2) Produção ecológica	48
1.5.3) Escalas de ação sobre os assentamentos humanos	49

<b>Capítulo 2</b>	
<b>As múltiplas dimensões das ecovilas: história, conceito e exemplos</b>	<b>53</b>
<b>2.1) Um olhar histórico: Ecovilas como contraculturas espaciais</b>	<b>53</b>
<b>2.1.1) Contraculturas espaciais pioneiras</b>	<b>55</b>
2.1.1.1) Utopistas do século XIX	55
2.1.1.2) Utopistas no Brasil	58
<b>2.1.2) Contraculturas espaciais rebeldes</b>	<b>59</b>
2.1.2.1) Comunidade <i>hippie</i>	63
2.1.2.2) Comunidade <i>cohousing</i>	66
<b>2.1.3) Contraculturas espaciais contemporâneas</b>	<b>70</b>
<b>2.2) Ecovila: as origens do conceito e do movimento global organizado</b>	<b>73</b>
2.2.1) Idealização e pesquisa	73
2.2.2) Formação da Rede Global de Ecovilas	76
2.2.3) Programa Educação GAIA	79
2.2.4) Estrutura organizacional da Rede Global de Ecovilas	81
2.2.5) Um olhar crítico sobre a origem histórica do movimento global de ecovilas	83
<b>2.3) Dispersão atual das ecovilas pelo mundo</b>	<b>85</b>
<b>2.4) Mas, afinal, como definir ecovila?</b>	<b>91</b>
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Estado da arte sobre o estudo de ecovilas no Brasil</b>	<b>104</b>
<b>3.1) Notas metodológicas</b>	<b>105</b>
<b>3.2) Quantificação e tipificação</b>	<b>110</b>
<b>3.3) Localização</b>	<b>110</b>
<b>3.4) Instituições de origem</b>	<b>111</b>
<b>3.5) Grandes Áreas do Conhecimento</b>	<b>112</b>
<b>3.6) Palavras-chave</b>	<b>114</b>
<b>3.7) Produção de dissertações e teses no Repositório da CAPES</b>	<b>116</b>
<b>3.8) Produção de dissertações e teses no Repositório IBICT</b>	<b>118</b>
<b>3.9) Artigos</b>	<b>118</b>

<b>3.10) Trabalhos inaugurais</b>	<b>119</b>
<b>3.11) Natureza e conteúdo</b>	<b>120</b>
<b>3.12) Mapeamento das ecovilas brasileiras conhecidas</b>	<b>123</b>
<b>3.13) Ecovilas estrangeiras</b>	<b>125</b>
<b>3.14) Pesquisas Empíricas</b>	<b>126</b>
<b>3.15) Fontes e temas de pesquisa</b>	<b>127</b>
<b>3.16) Arquitetura e Urbanismo e Engenharias</b>	<b>129</b>
<b>3.17) Categorias de Análise</b>	<b>130</b>
<b>3.18) Pesquisadores</b>	<b>131</b>
<b>3.19) Linhas de Pesquisa</b>	<b>132</b>
<b>3.20) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)</b>	<b>133</b>
<b>3.21) Mecanismos de busca mais populares</b>	<b>134</b>
<b>3.22) Visão Geral</b>	<b>135</b>
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Localização e caracterização das ecovilas brasileiras</b>	<b>141</b>
<b>4.1) Notas metodológicas</b>	<b>142</b>
<b>4.2) Localização das ecovilas no Brasil</b>	<b>144</b>
<b>4.3) População estimada das ecovilas no Brasil</b>	<b>145</b>
<b>4.4) Visão geral: um resumo dos resultados regionais</b>	<b>146</b>
<b>4.5) As ecovilas na rede urbana brasileira</b>	<b>148</b>
<b>4.6) Caracterização</b>	<b>154</b>
<b>4.7) Proposta de Categorização</b>	<b>162</b>
4.7.1) A) Ecovilas falso-positivo	164
4.7.2) B) Ecomércios ou ecocentros	164
4.7.3) C) Ecocasas ou ecosítios	165
4.7.4) D) Econdomínios	165
4.7.5) E) Ecovilas	166
4.7.5.1) Ecovilas Institucionais	167

4.7.5.2) Ecovilas Funcionais	168
4.7.6) F) Ecovila plena	168
<b>Considerações Finais</b>	<b>170</b>
<b>Referências</b>	<b>174</b>
<b>Apêndice I</b>	<b>194</b>

# Introdução

O conceito de ecovilas refere-se a formas particulares de organização socioespacial de grupos populacionais reunidos em comunidade, com atenção especial às questões ambientais e aos laços sociais, ambos aspectos enfraquecidos e fragmentados pelos processos de alienação e individualização iniciados com a modernidade. Tratam-se de experiências que oferecem um interessante campo de pesquisa sobre modos de apropriação humana do território sob uma perspectiva ecológica, a qual inclui, muitas vezes, a adoção de religiões ou filosofias específicas, além de estratégias de organização social e de sobrevivência econômica dos grupos envolvidos. Como modalidade de organização humana que se manifesta com recorrência cada vez maior em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, (GEN, 2017; FIC, 2017) as ecovilas despertam crescente interesse em leigos e cientistas de diferentes áreas do conhecimento (WAGNER, 2012) e constituem um campo de estudos recente também para as áreas da arquitetura, do planejamento e da gestão urbanos .

Como fenômeno contemporâneo, muitas ecovilas encontram-se ainda em processo de formação e a manutenção desses assentamentos ao longo do tempo enfrenta muitas dificuldades (GILMAN, 1991). O conjunto de valores subjacentes às ecovilas (o que é contra e para quem se configura), bem como as formas de materialização dos mesmos no espaço entrelaçam-se com temas variados que, em muitos aspectos, questionam paradigmas (KUHN, [1962]/2013) fortemente arraigados na cultura ocidental. Tendo em vista as múltiplas crises relacionadas ao hábitat humano atual, o momento é oportuno para ampliar o conhecimento teórico e compreender os valores e as estratégias que compõem modos alternativos de viver. Só assim é possível avaliar se há consistência nessas propostas frente aos desafios ambientais, econômicos, sociais e políticos do Brasil para o século XXI.

Durante a pesquisa exploratória de caráter bibliográfico, foi observada uma oportunidade de inserção do tema em um panorama espacial maior, de amplitude nacional, ainda pouco explorado, mas pertinente aos campos da gestão e do planejamento urbanos. Assim, espera-se contribuir com uma visão geral sobre a versão brasileira de um fenômeno cuja elaboração teórica e organização formal como movimento tiveram início nos anos 1990 nos países nórdicos (JACKSON; JACKSON, 2004). Para tanto, buscou-se compreender o discurso orientador e identificar as práticas adotadas, para então discernir entre as formulações teóricas do movimento global de ecovilas e o movimento que de fato há no Brasil, bem como apresentar e discutir o conhecimento que a sociedade acadêmica brasileira já construiu acerca do fenômeno.

Portanto, o objetivo geral deste estudo é conhecer o movimento de ecovilas no território brasileiro. Para cumprir tal tarefa, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. Compreender o significado contemporâneo da sustentabilidade e como este se relaciona com o modo de viver urbano;
2. Compreender as raízes históricas da formação do conceito ecovila como um outro modo de vida;
3. Compreender os fundamentos teóricos das ecovilas a partir de definições, nomenclaturas e conceitos correlatos;
4. Coletar dados que auxiliem na espacialização e na caracterização das ecovilas presentes no território nacional.

Apresenta-se a seguir a estrutura desta dissertação:

O capítulo 1 discorre sobre o conceito de sustentabilidade do hábitat humano na contemporaneidade. Inicia-se com uma abordagem integrada de problemas do meio ambiente e de desigualdade socioeconômica. Em seguida, apresenta o discurso orientador da sustentabilidade em caráter oficial de nível global e o paradigma holístico e sistêmico da ecologia. Problematiza o modo de viver urbano e propõe um

olhar urbanístico que considera as ações próprias da escala do cotidiano para lidar com os desafios socioambientais.

No capítulo 2 a definição do termo ecovila é precedida de uma investigação histórica sobre experiências comunais antecedentes, situando a evolução do fenômeno no tempo e no espaço. A partir do quadro contextual apresentado no capítulo 1, da retrospectiva histórica, das definições e dos exemplos apresentados, depreendeu-se o caráter multidimensional das ecovilas, por meio da identificação dos principais valores orientadores de suas propostas para assentamentos humanos sustentáveis.

O capítulo 3 iniciou-se como uma pesquisa exploratória de para reunir os estudos empíricos realizados em ecovilas brasileiras, de modo obter uma aproximação com o fenômeno a nível local através de trabalhos anteriores. Esta investigação evoluiu para um estudo de revisão da produção científica brasileira sobre o tema que, além de auxiliar na identificação de ecovilas brasileiras, também permitiu uma visão geral sobre a ciência desenvolvida sobre o assunto no país. Nesse sentido, quantificou os trabalhos, identificou a origem geográfica, institucional e as áreas do conhecimento. Como resultado, obteve-se um banco de dados atual sobre as pesquisas *stricto sensu* relacionadas às ecovilas no país. A partir disso, debateu sobre os conteúdos abordados, os pesquisadores e as tendências de pesquisa e apontou possibilidades de maior projeção do tema no meio científico brasileiro.

O capítulo 4 realizou um mapeamento e uma caracterização dos tipos de ecovilas encontradas no Brasil a partir dos estudos reunidos na literatura científica nacional. Utilizou como fonte principal as pesquisas empíricas conduzidas em ecovilas brasileiras reunidas no capítulo 3, de modo a retratar o fenômeno com base em dados coletados em primeira mão. Estas informações foram complementadas por pesquisa na internet com informações disponibilizadas pelas próprias ecovilas em seus próprios sites, blogs ou páginas de Facebook. Também foram agregadas informações provenientes de bancos de dados *on-line* (GEN e ICD) e de algumas visitas presenciais realizadas pela autora desde a época da elaboração do projeto de pesquisa (2015) até o exame de qualificação do mestrado (2017).

# Capítulo 1

## Sustentabilidade do hábitat humano

Inicia-se com a introdução do tema sustentabilidade, abordando-se a relação entre os problemas do meio ambiente e da desigualdade socioeconômica. Apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável e os princípios do pensamento ecológico, relacionando-os com o hábitat humano. A partir disso, problematiza a urbanização e o modo de viver urbano e propõe um olhar para as ações endógenas na sociedade de consumo, aquelas mudanças operadas na escala do cotidiano como meio de lidar com os desafios socioambientais.

### **1.1) A crise do hábitat contemporâneo: insustentabilidade e desigualdade**

A crise urbano-ambiental enfrentada no mundo atualmente possui uma estreita relação com os modos de viver desenvolvidos no seio das modernas sociedades urbano-industriais. O sistema econômico desempenha importante papel na conformação dos hábitos cotidianos e dos valores que caracterizam as sociedades de consumo (HARVEY, 2008). A supremacia dos interesses econômicos prioriza modelos de produção que exploram, degradam e poluem ecossistemas naturais (ACSELRAD, 2008; HARVEY, 2008), bem como motiva a construção de cidades excludentes, que falham na equalização da oferta de moradia digna e serviços urbanos para suas populações (DAVIS, [2006]/2015). Ademais, os efeitos decorrentes da crise atingem a sociedade de maneira desigual, resultando em injustiças, que além de sociais, são também ambientais (ACSELRAD, 2002).

Levando em conta que 54,5% da população mundial habita áreas urbanas, (UNITED NATIONS, 2016), pode-se dizer que a cidade é o habitat das sociedades contemporâneas. O hemisfério sul abriga 24 das 31 megacidades existentes e estima-se que as 10 próximas cidades esperadas a se transformar em megacidades até 2030 estão localizadas em países em desenvolvimento (UNITED NATIONS,



2016). Esta previsão indica que a parcela mais pobre da população mundial está aumentando. Enquanto isso, os países centrais do capitalismo se beneficiam, em seus territórios, da acumulação econômica extensiva (ACSELRAD, 2008) e de outras vantagens proporcionadas pela globalização dos custos humanos e ambientais associados à produção de bens de consumo, bens intermediários e bens de capitais e à especulação financeira. Para Capra (2002), a espécie humana coloca sua própria sobrevivência em risco ao insistir num paradigma de desenvolvimento linear, predatório, competitivo e que enaltece um padrão de vida e uma cultura de consumo incompatíveis com a capacidade física do planeta Terra.

Num futuro marcado pela incerteza quanto à disponibilidade de água potável, alimentos, energia, entre outros recursos substanciais para a continuidade das sociedades urbanas tais como são hoje (MEADOWS et. al., 1972; BONN, 1992), pensar outros modelos de assentamentos humanos é tarefa urgente e não apenas necessária para o futuro (CAPRA, 2002). Miséria, fome, doenças e violência são alguns sintomas bastante atuais que sinalizam a precariedade social do sistema em relação à dignidade humana e que requerem contestação imediata, além de saídas alternativas. Ainda que as problemáticas relativas à qualidade de vida humana apresentem-se em diversas escalas, níveis de intensidade e contextos com especificidades territoriais, socioculturais e político-econômicas, todas encerram-se num só planeta. As mudanças climáticas, por exemplo, colocam em evidência a globalidade da questão ambiental.

Há coincidência direta entre as desigualdades de renda e de contribuição para as mudanças climáticas a nível mundial (OXFAM, 2015). A Pegada de Carbono é um índice utilizado para medir os impactos do estilo de vida sobre a biosfera, pois quantifica os efeitos da utilização dos recursos sobre o clima (WORLD WILDLIFE FUND FOR NATURE, 2017). Considerando a população global e a emissão de CO<sub>2</sub> per capita, o 1% mais rico detém um estilo de vida que emite 49% do CO<sub>2</sub> mundial, enquanto os 50% mais pobres (cerca de 3,5 bilhões de pessoas) respondem por 10% do total de emissões (OXFAM, 2015). Ao comparar a Pegada de Carbono média de alguns estratos econômicos da população mundial, OXFAM (2015) revelou

que a dos 10% mais ricos equivale a 175 vezes a dos 10% mais pobres. Logo, uma maior capacidade de consumo reflete num estilo de vida mais poluente, pois quanto maior a renda, maior também a quantidade de emissão de gases do efeito estufa por pessoa. Dentre os 10% que mais emitem CO<sub>2</sub> no mundo, a maior parte vive nos países ricos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e cerca de um terço destes provém dos Estados Unidos da América (EUA) (OXFAM, 2015).

Tal desproporcionalidade não está limitada às nações, mas também ocorre dentro delas. Dados de OXFAM (2015) mostram que em economias emergentes como Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) as emissões são altas e crescem rapidamente. Ainda assim, os estilos de vida dos cidadãos mais ricos desses países resultam em emissões um pouco atrás de suas contrapartes nas maiores economias da OCDE. Ao mesmo tempo, as emissões dos mais pobres entre os emergentes permanecem significativamente mais baixas do que das pessoas mais pobres nos países da OCDE. Os BRICs e a África do Sul concentram quase 50% da população mundial e apresentam diversidade significativa nas distribuições de renda e nas emissões de suas populações. Porém têm em comum economias altamente desiguais, o que implica em alta desigualdade de emissões e de tamanho da Pegada de Carbono entre seus cidadãos (OXFAM, 2015). Há quase uma década, o Observatório das Desigualdades já alertava para a necessidade imediata de mudanças sociais profundas nos BRICs, sob o risco de se consolidarem como "potências globais riquíssimas com populações pobres e sem oportunidade de mobilidade social" (SILVÉRIO, 2010).

O Brasil é o décimo país com maior desigualdade de renda no mundo (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016). A riqueza dos 4.225 brasileiros multimilionários (0,002% da população) corresponde a 37% do PIB do país (OXFAM, 2016). Considerando somente os 124,4 milhões de habitantes que possuem algum tipo de rendimento no país (60,5% da população total), o rendimento médio mensal no ano de 2016 para 21,43% (44,5 milhões) foi de R\$ 747, enquanto 0,4% (889 mil) receberam R\$ 27 mil por mês, em média, ou seja, um valor 36 vezes maior

(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Conforme apontado por IBGE (2017), a pesquisa considerou somente domicílios particulares permanentes, então provavelmente o cenário da desigualdade seria ainda maior caso moradias precárias como barracos, por exemplo, tivessem sido contabilizadas. Não seria possível pretender lidar com a questão urbano-ambiental no Brasil sem considerar a existência de universos extremos de padrão de vida e de capacidade de consumo que, necessariamente, envolvem tipos de impactos ambientais, constrangimentos sociais e formas de ocupação e uso do solo bastante distintos. Em termos de hábitat humano, a célebre fotografia de Vieira (2003) mostra uma maneira pela qual tal contraste se materializa na capital paulista (Figura 1.1).

Figura 1.1: Favela Paraisópolis e condomínio vertical de luxo, Morumbi, São Paulo, SP.



Fonte: Vieira (2003).

As incertezas climáticas apontam para a necessidade de produção de outros modos de vida, menos consumidores e menos poluentes. Em relação à morfologia urbana, habitação e transporte têm importância fundamental para a redução da Pegada de Carbono das populações. A intensa dependência de meios de transporte movidos a combustíveis fósseis para circulação de mercadorias e de pessoas colabora globalmente para a intensificação do efeito estufa e localmente para formação de

chuva ácida e de ilhas de calor (BUENO, 2013). O deslocamento pendular intra-urbano e regional motivado pela concentração das atividades econômicas e dos serviços urbanos em poucas centralidades intensifica os processos poluentes e ainda causa uma série de danos para a saúde humana (SALDIVA, 2016).

No Brasil, os problemas contemporâneos acrescentaram novas preocupações de ordem ambiental às questões sociais ainda não solucionadas pela urbanização incompleta (MONTE-MÓR, 1994), que tornaram-se ainda mais complexas. Nesse sentido, cabe salientar que a desigualdade social impõe diferentes necessidades e desafios que requerem respostas também diferenciadas. A fotografia de Vieira (2003) e os dados trazidos de Oxfam (2015) e IBGE (2017) corroboram a percepção de que é preciso pensar a sustentabilidade das cidades tendo em vista a grande variação nas condições de habitabilidade e de renda dos seus habitantes.

## **1.2) Discussões oficiais em âmbito global sobre a sustentabilidade**

Quando a ONU foi fundada, em 1945, dois terços da população mundial viviam em zonas rurais. Em 2000, a distribuição da população havia mudado, com metade da população mundial vivendo nas cidades. Além disso, espera-se que em 2050 dois terços da população mundial – cerca de seis bilhões de pessoas – estarão vivendo nas cidades. E enquanto as cidades são o eixo central da produção e do consumo nacional – processos econômicos e sociais que geram riquezas e oportunidades – elas também geram doenças, crimes, poluição e pobreza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018b).

A partir dos anos 1970, com a chamada Revolução Técnico-Científica Informacional, intensifica-se o processo de globalização do capitalismo neoliberal, no qual as crises ambiental e urbana começam a ser percebidas como desafios de grandeza mundial. A publicação do relatório "Limites do Crescimento" (MEADOWS et. al., 1972) evidenciou a iminência dos picos de produção das matrizes energéticas não renováveis (petróleo, carvão e gás), os danos à camada de ozônio e as mudanças climáticas. Desde então, esses temas passam a ocupar espaço privilegiado nas

discussões sobre o futuro da civilização planetária em conferências periódicas de meio ambiente e de desenvolvimento urbano promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), conforme o Quadro 1.1.

Quadro 1.1: Cronologia de eventos históricos: ONU e sustentabilidade do hábitat.

<b>Eventos</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidades</b>	<b>Documentos</b>
1972 Relatório "Limites do Crescimento"			
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano	1972	Estocolmo	Declaração de Estocolmo
Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT I)	1976	Vancouver	Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos
1982 Carta Mundial da Natureza			
1983 Criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)			
1987 Relatório "Nosso Futuro Comum" ou "Relatório Brundtland"			
1988 Criação do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC)			
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou "Cúpula da Terra" ou "Rio-92" ou "Eco-92"	1992	Rio de Janeiro	Agenda 21, Carta da Terra, Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica
1994 Convenção da ONU de Combate à Desertificação			
Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (HABITAT II)	1996	Istambul	Declaração de Istambul
1997 Protocolo de Quioto			
"Cúpula do Milênio"	2000	Nova Iorque	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou "Rio+10"	2002	Joanesburgo	Declaração de Joanesburgo
Conferência das Nações Unidas sobre meio Ambiente Sustentável (CNUDS) ou "Rio+20"	2012	Rio de Janeiro	"O Futuro que Queremos"
Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável	2015	Nova Iorque	Agenda 2030, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
2015 Acordo de Paris			
Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III)	2016	Quito	Nova Agenda Urbana

Fonte: Elaboração própria com base em ONU (2016).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de 1972, realizada em Estocolmo na Suécia, é consensualmente apontada na literatura como marco inicial do despertar da consciência ecológica em âmbito global. Na ocasião deste evento, foram definidos os primeiros princípios diretivos objetivando fomentar o então chamado ecodesenvolvimento, que quase vinte anos mais tarde seria convertido para o conceito de desenvolvimento sustentável conforme definido no relatório "O Nosso Futuro Comum", também conhecido como Relatório Brundtland (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Segundo este documento, o desenvolvimento é sustentável quando atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988). Passado um quarto de século desde a Rio-92, esta definição, ainda que passível de muitas críticas (DIEGUES, 1992; LAYRARGUES, 1997; SACHS, 2000), continua reconhecida mundialmente e segue como referência para pesquisas, nações, instituições públicas e privadas, empresas e organizações.

A Agenda 21, documento firmado por 179 governos participantes da Rio-92, adotou esta definição como seu princípio orientador central e formalizou, pela primeira vez, um plano de ação mundial para o desenvolvimento tendo em consideração simultânea o meio ambiente e o combate à pobreza. Nesta agenda foram estabelecidos objetivos e diretrizes para formulação de programas governamentais em várias áreas para serem aplicados em 3 escalas: global, nacional e local, sob o lema "pensar globalmente, agir localmente". No ano 2000, esse conteúdo foi aperfeiçoado na forma dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que vigoraram como parâmetro de sustentabilidade até o ano de 2015. Com a ocasião da conferência Rio+20 em 2012, foram iniciados os trabalhos para estabelecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), um conjunto de metas para enfrentamento das problemáticas ambientais e para superação da pobreza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Mais recentemente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015, sintetizou as diretrizes fundamentais para a realização dos 17 ODS (Figura 1.2) e a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, realizada em Quito, no Equador, em 2016, estabeleceu a chamada Nova Agenda Urbana.

Figura 1.2: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2018a).

No escopo da Nova Agenda Urbana é papel das cidades enfrentar o desafio de planejar e gerenciar o meio ambiente de modo a fornecer múltiplos benefícios para o aumento da qualidade da vida humana, melhora da eficiência de uso dos recursos naturais e redução do impacto ambiental global (UNITED NATIONS HABITAT III, 2017). Para tanto, UN-HABITAT III (2016, 2017) recomenda mudar a forma de pensar as cidades no sentido de estimular novas tecnologias, práticas e abordagens

que auxiliem alcançar metas ambientais locais (como controle de enchentes) e globais (como diminuição da poluição atmosférica). Também foi incorporado como meta o conceito de resiliência urbana, segundo o qual as cidades desenvolvem a capacidade de mitigar, se adaptar e se recuperar de uma variedade de choques e tensões internas (como o aumento da demanda) e externas (como eventos climáticos extremos). Portanto, o desenho urbano deve incorporar os desafios ambientais no processo de tomada de decisão para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e aumentar a competitividade das cidades (UNITED NATIONS HABITAT III, 2016, 2017). Então, ao mesmo tempo em que a questão ambiental ganha uma abordagem mais integradora, pouco avança em relação ao questionamento da base econômica que estrutura a sociedade planetária, fato evidenciado na exaltação da sustentabilidade como fator de diferenciação entre cidades pela competição de investimentos.

Isto corrobora a percepção de Acsehrad (2010), para quem o entendimento da questão ambiental inicialmente liderado pelo Clube de Roma nessas discussões contém um viés essencialmente utilitário, ou seja, não conflitivo com as bases da industrialização e do crescimento econômico já atingido pelos países capitalistas centrais.

As cidades não são apenas tijolos e cimento: elas simbolizam os sonhos, as aspirações e as esperanças das sociedades. A gestão dos recursos humanos, culturais e intelectuais de uma cidade é, portanto, tão importante para o desenvolvimento harmonioso como a gestão de seus recursos físicos (O Estado das Cidades Mundiais 2008/2009 apud ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018b).

Ainda que a preservação e a conservação da Natureza, da saúde e do bem-estar do humanos marquem presença nos acordos e discursos, é o acúmulo continuado e indefinido de capitais e, portanto, o crescimento econômico, que ocupa as preocupações de uso mais racional dos recursos materiais e energéticos do planeta (ACSELRAD, 2008). No trecho acima destacado de "O Estado das Cidades Mundiais 2008/2009" pode-se identificar que, ao mesmo tempo em que amplia-se a



dimensão do hábitat, ao associar o meio físico ao meio sociocultural, utiliza-se repetidamente a palavra "recurso" para referir-se a pessoas, cultura, ciência e meio ambiente, termo característico da abordagem economicista.

Nas cidades globais ou mundializadas (SASSEN, 2005), tal abordagem se manifesta por meio de requalificações espetaculares (DEBORD, [1967]/2003) de áreas desvalorizadas incrustadas no tecido urbano consolidado. O resultado do movimento de reprodução do capital que acompanha a competição das cidades é o espaço urbano gentrificador, no qual a sustentabilidade é, muitas vezes, item de luxo (TORRES, 2017). Enquanto isso, o vertiginoso crescimento populacional, sobretudo nas cidades dos países periféricos, generalizou o fenômeno da favelização pelo mundo (DAVIS, [2006]/2015). A tentativa de conciliar crescimento econômico e preservação ambiental ainda não foi capaz de promover uma sustentabilidade do hábitat suficientemente inclusiva. A agenda contemporânea do direito à cidade (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO, 2006) encontra-se "cada vez mais sombreadas por projetos ditos verdes, ecológicos e sustentáveis" (TORRES, 2017, p.65). Ainda assim, a Agenda 2030 evoca uma sustentabilidade multidimensional, apoiada em 5 pilares, os chamados "5 P's do Desenvolvimento Sustentável" (Figura 1.3): Pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias.

Na perspectiva da Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), há o reconhecimento de que a forma como as pessoas vivem é fator de distinção entre as sociedades que formam a totalidade da população mundial (pessoas). Isso inclui entender que há diversidade na maneira com que o desenvolvimento humano é conduzido em cada uma delas (prosperidade). Articula-se a partir disto o consumo com a escassez de recursos naturais, sobretudo os de caráter não renovável, as várias formas de poluição, o aquecimento global, o degelo polar e o aumento dos níveis dos mares, a perda da biodiversidade, o desflorestamento e a desertificação, entre outros problemas verificáveis no hábitat (planeta). Exalta-se, ainda, a justiça social e a liberdade frente às diversas formas de violência presentes nas sociedades e nas relações entre os povos e governos (paz). Por fim, alia-se assistência

financeira à necessidade de ampliação do acesso à informação e à comunicação, principalmente nos países em desenvolvimento (parcerias).

Figura 1.3: Os 5 P's do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: BRASIL, 2017, p.2.

O Brasil é um dos 193 países signatários da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com a qual os mesmos se comprometem a adotar medidas para elevar a qualidade de vida de suas populações, melhorar a eficiência de uso dos recursos naturais e reduzir o impacto ambiental global de suas cidades (UNITED NATIONS HABITAT III, 2017). Porém, permanece o desafio de equacionar os interesses econômicos supranacionais às demandas locais para traçar um rumo planetário que supere a "modernização ecológica" (ACSELRAD, 2002) e fomente "sociedades sustentáveis" (DIEGUES, 1992), nas quais as pessoas sejam sujeitos no processo de desenvolvimento, ao invés de objetos do desenvolvimento.

Os compromissos firmados pelos os governos legitimam a mobilização por parte dos setores sociais engajados na mudança do quadro socioambiental para cobrança por marcos legais e políticas públicas adequados. Entretanto, em meio às preocupações diárias que ocupam o tempo, a mente, a energia das pessoas em geral, pouco ou nada sobra para tal engajamento. Similarmente, embora a cobertura midiática dos debates realizados nas altas cúpulas de negociação entre os líderes das nações sobre a questão urbano-ambiental contribua para inserção destes temas no cotidiano das pessoas, questões globais como as mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade parecem estar fora da alçada do cidadão comum.

### **1.3) Consciência ecológica para um hábitat sustentável**

Segundo Capra (1982), os caminhos para uma sociedade de menor impacto e maior qualidade de vida não podem prescindir de profundas alterações do modo de viver, num esforço conjunto de toda a sociedade para uma mudança efetiva nas relações com a Natureza. Para tanto, faz-se necessário compreender como funciona a inserção do ser humano no meio ambiente para avaliar as formas de relacionamento desenvolvidas, identificar o que precisa ser alterado e propor maneiras de fazê-lo.

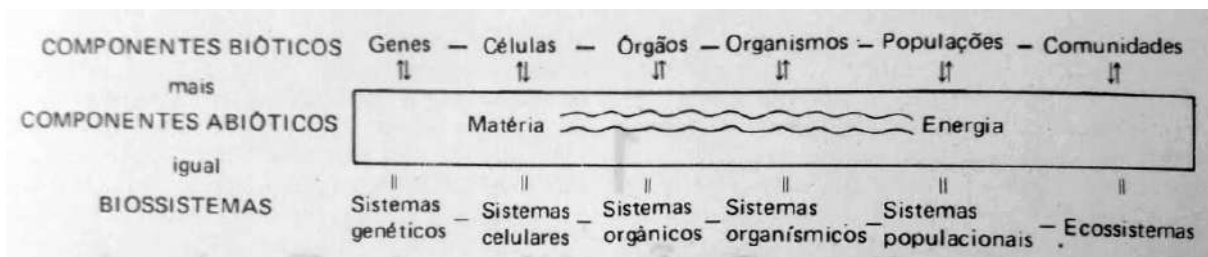
#### **1.3.1) Princípios da Ecologia**

O Holismo é um paradigma científico que busca compreender os fenômenos na sua totalidade e globalidade (SMUTS, 1926). Para explicar a complexidade do mundo que habitamos, a Ecologia propõe a abordagem sistêmica para observar e descrever a realidade com uma visão holística. Genericamente, um sistema refere-se a um conjunto de relações de interdependência e interação regular entre os seus componentes constituintes (ODUM, 1986). Para Serra (2006, p. 71):

Os sistemas são representados pelo seu contorno, por uma definição ou pela enumeração dos elementos que o compõem, assim como pelas interações entre eles e entre o sistema e seu entorno.

Um sistema ecológico é formado por componentes vivos e não vivos que interagem continuamente e são mutuamente dependentes (ODUM, 1986). Capra (2002, p.239) explica que os sistemas interagem mediante estruturas complexas de redes que contém umas às outras, porém "os limites entre esses sistemas não são limites de separação, mas limites de identidade", pois os sistemas são classificados hierarquicamente segundo os níveis de organização que apresentam (Figura 1.4).

Figura 1.4: Espectro dos níveis de organização.



Fonte: Odum (1986, p.2).

Os fluxos de intercâmbio energético e material entre os sistemas são constantes e sua situação é ótima quando configura um estado contínuo de equilíbrio dinâmico (ODUM, 1986), no qual há o balanceamento dos processos das atividades viventes com os ciclos desempenhados pelos elementos abióticos da Natureza. Tal condição de equilíbrio refere-se à capacidade de auto-ajuste dos sistemas biológicos, ou biossistemas, que lhes garante certa imunidade a perturbações, ao menos na pequena escala (ODUM, 1986). Há uma espécie de parceria entre os sistemas que, organizados em redes, para articular eficazmente os ciclos e garantir o equilíbrio dinâmico, cooperam para a eficácia das trocas energéticas e materiais. Quando em desequilíbrio, os ecossistemas ficam sujeitos a eventos extremos, por isso os sistemas formam alianças diversificadas para garantir a resiliência do conjunto. O ecossistema em equilíbrio dinâmico é limpo, pois os ciclos se complementam sem gerar resíduos poluentes não assimiláveis pelos sistemas. As redes não têm "pontas soltas". Isto fica claro quando Capra (2002, p.239) afirma que "quanto maior a biodiversidade de um ecossistema, maior a sua resistência e capacidade de recuperação". De acordo com o princípio da diversidade, quanto mais variados forem os processos aplicados como soluções a um mesmo problema, maior a segurança,

pois o domínio sobre a totalidade de vários processos assegura que o todo não seja dependente de um único sistema. Assim, se ocorrerem falhas, o conjunto de sistemas colabora, em sua totalidade, para a contenção de danos e para a autorreparação.

A autorregulação da qual depende o equilíbrio do meio ambiente sofre impacto negativo, por exemplo, quando as atividades humanas perturbam os ciclos naturais e ocasionam desequilíbrios nos processos que ocorrem dentro dos sistemas e/ou nas relações estabelecidas entre os sistemas. Assim, a Ecologia possibilitou o maior entendimento dos sistemas naturais e suas relações com os sistemas produtivos humanos e, gradativamente, passou de um campo disciplinar específico da biologia para o campo de articulação entre ciências naturais e sociais (ODUM, 1986). O Quadro 1.2 resume os 6 princípios da Ecologia: redes, ciclos, energia solar, alianças (parcerias), diversidade e equilíbrio dinâmico.

Quadro 1.2: Princípios da Ecologia

<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
Redes	as relações de interdependência em processos contínuos de troca de energia e massa que transpõem os limites dos sistemas
Ciclos	em meio aos processos de interação entre os sistemas o uso de recursos gera descarte de recursos que retroalimentam outros processos
Energia Solar	transformação em outras energias
Alianças (Parcerias)	cooperação generalizada entre os sistemas
Diversidade	estabilidade e resiliência
Equilíbrio dinâmico	fluxos ótimos de trocas energéticas e materiais entre os sistemas em redes

Fonte: Adaptado de Capra (2002, p.239).

Um assentamento humano entendido como um sistema ecológico é composto por elementos bióticos e abióticos, é delimitado por fronteiras e é um subsistema de um todo maior, que pode ser o entorno local, sua inserção regional, nacional e planetária ou até o Universo (SERRA, 2006).

No âmbito da Ecologia, todos os organismos (componentes vivos), de qualquer nível de complexidade que ocupam uma mesma área formam comunidades (ODUM, 1986). O hábitat é o lugar onde vivem organismos e comunidades e, dependendo do recorte de análise, pode referir-se somente aos fatores abióticos, ou incluir também fatores bióticos, ou seja, várias comunidades. A interatividade dos organismos que formam cada comunidade, das comunidades entre si e destes com os ambientes que ocupam se caracterizam por relações dinâmicas (ODUM, 1986). Por isso, o estudo de organismos e comunidades no hábitat é complementado pela noção de nicho ecológico, que informa sobre as necessidades ambientais dos organismos e sobre as modificações que estes causam ou podem causar no ecossistema.

Quando se fala em sustentabilidade do hábitat aqui, introjeta-se automaticamente a noção de nicho, pois trata não só da interação direta entre as pessoas e o espaço que estas ocupam, mas também das atividades que as comunidades humanas realizam para satisfazer as necessidades próprias dos seus modos de vida. Os assentamentos humanos são locais ocupados por uma ou mais comunidades humanas, que interagem continuamente com o meio físico, entre si e com outras comunidades não humanas que habitam o mesmo local. Além disso, cada assentamento humano é um biosistema contido simultaneamente em vários outros biosistemas em interação contínua e que juntos formam uma totalidade chamada ecossistema. O paradigma holístico e a visão de sistemas permitem abstrair conceitos da Ecologia para interpretar o hábitat humano. Uma aglomeração urbana apresenta uma hierarquia de níveis de organização espacial análoga ao que se encontra na Natureza: uma casa pode ser vista com um organismo; um conjunto de casas (como um povoado, vila ou bairro) pode ser equivalente a uma comunidade; o conjunto de comunidades pode formar um ecossistema (a cidade); o conjunto de

ecossistemas (cidades) podem compor um ecossistema maior e mais complexo (metrópole).

Se as relações entre o ser humano e o seu hábitat se configuram pelo modo de viver, conforme a visão de Capra (1982), então compreender comunidade no campo de estudos urbanos com um olhar ecológico envolve perceber as interações entre as pessoas e o local que elas ocupam. Só que o "local" pode variar conforme a escala adotada para observação, pois assim como uma comunidade possui sistemas e relações dentro de si mesma, também se relaciona com sistemas maiores do que o seu próprio ecossistema. Portanto, as escalas local e global da sustentabilidade do hábitat não se separam numa análise de organismos e de comunidades no meio urbano.

### 1.3.2) Percepção da Natureza

Aliando Psicologia e Ecologia, o conceito de *eco-field* (FARINA; BELGRANO, 2004) fundamenta-se na abordagem cognitiva para delimitar as intersecções entre espécie e recursos, partindo da capacidade de percepção dos organismos sobre seu entorno. Nessas bases, define o contexto ambiental no qual cada espécie, humana ou não, gerencia suas funções, responde às restrições ambientais e reage através de mecanismos de adaptação. Cada organismo possui uma escala de percepção, na qual os recursos percebidos e utilizados variam com o tempo e com as dinâmicas do espaço que ocupam. No conceito de *eco-field* cada organismo é associado a um espaço físico específico e o conjunto desses espaços constitui a paisagem (o todo). Em outras palavras, o *eco-field* corresponde ao espaço que cada ser vivo percebe e utiliza dentro de um ecossistema durante sua vida.

Trazendo para a esfera humana, o mundo exterior de um indivíduo ou de uma comunidade é relacionado às funções desempenhadas por eles em um determinado espaço, seja ele uma floresta, uma propriedade agrícola, ou uma cidade. Só que o homem que vive no meio urbano, mais antropizado, não percebe as requisições (*affordances*, capacidade de intuir a funcionalidade de algo sem a necessidade de

prévia explicação) da mesma forma que o homem que vive no meio natural, não desenvolvendo com facilidade ações pró-ambientais (CORRAL-VERDUGO, 2005). A dinâmica urbana produz uma condição de uso indireto dos recursos naturais, de modo que o indivíduo urbano tem a sua capacidade de percepção reduzida sobre a importância desses recursos. É justamente porque existem intermediários entre a exploração direta dos recursos e a disponibilidade dos mesmos na cidade em forma de produto ou serviço que há dificuldade em associar a interdependência existente entre o ser humano e a Natureza no meio urbano (CORRAL-VERDUGO, 2005). Analogamente, quanto mais transformado o recurso natural, ou seja, quanto mais industrializado é o produto final, maior a dificuldade de perceber a presença de Natureza naquilo que se consome.

### 1.3.3) Alienação e dependência no hábitat urbanizado

É comum utilizar o termo urbanização para caracterizar o processo de transição demográfica das populações rurais para as cidades, especialmente com o advento da industrialização, que gerou aglomerações urbanas de proporções anteriormente jamais vistas no mundo. Entender o significado contemporâneo do urbano vai além de percebê-lo como fenômeno de alta concentração de pessoas e demandas por recursos sobre um determinado território. A urbanização é global, na medida em que a lógica urbano-industrial abarca a totalidade do espaço social e atinge territórios muito além das cidades, e é local, pois configura modos de vida com padrões de comportamento e rotinas propriamente urbanos.

O conceito de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) coloca em discussão que a cidade como um limite físico de edificações já está, definitivamente, ultrapassada no contexto da globalização. Mesmo que, na atualidade, o espaço físico ocupado pelas cidades seja, em termos de área, ínfimo, diante do que não constitui, de fato, espaço urbano materializado (MIRANDA; GOMES; GUIMARÃES, 2005), o território global encontra-se completamente submetido à lógica urbanizante. Este fato tem origem no desenvolvimento industrial das principais economias do ocidente europeu, que foi acompanhado por uma transição do modelo de exploração



colonial para o de mercado de livre concorrência, culminando no chamado Imperialismo Ocidental. O traço característico do final do século XIX e início do século XX foi o aumento territorial dos Estados europeus como potências imperialistas:

(...) é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo, “pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis”, mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono” (LÊNIN, [1917]/1986, p. 36).

Além disso, o meio natural encontra-se, direta ou indiretamente, afetado pelas atividades antrópicas em sua totalidade. Até nas localidades mais remotas e não habitadas por humanos existem danos ambientais de proporções assustadoras e os quais, suspeita-se, sejam irreversíveis. Em 1997, o oceanógrafo Charles J. Moore já havia descoberto uma mancha de lixo flutuante, composta principalmente por plásticos, no oceano Pacífico, com extensão estimada em uma vez e meia a área total dos Estados Unidos da América. Atualmente, os demais oceanos também apresentam manchas deste tipo (KOSTIGEN, 2008).

Sob a ótica da urbanização extensiva, a perspectiva dualista que contrapõe o meio rural ao meio urbano encontra-se diluída, pois é notória a inserção econômica deste meio na lógica urbano-industrial e nas dinâmicas globais de mercado (VEIGA, 1991). As cidades configuram-se como pólos concentradores de demanda por alimentos e matérias-primas, cuja produção lhe é externa. Thomas R. Malthus foi pioneiro em identificar que havia um desbalanço entre a disponibilidade de recursos e o aumento populacional. Pautado na agricultura camponesa sob pressão da crescente demanda urbana, previu a constante inevitabilidade da fome ao contrapor o crescimento da população (progressão geométrica) com o crescimento da produção de alimentos (progressão aritmética). Ainda que o foco de seus estudos fosse a necessidade de

controle demográfico, sua teoria conferiu legitimidade à busca por maior produtividade no campo e à posterior defesa da generalização da agricultura industrial intensiva, que converteu o "agrário" em "agrícola" (LEFEBVRE, [1968]/2001).

Embora seja recorrente na literatura que a reestruturação agroindustrial tenha sido impulsionada por inovações tecnológicas, Dorel (1985 apud VEIGA, 1991) destaca os aspectos mercadológicos e financeiros como fatores mais influentes na apropriação do campo pelas grandes corporações: padrões de demanda alterados pelo desenvolvimento urbano, acesso a fontes de financiamento específicas, estruturação territorial com redes de distribuição e oportunidade para especulação fiscal e fundiária. Tal constatação aflui à percepção de Harvey (2008) sobre o predomínio da lógica de mercado sobre o bem-estar humano, quando este problematiza a sobreposição dos direitos de propriedade e de acumulação de capital ao direito a uma vida interessante, dinâmica e feliz na cidade. A extensão deste perverso mecanismo ao meio rural é apontada por Lefebvre ([1968]/2001), que caracterizou a gradual corrosão da vida agrária tanto pelo despovoamento do campo, quanto pela perda das relações de troca de excedentes e artesanatos característicos da vida campesina. Nesta reflexão, cabe acrescentar que no meio urbano, a degradação das relações sociais toma parte, inclusive, na despersonalização das trocas mercantis (WIRTH, 1938). Relações diretas tais quais aquelas propiciadas pelas feiras livres foram substituídas pela intermediação de atravessadores, centros de abastecimento, supermercados e manufatura dos produtos agrários, impondo um distanciamento entre produtores e consumidores (LEFEBVRE, [1968]/2001). A desconexão entre a origem do que se consome e o consumidor acentua a alienação do cidadão urbano em relação aos processos envolvidos na aquisição de um produto. Em se tratando de comida, a situação ganha outras proporções, pois

(...) sem freios institucionais, os praguicidas e os fertilizantes químicos continuarão a ser utilizados até o limiar de sua rentabilidade, que costuma estar muito além do limiar de nocividade. Sem interdição, quaisquer produtos

perigosos, mas lucrativos não cessarão de ser empregados. Mesmo quando são proibidos, como é o caso do DDT, por exemplo. Matérias primas duvidosas continuarão a ser usadas pelas indústrias de rações. Pior: lugares dos mais insubstituíveis serão explorados e espécies das mais raras serão extintas. Além da erosão dos solos e da contaminação de águas e alimentos por resíduos de agrotóxicos, agora se enfrenta as grandes incertezas e riscos associados às plantas transgênicas (VEIGA, 2012, p. 2).

Essencialmente, os alimentos consumidos no meio urbano são cultivados com fertilizantes e pesticidas artificiais produzidos pela indústria agroquímica, são submetidos à transformação industrial que retira nutrientes e adiciona sódio, gordura, açúcares em excesso, além de uma variedade de elementos artificialmente produzidos e fracamente controlados pelas agências governamentais quanto à segurança de seu consumo (BONTEMPO, 1985). Além disso, uma eficiente indústria de *marketing* promove a associação entre consumo de alimentos com valores como praticidade, *status* social e prazer de curto prazo, não com a saúde, o que colabora para a desinformação e assimilação de hábitos alimentares pouco nutritivos e que induzem à obesidade. Todos esses fatos são agravados pelo impacto negativo no ambiente devido à produção excessiva e ao descarte incorreto de uma enorme quantidade de embalagens que comportam tais alimentos (LAYRARGUES, 2002).

Os riscos à saúde devido à toxicidade dos agroquímicos que se acumulam no corpo humano no decorrer de uma vida de consumo indireto via alimentação de produtos da indústria agropecuária, bem como dos conservantes, corantes e saborizantes artificiais da indústria alimentícia, foram expostos por Bontempo (1985) no relatório "Órion". Mesmo assim, o Brasil é o país mais consumidor de agrotóxicos no mundo (CARNEIRO; ALMEIDA, 2010) e o consumo de alimentos processados e ultraprocessados pela população tem aumentado no mesmo passo em que esta torna-se cada vez mais urbana (BRASIL, 2014), ou seja, a tendência é de que continue aumentando. Portanto, além da desinformação quanto às cadeias produtivas do que se consome em geral, há uma alienação urbana em relação à qualidade e aos riscos de saúde diretamente associados ao consumo de alimentos.

Em seu manifesto, Debord ([1967]/2003) denunciou os mecanismos de controle pelos quais os indivíduos são subjugados a alimentar o sistema econômico trocando força de trabalho por dinheiro, veículo de consumo adotado pela sociedade e que constitui-se como meio e fim em si mesmo. Junto à alienação do consumo, encontra-se a alienação do trabalho. A conversão das populações camponesas e artesãs em classe trabalhadora ou proletária representou a perda do controle sobre a totalidade dos processos produtivos. Na lógica produtivista industrial, atribui-se à força de trabalho tarefas específicas, de modo que os indivíduos concentram-se em realizar somente uma parte da produção, cuja totalidade não lhes pertence. Nas palavras de Debord ([1967]/2003, s/ pág.): “O homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela”. Isto porque a especificação do trabalho gerou dependência do dinheiro para satisfação das necessidades de vida, antes supridas pelas habilidades dos próprios indivíduos e pelas trocas de produtos e serviços baseadas em relações de compadrio e cordialidade (LEFEBVRE, [1968]/2001).

Ao mesmo tempo que a ambiência da indiferença nutre-se dessa ausência de laços e valores sociais sólidos, ela também é fomentada pela indústria cultural. Maffesoli reitera que “a vida social é pura expressão de sentimentos de pertença sucessivos” (2006, p. 278) desencadeados pela participação em grandes ocasiões que congregam multidões pelos mais variados estímulos “que incentivam o indivíduo a uma forma de plenitude e que nada retira da funcionalidade econômica ou política” (2006, p. 279). Os grandes eventos configuram uma dentre várias estratégias de alienação dos indivíduos com objetivo de moldar o comportamento de massa e eliminar as possibilidades de confronto entre a sociedade e o sistema de controle social. Nestas bases, Debord ([1967]/2003) denuncia que a vida pessoal pós-moderna existe na forma de consumo social de imagens e se expressa no distanciamento do homem de sua essência e de seu próprio juízo, sucumbido pelo prazer proporcionado pelo consumo. As pessoas ficam, portanto, condicionadas a consumir e, a cada nova geração, identificam-se mais com os objetos, o supérfluo, a

aparência e as imagens. Complementarmente, os indivíduos distanciam-se uns dos outros e mantém um espaço privado com suas próprias coisas à parte da vida coletiva e pública. O individualismo colabora para a desagregação social e o enfraquecimento político da sociedade como entes organizados e orientados para objetivos comuns, o que favorece a perpetuação do sistema heterônimo (SOUZA, 2006).

#### **1.4) Territórios do hábitat em meio à incerteza do futuro**

Entende-se que o modelo de desenvolvimento hegemônico vivenciado no Brasil atual reflete uma tendência mundial de apropriação desigual dos recursos territoriais (ACSELRAD, 2010). Considera-se também que o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista industrial do país implicou em simultâneas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas nos territórios urbanos e rurais (VEIGA, 1991), que desde os anos 1990 têm-se intensificado e alterado continuamente a morfologia e os usos desses espaços (VEIGA, 2005). Além disso, o avanço das forças hegemônicas do capital sobre o território intensifica as relações das populações historicamente residentes com o universo moderno, colaborando para descaracterizar culturas tradicionais pela assimilação da nova cultura e criando tensões entre “culturas materialmente distintas” que tentam resistir à massificação (ACSELRAD, 2012, p.18).

Nesse sentido, Acselrad (2012) distingue os conflitos territoriais próprios dos meios urbanos das zonas fronteiriças com os campos, sinalizando que a competição entre municípios pela atração de investimentos internacionais encontra maior despolitização e menor resistência no interior das cidades do que em outros lugares. Para além dos históricos conflitos com modos de vida tradicionais, Acselrad (2012) aponta o surgimento de novos sujeitos sociais na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional com identidades coletivas e formas de uso do território e dos recursos naturais que constituem um movimento na direção oposta ao avanço das fronteiras agrícolas do agronegócio e do mercado de terras, além dos grandes projetos infraestruturais. Nesses grupos ocorre uma mescla entre as

identidades social e territorial, dado que a forma com que atuam no território busca expressar os ideais de seus projetos de vida coletivos e, portanto, produzem usos da terra auto afirmativos em suas atividades cotidianas (ACSELRAD, 2012).

A noção de território que toma-se aqui como base para a reflexão comparativa entre o projeto hegemônico de sociedade e um projeto alternativo é a de território usado (SANTOS, 1994). Produzir e viver requer não somente um suporte biofísico, mas também suportes imateriais de fundo econômico, técnico-informacional, social e espiritual cujas resultantes também se expressam no território. Existem conflitos entre os propósitos que orientam os meios de produção e as formas de regulação dos espaços da globalização e do cotidiano. Enquanto o global sobrepõe-se a cada lugar com racionalidades e ideologias de origem distante, juntamente com objetos e normas estabelecidos para satisfazer exigências de produção e comercialização mundiais, o local é o que Santos (1985, 2001) chama de "espaço banal", aquele a serviço daqueles que, de fato, o ocupam e nele se reproduzem.

O território ocupado com interesse de mercado é um território tomado como recurso e normatizado pela lógica empresarial, processo ao qual segue-se um esvaziamento de sentido para as existências individual e coletiva (SANTOS, 1985, 1994, 2001). Soma-se a tais vazios o sentimento de incerteza quanto ao futuro que atravessa principalmente a juventude, mas também a terceira idade com expectativa de vida estendida (PAIS, 2012). Para os jovens, “nem os sistemas educacionais, nem o mercado de trabalho parecem capazes de garantir a realização das aspirações de muitos jovens” (PAIS, 2012, p.268), de modo que a indignação com a precariedade vivenciada no presente e antecipada no futuro causa sentimentos de frustração, desesperança e ódio que conduzem tanto ao imobilismo como à revolta e à violência ou ocasiona um inconformismo com alguma esperança e vontade de mudança. Já os idosos, em geral, enfrentam a sensação de abandono pela redução da vida social e da saúde, especialmente em situações de baixa renda e estados de privação ou maus tratos, além da exposição ao preconceito por idade e/ou enfermidade, encontrando algum conforto na religiosidade em proporção inversa ao aumento da solidão (PAIS, 2012). Em ambos os casos, o temor e a descrença podem

desencadear transtornos, psicopatias e comportamentos de risco. As normas que padronizam as etapas da vida segundo a ideologia social coexistem com a incerteza imanente, com o acanhamento diante da vida e com o imaginário de uma esperança resistente à desintegração social (PAIS, 2012).

Dada a imprevisibilidade crescente que permeia o contexto atual, Maffesoli (2006) identifica como tendências gerais do comportamento humano pós-moderno, sobretudo entre os jovens, a despreocupação com o porvir e a desconexão entre atos e consequências, inspiradas por uma urgência em viver o presente diante de um futuro incerto. Identificam-se, a partir daí, dois desdobramentos: por um lado, há “estoicismo generalizado por meio do qual nos tornamos indiferentes a tudo aquilo contra o qual nós nada podemos fazer” e, por outro “uma consciência constante, uma presença naquilo que é, o mundo, os outros próximos, o social (...) que integra a globalidade do ser” (MAFFESOLI, 2006, pp. 275-276). Assim, o autor identifica um outro movimento ascendente de busca da realização pessoal criativa, pautada em interações ecológicas conscienciosas de seus atos. Pais (2012) adverte que a reinvenção da realidade frente ao futuro pode desencadear não somente o consumo do presente com ausência de pensamento no futuro, mas também fomentar utopias, que se converterão em projetos concretos ou, ao menos, em sonhos que alimentam a vida. Por isso a importância de atentar a Santos (1994, p.15) quando este chama a atenção para o fato de que “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche”, indicativo de que nem todos os espaços são efetivamente ocupados e regidos pelo mercado, somente, e que o território usado pode ser solo fértil para o florescimento das iniciativas conscientes apontadas por Maffesoli (2006).

### **1.5) O cotidiano como chave para mudança em escala global**

Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da longa história que, feita por nós, a nós nos faz e refaz, é

a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repeti-lo, ou reproduzi-lo (FREIRE, 2000, p. 55).

As palavras de Paulo Freire lembram que há um campo de ação mais imediato que pode ser considerado na reflexão acerca de uma transição civilizatória para um estilo de vida ecológico. Antes de envisionar uma revolução cultural de todo o conjunto da sociedade, trata-se de pensar numa revolução da própria vida, operada por cada indivíduo a partir de mudanças em seus hábitos e espaços cotidianos. O chavão do “pensar global, agir local” evocado desde a Agenda 21 não perde sua importância face à necessidade de produção e de consumo de maneiras mais conscienciosas quanto à degradação tanto ambiental como humana veladamente incorporadas nas mercadorias. Tal estratégia deve ser iniciada pelas classes sociais mais ricas dos países em desenvolvimento e, mais ainda, pelas populações em geral dos Estados Unidos e dos países mais ricos da OCDE, dado que suas economias são menos desiguais e que mesmo as classes mais pobres desses países apresentam Pegadas de Carbono maiores que os pobres da periferia do capitalismo (OXFAM, 2015).

Tendo em vista a enorme desigualdade social do mundo e do país, para a maior parte da população talvez “pensar global” não tenha tanta pertinência, já que suas contribuições para as problemáticas ambientais a nível mundial são muito pequenas e as necessidades mais básicas de acesso à terra, ao teto e ao trabalho dignos (FRANCISCO, 2015) são precariamente satisfeitas, ou não o são. Uma perspectiva de ação mais eficaz provavelmente baseia-se num pensamento de “pensar local, agir local também”. Se a capacidade do ser humano interferir nas dinâmicas ecossistêmicas planetárias ainda causa alguma controvérsia, não há dúvidas de que os balanços energético e hídrico locais são diretamente afetados pelas atividades humanas que alteram a cobertura superficial do território, tais como urbanização e agricultura (MACHADO; FELICIO, 2011).

De qualquer modo, a possibilidade de revolução a partir do cotidiano requer, primeiramente, que as pessoas estejam bem informadas a respeito dos problemas causados em consequência de suas ações e também sobre os benefícios que



podem ser alcançados com as mudanças, assim como sobre a factibilidade das mesmas. Este último aspecto conduz ao segundo ponto: além dos conhecimentos é preciso estar apto às mudanças, ou seja, possuir as habilidades, as ferramentas e os recursos necessários para realizá-las.

#### 1.5.1) Consumo consciente

Para uma reflexão axiológica da sociedade de consumo tem-se em consideração que, por um lado, há um consumismo exacerbado que encontra-se ameaçado por uma iminente escassez de abastecimento e, por outro, a privação manifesta-se no tempo presente e, além disso, é predominante no mundo. É tarefa primordial daqueles que podem exercer o poder de consumo na sociedade observar o que, como, quanto e porque se consome um produto ou um serviço. Isto requer um olhar para além da superfície, que considere os processos envolvidos na fabricação e na comercialização dos itens de consumo. Trata-se de aplicar os princípios da ecologia (CAPRA, 2002) às escolhas de consumo.

O pensamento ecológico é materialmente econômico no sentido de que busca sempre criar sistemas poupadores de matéria e de energia, o que otimiza os ciclos naturais (ODUM, 1986). Pode articular-se, ainda, com outras dimensões da realidade como, por exemplo, o pensamento holístico aplicado ao ato de comprar. Nesse sentido, Akatu (2015) recomenda 12 ações para que o indivíduo adquira e exerça um comportamento de consumo consciente: (1) planejar as compras; (2) avaliar os impactos do que se consome; (3) consumir somente o necessário, buscando sempre otimizar o consumo; (4) reutilizar produtos e embalagens; (5) separar o lixo e dar a destinação correta; (6) usar crédito bancário com responsabilidade; (7) atentar-se à responsabilidade social das empresas das quais se consomem os produtos; (8) recusar produtos piratas e contrabandeados; (9) comunicar-se com as empresas quando houver sugestões ou críticas; (10) divulgar a prática do consumo consciente e multiplicar as informações adquiridas sobre os produtos e as empresas; (11) engajar-se na cobrança por políticas públicas que viabilizem e fomentem o consumo

consciente na sociedade; (12) exercitar a autorreflexão sobre escolhas e hábitos cotidianos e sobre o próprio alinhamento ao consumo consciente.

Acima de tudo, quanto mais consciente for a postura de consumo, mais o indivíduo terá "no consumo um instrumento de bem estar e não um fim em si mesmo" (AKATU, 2015, s/ n. pág.). A satisfação dos parâmetros de consumo ecológicos demanda um aprofundamento sobre a origem e o trajeto dos produtos consumidos de modo a manter a coerência entre o comportamento humano e os 6 princípios da ecologia.

Ao refletir sobre como as coisas são feitas, reflete-se também sobre como fazê-las. O indivíduo ecológico avalia seus próprios recursos e busca soluções criativas para a resolução dos desequilíbrios e para a otimização dos processos sistêmicos. "*Do it yourself*" (DIY), ou "faça você mesmo" (WHOLE EARTH, 1968), pode ser uma forma de minimização da dependência do consumo. A postura DIY permite que os indivíduos liberem-se da necessidade de comprar, pois produzem eles mesmos as soluções para as demandas do dia-a-dia. Não participar como consumidor não é, necessariamente, sinônimo de ausência de poder de compra, pois pode ser uma atitude política consciente de não incentivo às cadeias produtivas nocivas ao meio ambiente, às pessoas e à própria saúde.

#### 1.5.2) Produção ecológica

Os princípios da ecologia também têm aplicação nos processos produtivos quando enfoca a contínua renovação destes, de modo a colaborar com a prosperidade dos sistemas. Na contramão deste ideal está a entropia, um conceito acerca dos processos de desagregação. Um processo é entrópico quando a organização de um sistema tende a desfazer-se, indo de um estado complexo para um simples (GÖSTCH, 1997). Enquanto os metabolismos são sistemas entrópicos em si, os seus elementos desincorporados podem servir a outros sistemas de forma vantajosa.

Nessa perspectiva, o pensamento sintrópico encara os processos como oportunidades de induzir nos sistemas um balanço energético positivo pela assimilação de um recurso externo ao sistema. Busca, assim, otimizar o uso dos resíduos entrópicos e favorecer à sintropia. Ernst Göstch (1997) conceituou a sintropia a partir da observação dos sistemas florestais. Em seu trabalho, encoraja a prática de uma agricultura sintrópica, que colabore para o florescimento de um sistema, seja o de um vaso, seja o de uma mata. Desenvolve os chamados SAF, sistemas agroflorestais, nos quais a produção de alimentos é associada à dinâmica da floresta, ou mimetiza-a, numa agricultura integrada e limpa (sem agrotóxicos, sem desmatamentos ou queimadas, etc.).

Similarmente, a teoria do Berço ao Berço (do inglês, *Cradle to Cradle*, C2C) desenvolvida por McDonough e Braungart (2014) argumenta em favor da elaboração de processos produtivos incorporando aos projetos a gestão dos resíduos decorrentes da produção de modo que, ao final, não sejam gerados resíduos, mas recursos que podem ser úteis ao próprio processo ou a outros, com finalidades diversas. Nesta lógica, pode-se atuar no *design* da produção para aumentar a eficiência do sistema quanto ao desperdício material e energético, bem como reduzir e, preferencialmente, evitar danos ambientais. Pressupõe-se que um sistema efetivo é aquele cujo processo é completo, que tende a minimizar o que é descartável a zero e otimizar o que é útil ao máximo.

Ambas as abordagens propõem atividades humanas de ciclos fechados. Essa atitude inspiradora pode ser traduzida para a sustentabilidade do hábitat com o uso de tecnologias pautadas no pensamento ecológico, análogas à sintropia e ao C2C.

### 1.5.3) Escalas de ação sobre os assentamentos humanos

À guisa de síntese, recordando os 17 ODS e o pensamento ecológico anteriormente apresentados, entende-se que um hábitat sustentável é aquele que fornece adequadas condições gerais de habitabilidade que proporcionam conforto ambiental e segurança hídrica, energética e alimentar. Além disso, num hábitat sustentável as

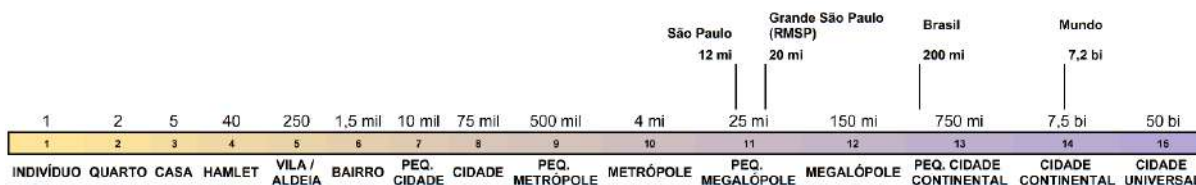
atividades necessárias ao cumprimento dessas condições ocorrem em equilíbrio dinâmico com os ecossistemas locais de modo a garantir a operacionalização e a continuidade dos assentamentos humanos no tempo.

Quanto mais autônomo for o modelo de hábitat, menos dependente de recursos de origem externa ao seu ecossistema local e, portanto, mais econômico do ponto de vista financeiro de longo prazo (redução ou eliminação de desembolsos de dinheiro mensais para pagamento de contas, por exemplo). Isso pode significar uma maior capacidade de capilarização do modelo na sociedade, com ganho de escala. Mas para ser um modelo acessível no Brasil, é necessário reunir baixo impacto ambiental e baixo custo econômico nas soluções urbano-arquitetônicas.

Então busca-se uma sustentabilidade do hábitat que refira-se a assentamentos humanos construídos com objetivo de manterem-se com menor ou nenhum uso de fontes de energia por meio das infraestruturas urbanas como redes de água, esgoto ou energia elétrica, pois estas implicam em desembolso periódico de dinheiro para garantir a continuidade dos serviços. Esta perspectiva é especialmente útil aos casos de comunidades isoladas, mas também pode ser para aquelas que, mesmo próximas a alguma centralidade urbana, não dispõem de conexão às redes de infraestrutura, ou ainda, quando as redes são pouco confiáveis e não ofertam recursos e serviços de forma perene. Uma maior autonomia do hábitat confere maior segurança aos seus ocupantes quanto à disponibilidade dos recursos materiais e energéticos de que necessitam.

Em vista do exposto até aqui, reitera-se a importância dos estudos de urbanismo que tratam do espaço produzido espontaneamente pelas pessoas no seu dia-a-dia, das formas vernaculares de arquitetura e de urbanidade que estão sendo produzidas por pessoas comuns, não pelos convencionais agentes do espaço, como os poderes públicos ou as empresas incorporadoras. Nesse sentido, considera-se que a proposta escalar do método Ekistics (DOXIADIS, 1970) fornece um gradiente adequado para circunscrever o campo de ação dos cidadãos como agentes do espaço (Figura 1.5).

Figura 1.5: Escala de estudo e planejamento de assentamentos humanos



Fonte: Elaboração própria com base em Doxiadis (1970).

A escala Ekistics é uma gradação de 15 unidades para os assentamentos humanos com base no tamanho de suas populações, abrangendo desde a unidade individual do ser humano até os sistemas de assentamentos humanos do planeta inteiro. As quatro primeiras unidades são precisamente definidas, porém Doxiadis (1970) considerou que não era ainda possível estabelecer definições claras da quinta unidade em diante. A Figura 1.5 apresenta algumas inserções comparativas com a população atual dos assentamentos humanos entre as unidades 11 e 14.

Doxiadis (1970) propõe medidas pouco usuais ao planejamento urbano, a começar com a menor unidade, o indivíduo. É o espaço que inclui a pessoa e seus bens pessoais, como roupas e móveis. A segunda unidade refere-se ao espaço pessoal mais imediato do indivíduo, seu quarto, cuja propriedade e uso pode ser individual ou, em certas circunstâncias, compartilhada com outros, como é o caso de um casal. A terceira unidade é a casa, a qual pressupõe capaz de abrigar, ao menos, uma família. A quarta unidade refere-se a um grupo de famílias ou a uma família estendida. Percebe-se que as três primeiras unidades são precisamente definidas e contemplam a esfera doméstica, de âmbito íntimo e reservado do lar, enquanto a quarta configura-se como uma unidade social.

A nomeação da quarta categoria como *hamlet* na sua versão original designa não somente um porte populacional, mas também algumas particularidades sobre o assentamento. Doxiadis (1970) ressalta a importância do *hamlet* no cotidiano, pois configura o espaço de socialização mais imediato ao ambiente privativo das famílias. É a área de convívio compartilhada entre vizinhos, o espaço público ocupado pela

comunidade. Espaços seguros, familiares, de encontro, de recreio e de exercício, os quais Doxiadis (1970) enfatiza como especialmente importantes para as crianças.

Os países que adotam oficialmente o *hamlet* em suas categorias administrativas quase sempre oferecem algum complemento descritivo que facilite distingui-lo da unidade seguinte, que seria a vila ou aldeia. São observadas claras variações: na Inglaterra um *hamlet* distingue-se por não possuir uma igreja, enquanto na Austrália é desejável que, além de igreja, tenha também outras edificações de uso público. Já na França, *hamlet* designa um conjunto edificado que esteja permanentemente desabitado, como uma antiga vila medieval ou imóvel de veraneio da velha aristocracia. Os tamanhos também variam: no Canadá e nos Estados Unidos há *hamlets* cuja população total supera a de pequenas cidades.

Em geral, denomina-se *hamlet* quando há um pequeno número de moradores e de construções, sem um centro administrativo claramente definido. Caracteriza-se, especialmente, por possuir uma atividade econômica única ou predominante que envolva todos os seus habitantes, como é o caso de uma fazenda, um pequeno porto, um moinho ou uma mina, por exemplo. Portanto, o *hamlet* contempla desde o entorno imediato das residências até toda uma comunidade.

Conforme já defendido por Santos (1985), a experiência cotidiana é a categoria de análise do espaço necessária para compreender o campo de ação das agências não hegemônicas de produção e de reprodução do espaço social. As unidades escalares "indivíduo", "quarto", "casa" e "hamlet" (Figura 1.5) correspondem, exatamente, à escala de organização do espaço banal (SANTOS, 1985), que compreende a esfera do cotidiano. São os espaços da domesticidade, do trabalho e da cultura popular que envolvem a vida privada, o convívio familiar e as relações político-sociais mais habituais das pessoas.

# Capítulo 2

## As múltiplas dimensões das ecovilas: história, conceito e exemplos

Apresenta-se um breve olhar histórico sobre diferentes iniciativas comunais que, em paralelo aos processos de migração, industrialização e de urbanização ocorridos em diferentes partes do mundo, buscaram criar modos de viver de alguma forma alternativos à heteronomia institucionalizada (SOUZA, 2006) conduzida pelo processo de ocidentalização (BOFF, 2002) que acompanhou a Revolução Industrial e que hoje se expressa na Nova Ordem Geopolítica Mundial.

Apresenta-se, então, a origem do movimento global de ecovilas, sua estruturação organizacional, a dispersão terrestre dos assentamentos, exemplos internacionais e suas características gerais. Para um entendimento do significado e das razões de ser das ecovilas, reúnem-se definições para o termo com base em dicionários, materiais didáticos elaborados e divulgados pelo próprio movimento por meio da internet, priorizando-se publicações de autores diretamente envolvidos com ecovilas, além de livros e artigos, inclusive brasileiros. Ao final, faz-se uma síntese dos temas que conformam o universo teórico das ecovilas.

### **2.1) Um olhar histórico: Ecovilas como contraculturas espaciais**

Os processos de urbanização das modernas sociedades industriais têm, há pelo menos dois séculos (Quadro 2.1), motivado estratégias independentes de apropriação territorial e de desenvolvimento humano por parte de diversos grupos populacionais engajados em construir outros modos de viver. Partindo desta percepção, Matheus e Silva (2014) situa historicamente as ecovilas como a manifestação mais atual das chamadas “contraculturas espaciais”, as quais define como:

microexperimentos de organização social e de produção espacial, geralmente de caráter comunitarista, onde o nível privado e a esfera do cotidiano ganham primazia e tornam-se o *locus* privilegiado no qual são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas, e solidariedades “alternativas” àquelas que conformam a lógica homogeneizante, individualista e alienante imposta pelo “espaço abstrato”, enredado nas regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado (MATHEUS E SILVA, 2014, p.42).

Observando três períodos críticos que marcaram o desenvolvimento do sistema capitalista, Matheus e Silva (2014) propõe uma geografia histórica das contraculturas espaciais. O Quadro 2.1 resume as principais características de cada fase deste fenômeno.

Quadro 2.1: Histórico das contraculturas espaciais.

<b>Fase</b>	<b>Período</b>	<b>Características</b>	<b>Abrangência</b>
Pioneira	de 1815 a 1848	“estranhamento em relação à modernidade capitalista”	Europa e Estados Unidos
Rebelde	final dos anos 1960 e início dos anos 1970	“estranhamento à sociedade tecnocrática e repressora delineada a partir do pós-guerra”	principalmente Europa e Estados Unidos, mas com irradiações para outros países
Contemporânea	anos 1990 em diante	continuidade da fase anterior no contexto da globalização do capitalismo neoliberal, no qual os problemas sociais e ambientais preexistentes amplificaram-se	atinge boa variedade de países, com presença verificável em todos os continentes

Fonte: Adaptado de Matheus e Silva (2014).



Na perspectiva das contraculturas espaciais, o movimento global de ecovilas enquadra-se na terceira fase, a contemporânea, e pode ser entendido como a continuidade atualizada de outros movimentos comunais que, analogamente, ascenderam como alternativa de vida em momentos de crise, geralmente econômica, reunindo pessoas que nutriam uma contra identificação com a hegemonia de pensamento e de vida, em diferentes épocas (MATHEUS E SILVA, 2014).

### 2.1.1) Contraculturas espaciais pioneiras

#### 2.1.1.1) Utopistas do século XIX

Nordhoff (1875) identificou oito sociedades estabelecidas nos Estados Unidos como exemplos bem sucedidos de experiências comunitaristas (Quadro 2.2).

Quadro 2.2: Contraculturas espaciais estadunidenses do século XIX.

<b>Sociedade</b>	<b>Data de estabelecimento</b>	<b>Assentamentos</b>
Shakers	1794 (estados orientais) e 1808 (estados ocidentais)	58
Harmony Society (Rappistas)	1805	1
Baumelers ou Zoarites	1817	1
Amana Society (Eben-Ezers)	1844	7
Comuna Bethel	1844	1
Comuna Oneida (Perfeccionistas)	1848	2
Icarianos	1849	1
Comuna de Aurora	1852	1
<b>TOTAL</b>		<b>72</b>

Fonte: Adaptado de Nordhoff (1875).

Embora a formulação das teorias contrassistema nesta época estivesse ocorrendo substancialmente no continente Europeu e, especialmente, na França (HARVEY, 2003), as experiências inspiradas por essas ideias materializaram-se profusamente no Novo Mundo (JENNINGS, 2016).

Um levantamento realizado em 1874 (NORDHOFF, 1875) revelou que estes grupos somavam uma população em torno de 5 mil pessoas e ocupavam uma extensão territorial próxima de 180 mil hectares de terra, em propriedades localizadas em 13 estados. De acordo com Nordhoff (1875), em comparação ao restante do país na época, a exploração de terras por parte desses grupos era relativamente pequena em área, com cerca de 36 acres *per capita*. Embora fortemente influenciadas por ideais do socialismo utópico, as comunas aqui relacionadas não atuavam de forma contestatória, optando por viver tranquila e silenciosamente em relação o mundo exterior, priorizando o enfoque no cotidiano interno (NORDHOFF, 1875).

Ainda que a coesão social de todas estas sociedades ocorresse por intermédio de alguma crença religiosa, Nordhoff (1875) discorda de outros autores de sua época que atribuíam a longevidade dessas experiências ao fanatismo religioso, afirmando que a harmonia necessária para manter o grupo unido e próspero requer uma composição societária na qual as pessoas compartilhem uma mesma questão que pode ser ou não uma religião, pois seus estudos empíricos não evidenciaram que comportamentos fanáticos fossem necessários para assegurar tal vínculo. Entretanto, a diversidade de atividades visando a autossuficiência eram cruciais, de modo que em todas as comunidades foram observadas produção de alimentos, lojas ligadas à indumentária e à construção civil, escolas, entre outras (NORDHOFF, 1875).

É fato que o final dos anos 1700 e início dos anos 1800 foram marcados por uma onda de fervor e otimismo religioso nos Estados Unidos, chamada de o Segundo Grande Despertar (JENNINGS, 2016), porém a religião não foi a única inspiração dessas comunidades utópicas. Ideais socialistas e comunistas pré-Marx originados na Europa no calor das revoluções Francesa e Industrial (HARVEY, 2003),

juntamente com a disponibilidade de terras a preços acessíveis no novo continente, atraiu seguidores empenhados em colocar em prática suas visões de mundo. Dentre as influências apontadas por Jennings (2016), destacam-se Charles Fourier (idealizador dos Falanstérios), Etienne Cabet (autor do livro “Viagem e aventuras de Lorde William Carisdall em Icária”) e Robert Owen (fundador da comunidade Nova Harmonia). Assim, ao analisar 5 movimentos influentes do utopismo estadunidense (Shakers, Fourieristas, Icarianos, Owenistas e Perfeccionistas), Jennings (2016) observou a presença de filosofias próprias sobre espiritualidade, relacionamentos, compartilhamento de renda, dieta e que, além disso, esses grupos aspiravam ao *status* de comunidades modelo, desejando irradiar suas ideias para o restante do país e viabilizar uma outra sociedade. Com tal intuito, residentes dessas comunidades, entusiastas e investidores circulavam entre as propriedades, principalmente na Costa Leste, promovendo o intercâmbio de ideias, técnicas e vivências relativas à criação e operação de propriedades coletivas (JENNINGS, 2016).

Ainda que poucas das comunidades abordadas tenham durado mais que algumas décadas, as experiências tiveram grande impacto cultural para além de seus tempos históricos, reverberando temas politicamente progressistas para a época, como igualdade de gênero e abolição da escravidão, essenciais para reformas sociais levadas a cabo posteriormente (JENNINGS, 2016).

Merece também destaque como importante influência nas contraculturas espaciais dos Estados Unidos a publicação, em meados do século XIX, da obra autobiográfica *Walden* (THOREAU, [1854]/2014), a qual descreve uma experiência de vida na floresta, retirada da sociedade e enaltecida do direito à desobediência civil (no caso, recusando-se a pagar os impostos obrigatórios) e à autossuficiência como forma de resistência ao poder instituído. Esta obra seria resgatada na fase seguinte das contraculturas espaciais, entre aqueles que formariam um movimento fundador de diversas comunidades rurais, que ficou conhecido como *back-to-the-land* (retorno ao campo).

### 2.1.1.2) Utopistas no Brasil

Embora ligeiramente posteriores ao recorte temporal proposto por Matheus e Silva (2014), as experiências utópicas iniciais brasileiras remontam também ao século XIX. A então recente independência adquirida em 1822, com a proclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil, ocorre no calor de numerosas insurgências provinciais de caráter emancipatório, tais como: a Conspiração dos Suassunas (1801), a Revolução Pernambucana (1817), a Revolução Liberal (1821), as batalhas pela independência da Bahia (1822-23), a Confederação do Equador (1824), a independência bem-sucedida da República Oriental do Uruguai (1828), a Revolução Federalista (1837), a Cabanagem (1835-40), a Sabinada (1837-38), a Revolução Farroupilha (1835) e a Insurreição Praieira (1848-50). Estes episódios são somente alguns dentre dezenas ocorridos por todo o território durante a vigência do Império do Brasil, mas já são suficientemente ilustrativos de um ambiente de instabilidade política profícuo para a divulgação de ideias contra sistema nos círculos intelectuais e oligárquicos brasileiros da época.

Embora houvesse um predomínio dos ideais republicanos, foram identificadas três contraculturas espaciais que poderiam ser enquadradas como germinais do movimento alternativo brasileiro: os Falanstérios do Saí e de Palmital (1841-1864) em Santa Catarina, a Colônia Cecília (1890-1894) no Paraná e a Comunidade Futuro (1910) em Goiás. Ainda que efêmeras, são experiências indicativas de que também houve espaço para ascensão de iniciativas de cunho socialista-fourierista e anarquistas no Império do Brasil e na República Velha. Recomenda-se a leitura de Leonídio (2007) e Gonçalves (2002) para entendimento da difusão inicial do socialismo utópico no Brasil, em meados do século XIX; Lins (2009) e Gonçalves (2004), para maiores detalhes sobre os Falanstérios do Saí e de Palmital; Gonçalves (2004) e o filme “La Cecilia” (COMOLLI, 1975) sobre a Colônia Cecília.

Cabe, ainda, destacar a importância dos quilombos para o quadro de contestação da ordem vigente. Se, por um lado, não se enquadram na definição de contracultura espacial, pois historicamente anteriores à industrialização, por outro, são exemplos

notórios de organização socioespacial contra sistema, pois materializaram, de fato, uma alternativa de vida a muitos daqueles que estavam subjugados a um modelo opressor baseado na desumanização da pessoa negra e operado pelas vias da violência. Na atualidade, a maioria das comunidades quilombolas remanescentes encontram-se no cerrado goiano: 62 quilombos abrigam por volta de 4 mil pessoas e ocupam 262 mil hectares (ALMEIDA, 2016). A origem dos quilombos nesta região remonta à economia de exploração de minérios preciosos no interior do país, quando os escravos foragidos encontravam refúgio seguro somente em áreas de acentuado relevo, além de remotas (ALMEIDA, 2016). Como comunidades que vivem basicamente da agricultura, têm sido receptivas à incorporação de práticas ecológicas no manejo de seus cultivos, além de desenvolver atividades no setor de ecoturismo (ALMEIDA, 2016).

### **2.1.2) Contraculturas espaciais rebeldes**

Fora das esferas de discussões e acordos de alto escalão internacional, a ecologia gradativamente amplia seu espaço em meio à opinião pública por outros meios. A publicação do livro "Primavera Silenciosa" (CARSON, 1962) nos Estados Unidos teve repercussão mundial e denunciou os perigos à saúde humana associados ao uso indiscriminado de pesticidas nas lavouras e no ambiente doméstico. Carl Sagan, então editor-chefe da mais influente revista de astronomia *Icarus*, contribuiu para a difusão da Hipótese de Gaia (LOVELOCK, 1967), a partir da qual compreende-se hoje o planeta Terra como um sistema complexo com capacidade de autorregulação (NETO, LIMA-TAVARES, EL-HANI, 2005). Mas a atribuição do nome Gaia (Mãe-Terra) à teoria resultou em adjetivações como "viva" e "super-organismo" ao planeta, o que favoreceu toda sorte de interpretações místicas às quais a comunidade científica era (e continua sendo) pouco receptiva. Ainda assim, Sagan seria porta-voz de uma reaproximação entre ciência e religião, tendo afirmado inclusive que a natureza meticulosamente equilibrada do meio ambiente global (evidenciada por Lovelock) provocava-lhe temor e reverência (BARLOW, 1998), numa evidente introjeção espiritual da Teoria de Gaia. Outro marco importante foi uma ação embrionária do que mais tarde viria a se tornar o Greenpeace, uma das

ONGs ambientalistas de maior presença no mundo hoje. Em 1971, um pequeno barco tripulado por ativistas ambientais tentou impedir a realização de testes nucleares na costa ocidental do Alasca, então promovidos pelo governo dos Estados Unidos. Embora tenham sido interceptados, a coragem do ato sensibilizou muitas pessoas à causa ambiental (GREENPEACE BRASIL, 2010).

Além das duas obras e do ativismo apontados, cabe lembrar a emergência da contracultura, que ocorreu primeiramente nos Estados Unidos e na Europa, mas repercutiu mundialmente, inclusive na América Latina e no Brasil, ainda que com expressão mais tardia (VIOLA, 1987). O termo "contracultura" foi cunhado por Roszak (1969) para fazer referência ao florescimento de manifestações culturais que, embora diversas nas suas contestações e métodos de ação, em conjunto representavam um quadro de insatisfação, sobretudo das camadas jovens da população, e de oposição política que colocou em questão as instituições fundamentais da sociedade ocidental capitalista nos anos 1960-70. A difusão de tal nomenclatura deve-se em grande parte à sua utilização pela mídia impressa nos Estados Unidos (SOUSA, 2013).

O contexto econômico favorável para os Estados Unidos de finais da década de 1940 foi fundamental para a consolidação de um padrão de vida traduzido na expressão "*american way of life*" (estilo de vida americano), fundamentado na crença em uma sociedade de consumo opulenta, progressista e meritocrática, cuja unidade social básica é o núcleo familiar patriarcal e que materializa-se no desenho urbano do subúrbio, na propriedade privada centrada na posse da casa própria e do automóvel individual (CUNHA, 2017). Esse modelo de sociedade seria amplamente divulgado no mundo como um "sonho bem sucedido", projetando na imprensa, na literatura, na televisão e no cinema um objetivo a ser alcançado pelos demais países (DE ALBUQUERQUE, 2001; CUNHA, 2017). Entretanto a partir de meados dos anos 1960, a supremacia econômica estadunidense passa a concorrer com o fortalecimento das economias européias e asiáticas reestruturadas do pós II Guerra Mundial, colocando dificuldades à prosperidade continuada do *american way of life* (VEIGA, 1991). Soma-se, ainda, o impacto nos preços dos combustíveis gerado

pelos momentos de crise observados no setor petrolífero em 1956, em 1973-4 e 1979-81, que afetaram diretamente a população.

O contexto político global da época estava bipolarizado pela Guerra Fria, no qual perdurava uma tensão generalizada quanto ao potencial destrutivo das armas nucleares utilizadas na Segunda Guerra Mundial. Este e outros fatores colaboraram para o questionamento sobre a validade do envolvimento dos EUA nas guerras da Coreia (1945-49) e do Vietnã (1955-1975). Soma-se, ainda, que a opinião pública negativa a respeito das usinas nucleares para geração de energia acentuou-se com os impactos gerados pelos testes mal sucedidos em Yucca Flat (Nevada, EUA, 1970) e os acidentes de Three-Mile Island (Pensilvânia, EUA, 1979) e de Chernobyl (Ucrânia, então URSS, 1986), que expuseram fragilidades e riscos das usinas nucleares.

Quanto ao contexto cultural, trata-se de um momento de "orientalização do Ocidente" (CAMPBELL, 1997), possibilitado pela ampliação das comunicações e dos deslocamentos populacionais pelo mundo. Entende-se que ocidental não diz respeito ao posicionamento geográfico de origem das ideias, mas, sim, às ideias que são próprias da cosmovisão das sociedades ocidentais que globocolonizaram (BOFF, 2002) a economia mundial, impondo violentamente seus interesses comerciais através de valores culturais, religiosos e costumes sociais aos continentes americano, africano e asiático. Com a insolvência do Império Britânico e a emergência dos Estados Unidos da América como potência mundial, após a II Guerra Mundial (1939-45), a teoria Neoliberal ganhou relevância, ressignificando o liberalismo clássico do início do século XX e dando novos contornos à economia da globocolonização (BOFF, 2002). Orientalização trata-se, portanto, de um processo de resgate e de valorização dos conhecimentos e das culturas asiáticas, vernáculas (como as indígenas), populares, medievais e pré-cristãs (DE ALBUQUERQUE, 2001). Trata-se, ainda, da introjeção do divino como manifestação imanente do ser humano, de modo que "o sagrado passa a manifestar-se nos corpos e no cotidiano, não mais em alhures, distante" (WEBER; FERRAZ, 2016, p. 409). Cabe ressaltar que a tradição religiosa dos EUA é a vertente protestante do cristianismo, a qual

exalta a supremacia do ser humano sobre o meio ambiente, que fica sujeito à exploração desmedida (FRANCISCO, 2015). A aproximação entre as percepções ambientais emergentes e as formas de espiritualidade e religiões "orientais" deu novos significados à prática espiritual. Para Hervieu-Léger (1982 apud SILAS, 2009), os discursos catastrofistas evocados pelos ambientalistas com intuito de sensibilizar a opinião pública para os desequilíbrios entre o ser humano e o meio ambiente apresentam grande afinidade com os apocalipses nas religiões cristãs ocidentais. Não por acaso, a busca interior pelo resgate do equilíbrio perdido no mundo exterior levaria muitos adeptos do movimento ambientalista alternativo a incorporar simbologias e referências de variadas crenças espirituais ou religiosas. Juntamente com a difusão de novos pontos de vista sobre a Natureza, o ser humano e o divino no Ocidente, também as drogas psicodélicas proporcionaram a experimentação de outros estados de consciência (ROSZAK, 1969), induzindo a novas formas de perceber o mundo.

O cenário econômico dos anos 1960 era desfavorável aos setores sociais médios e os jovens não vislumbravam para si o futuro tal qual havia sido traçado por seus pais. A crítica aos valores da modernidade, às guerras, aos valores tradicionais da família e das igrejas, junto ao descontentamento com as táticas de contestação tradicionais dos movimentos de esquerda, emerge na juventude como um sentimento de "recusa" (WEBER; FERRAZ, 2016). Abriu-se aí o caminho para o surgimento dos *beatniks*, dos *hippies*, do *New Age* (Nova Era), do movimento *back-to-the-land* (retorno ao campo), dentre outras formas de expressão antissistema que foram agrupadas e generalizadas no termo contracultura (ROSZAK, 1969).

Feita esta breve retrospectiva, compreende-se que havia um cenário propício à emergência de visões críticas que motivaram a adoção de outros padrões de pensamento e comportamento. Um dos desdobramentos da contracultura foi o estabelecimento das chamadas "comunidades alternativas" por grupos de pessoas determinadas a construir outros modos de vida, geralmente fora das cidades (WEBER; FERRAZ, 2016). Motivados por uma fatura de temas, abordados de



muitas maneiras, tal fenômeno não foi, obviamente, homogêneo. Conforme resumido por Sousa (2013, p. 4), os conteúdos de interesse eram bastante variados:

valorização da natureza (ecologia); vida comunitária; luta pela paz (contra as guerras, conflitos e qualquer tipo de repressão); vegetarianismo; respeito às minorias raciais e culturais; experiência com drogas psicodélicas; liberdade nos relacionamentos sexuais e amorosos; anticonsumismo: aproximação das práticas religiosas orientais, principalmente do budismo; crítica aos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão; discordância com os princípios do capitalismo e economia de mercado; forma despojada e livre de expressão artística.

Para Matheus e Silva (2014, p.43) as contraculturas espaciais dos anos 1960 e 70:

guardavam semelhanças e retomavam diversas características das experiências que as precederam [no século XIX], no entanto, estimuladas pelo aprofundamento das contradições e pelas novas questões então suscitadas, elas passaram a comportar também outras influências, preocupações e objetivos. (...) [Agregaram, portanto,] a crítica ao cientificismo e a busca por uma relação social com a natureza diferente daquela tornada hegemônica na modernidade ocidental.

Portanto, o sentimento de "recusa" impulsionou a formação de comunidades alternativas, espaços mais propícios ao livre exercício e à assimilação dos novos valores de identificação individual e práticas cotidianas mais "orientais", pois como bem apontado por Weber e Ferraz (2016, p. 409), criticava-se "a ideia de progresso, tanto capitalista quanto socialista, que era vista como o adiamento *ad infinitum* da realização, que para a contracultura deveria ser buscada no aqui e no agora".

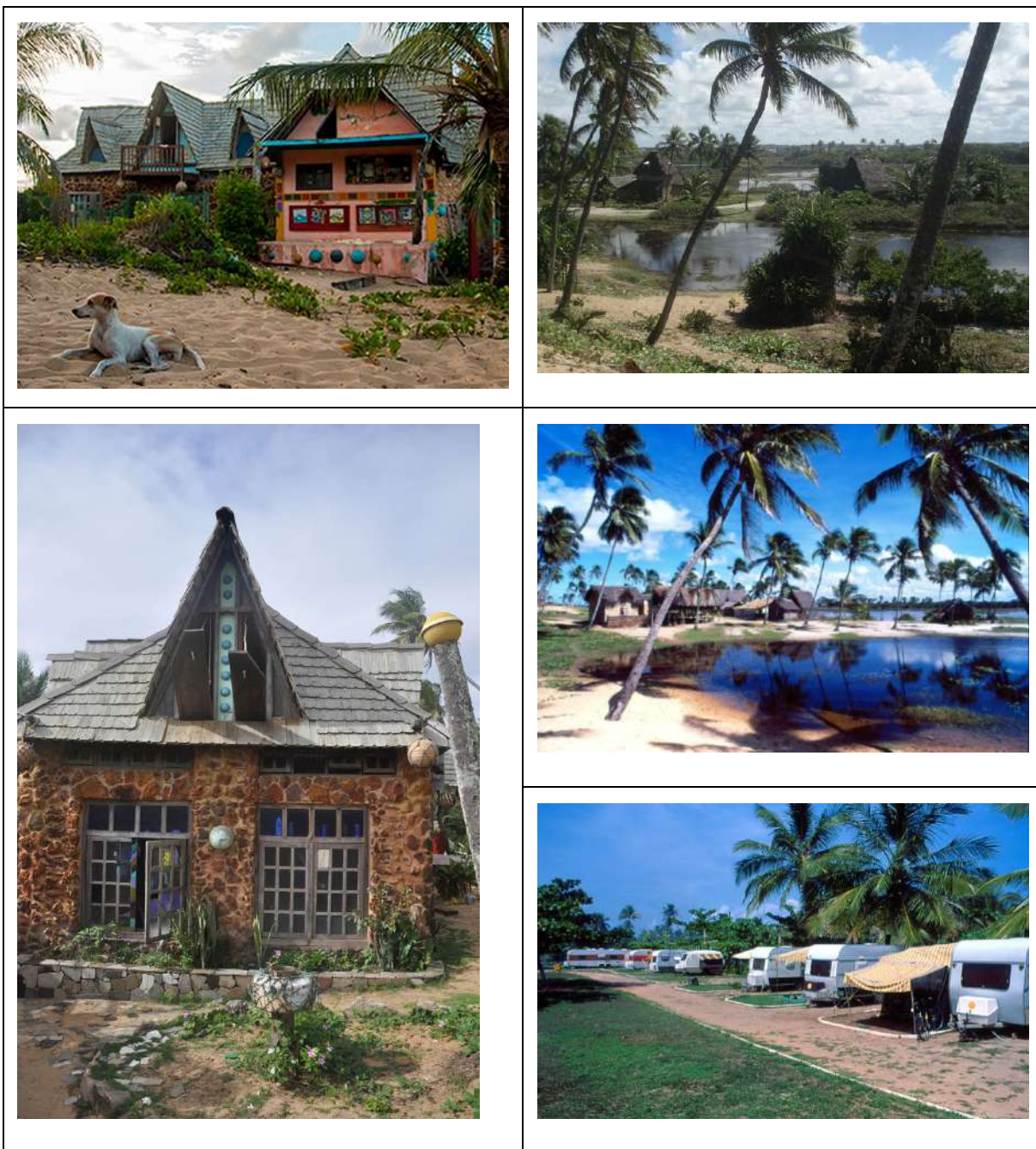
#### 2.1.2.1) Comunidade *hippie*

No Brasil, destaca-se como expressão da contracultura espacial rebelde a formação de uma comunidade *hippie* em Camaçari, na Bahia (a cerca de 40 km de Salvador),

na década de 1970: a Comunidade Híppie de Arembepe, ainda existente. Seus habitantes mudaram-se para o local, onde até hoje não há luz elétrica, nem água encanada, em busca de uma vida simples e desapegada do consumo, podendo ser caracterizados como figuras típicas do "desbunde" brasileiro (SOUSA, 2013).

Quadro 2.3: Fotos do espaço da Comunidade Híppie de Arembepe, BA, Brasil.





Fontes: VIVACQUA, sem data; EVELYN, 2015; VEM ANDAR COMIGO, 2016; NUNES, 2016.

Localizados entre o rio e o mar, não há possibilidades para agricultura. Subsistem pelo turismo, com a venda de artesanatos. São 80 moradores em 40 cabanas, feitas primordialmente com materiais naturais como madeiras e palhas (SOUSA, 2013). Nos arredores há espaços dedicados a *camping* e estacionamento de *trailers*, além de algumas casas. Sendo frequentado por outros públicos na atualidade, como

famílias com crianças, nas cercanias prosperaram restaurantes, hotéis, escolas, mercados, o que em certa medida descaracterizou a ambiência que havia no local em épocas anteriores, quando visitado basicamente por mochileiros, aventureiros e outros *hippies* (SOUSA, 2013). Foi, inclusive, encontrado um registro fotográfico de visita feita pela cantora Janis Joplin à comunidade (Quadro 2.4).

Quadro 2.4: Janis Joplin na Comunidade Hippie de Arembepe, BA.



Fonte: NUNES, 2016.

#### 2.1.2.2) Comunidade *cohousing*

Um outro tipo de contracultura espacial da fase rebelde é a proposta de *cohousing* (co-habitação). Esta forma de comunidade caracteriza-se pelo agrupamento de residências privadas, geralmente de tamanho reduzido para maximizar espaços abertos compartilhados para interação social. Há instalações comuns para uso diário

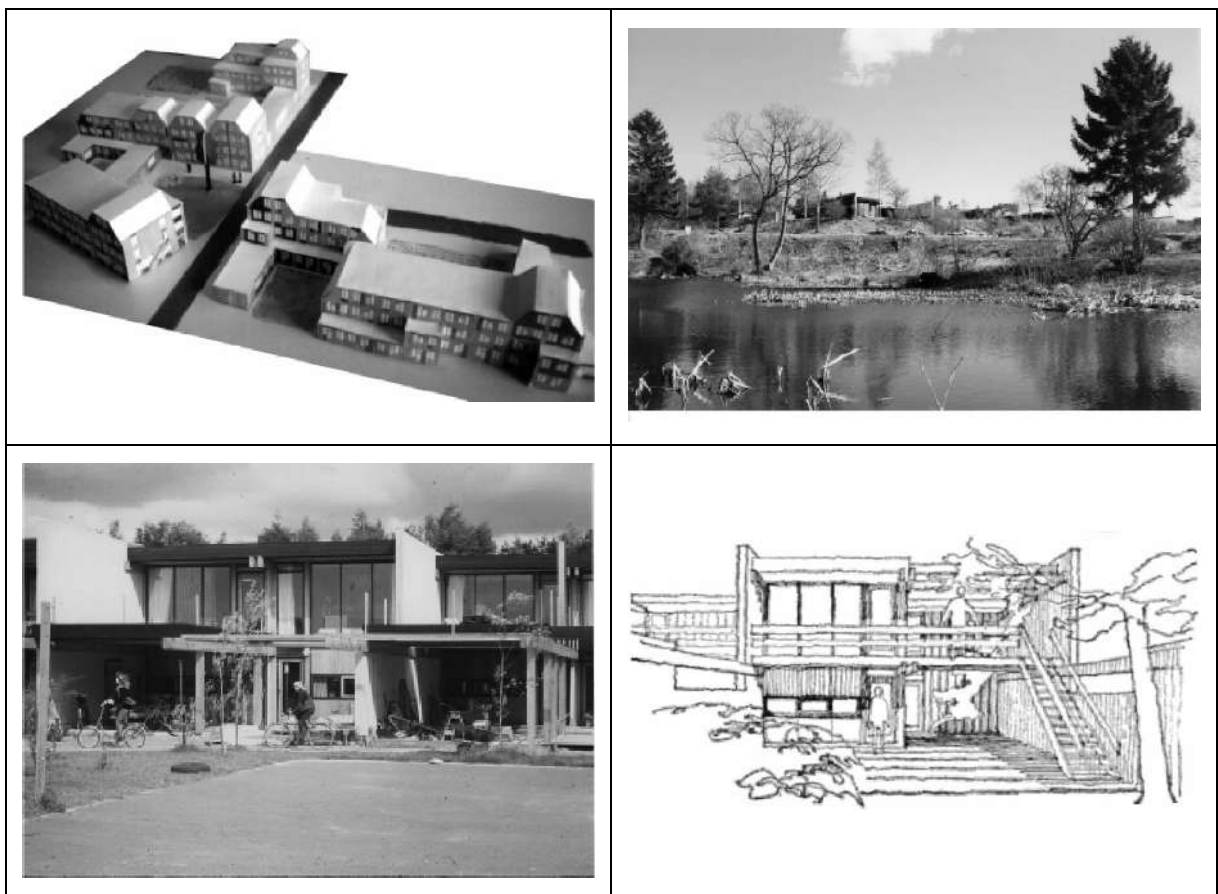
compartilhado e auto-governança coletiva baseada em consenso (JARVIS, 2011). Trata-se de um modo intermediário de morar em famílias agregadas, em que o ambiente de uso comum é mais interligado do que nos convencionais blocos de apartamento e do que nas típicas ruas dos subúrbios residenciais do modelo estadunidense. Assim sendo, o espaço compartilhado objetiva ser mais propício à mutualidade, à cooperação, à reciprocidade e ao intercâmbio entre as pessoas (JARVIS, 2011). Este tipo de habitação compartilhada desafia o privatismo da casa própria e do subúrbio, alocando mais valor às interações, aos encontros e às refeições coletivas do que no bem imóvel e no *status* que este representa (JARVIS, 2011). Trata-se de uma comunidade alternativa que não tem como princípio a fuga da sociedade maior, mas uma inserção diferenciada dentro dela, mediante o fortalecimento do senso de comunidade e da maior eficiência no uso dos espaços e dos bens de consumo.

A primeira comunidade tipo co-housing de que se tem notícia (Quadro 2.5) chama-se Sættedammen e originou-se na Dinamarca, em 1972. A articulação teve início em 1967, quando Bodil Graae publicou o artigo "As crianças devem ter centenas de pais", no qual manifestou o desejo de formar um coletivo habitacional e pediu para que os interessados contactassem-na. Atualmente conta com 35 famílias, num total de 80 moradores (60 adultos e 20 crianças). Todos os sistemas e acordos sociais entre residentes têm como princípio o não envolvimento de dinheiro. O ambiente residencial é dinâmico, com atividades sociais organizadas por vários grupos de interesse formados entre os moradores, que reúnem-se diariamente para jantar e também em datas de celebração, como feriados e outros eventos culturais. Também pratica-se conjuntamente o cultivo de alimentos, a criação de animais e até uma publicação com tiragem quinzenal, o jornal Sætposten. A comunidade não possui uma orientação religiosa ou espiritual comum, sua identidade comunitária é o convívio compartilhado, que vai desde a comunitarização de parte dos espaços e dos bens de consumo até as responsabilidades parentais (SÆTTEDAMMEN, 2018).

Projetado pelos arquitetos Theo Bjerg e Palle Dyreborg, com base na flexibilidade e no uso racional do espaço, o conjunto edificado associa unidades residenciais

particulares com vários ambientes coletivos. As construções incorporam materiais e métodos construtivos possibilitados pela industrialização, mas buscou ir além das formas convencionais e criar soluções que pudessem acompanhar as mudanças nas necessidades de acomodação das famílias com o passar do tempo. No projeto residencial, por exemplo, a estrutura de suporte da carga de todo o teto é desvinculada das paredes, que têm função somente de fechamento, o que permite movê-las com relativa facilidade. Atualmente abriga 27 lares independentes e outros 9 espaços comunitários para atividades sociais, funcionamento de cooperativas e eventual aluguel para terceiros. Desde a década de 1970 são utilizados coletores solares na geração local da energia consumida pelos residentes (SÆTTEDAMMEN, 2018).

Quadro 2.5: Comunidade *co-housing* Sættedammen, Dinamarca.





Fonte: SÆTTEDAMMEN (2018).

Nos dois exemplos apresentados (*cohousing* e comunidade *hippie*), embora muito diferentes, pode-se observar que há uma convergência entre os desejos de reunião em comunidade e de busca por uma vivência fraterna, onde a interação interpessoal e com o meio ambiente baseia-se na simplicidade e na partilha comunitária. Estes conceitos primários apresentam-se associados a outras características que são próprias de cada grupo, conferindo-lhes personalidade.

Foi nesta época também que se formaram algumas comunidades que hoje são tidas como referenciais para o movimento das ecovilas, como as de origem espiritual Findhorn (1962), na Escócia, e Auroville (1964), na Índia, e a de origem *hippie* The Farm (1971), nos Estados Unidos. Embora algumas comunidades originadas na segunda fase das contraculturas espaciais continuem existindo até hoje, não estão imunes às mudanças que acompanham a passagem do tempo. A comunidade The Farm, por exemplo, passou por grandes transformações em suas estruturas e propósitos, levando-a a abandonar a postura original de recusa própria da causa *hippie* e a desenvolver hoje uma série de atividades e negócios na propriedade, ampliando sua inserção na sociedade devido à sua conversão em Centro de Treinamento para a Ecologia (THE FARM, 2018). Alternativamente, Arembepe conserva-se tão *hippie* quanto possível no decurso histórico e, embora receba turistas, tal atividade não parece ter alterado substancialmente sua identidade inicial.

### 2.1.3) Contraculturas espaciais contemporâneas

Vários autores ressaltam (SANTOS JR, 2006; CAPELLO, 2013; DAWSON, 2004) que os aspectos críticos herdados da contracultura inspiraram as experiências das ecovilas. Entende-se que o tipo de assentamento humano proposto pelas ecovilas é uma forma contemporânea de expressão da ideia de protagonizar as mudanças necessárias à sociedade como um todo a partir das ações individuais e coletivas no cotidiano. O que distingue as ecovilas de outros tipos de comunidades alternativas é o foco específico e explícito na sustentabilidade (WAGNER, 2012), o que não impede uma comunidade que originalmente não tenha surgido como ecovila de tornar-se uma, como foi o caso da hoje expoente Findhorn, por exemplo (Figura 2.1).

Figura 2.1: Ecovila Findhorn, Escócia.



Fonte: Findhorn Foundation (2017).



Dawson (2004) sintetizou as raízes contraculturais das ecovilas a partir de cinco movimentos: (1) pacifista, (2) ambientalista, (3) comunitarista, (4) desenvolvimento de escala e tecnologia intermediárias (especialmente em países periféricos) e (5) educacional alternativo, cujas principais características encontram-se resumidas no Quadro 2.6. Embora diferentes, todos esses movimentos compartilham o exercício da crítica aos valores orientadores da cultura predominante na sociedade ocidental e apresentam propostas alternativas, que vão desde uma superação radical até um contorno possível dentro da macroconjuntura vigente.

Quadro 2.6: Movimentos contraculturais inspiradores do movimento de ecovilas.

Pacifismo	De inspiração monástica ou Gandhiana, centrada em ideais de autoconfiança e espiritualidade, autossuficiência e descentralização, tendo como exemplos diretos comunidades religiosas como a Catholic l'Arche e vilas budistas da Ásia e, indiretamente, também influenciadas por filosofias New Age do Oeste dos Estados Unidos, pelo Movimento Sarvodaya Pela Paz (Sri Lanka) e pela comunidade Auroville (Índia).
Ambientalismo	Do movimento ambientalista e pacifista alemão que havia estabelecido, nos anos 1980, assentamentos com base em princípios ecológicos próximos a usinas nucleares contra as quais protestavam. Estes foram nomeados de <i>ökodorf</i> (ecovila, em tradução literal), de onde Dawson (2004) acredita que o termo teria sido tomado de empréstimo. Esta militância fundiu-se ao nascente movimento maior das ecovilas após a reunificação alemã, em 1989.
Comunitarismo	Dos movimentos <i>Back-to-the-Land</i> (retorno à terra) e <i>Hippie</i> que, embora diferentes, convergem na rejeição aos valores da sociedade de consumo, como o materialismo e consumo excessivos e em preconizar uma reconexão entre ser humano e natureza, produzir alimentos localmente e adotar modos de vida gerenciados em comunidades de pequena escala. Também o movimento <i>cohousing</i> (co-habitação), dinamarquês apresentou-se como estratégia de

	minimização das necessidades de consumo pela partilha de bens e espaços de uso doméstico entre os membros de uma comunidade.
Desenvolvimento de escala e tecnologias intermediárias	Da proposta de desenvolvimento humano de base comunitária e de viés distributista com escala e tecnologia intermediárias que, conforme formuladas por E. F. Schumacher, correspondem à adoção de tecnologias adequadas para o contexto dos países subdesenvolvidos, economicamente mais acessíveis e descentralizadas, proporcionando independência técnica.
Educação alternativa	Dos movimentos educacionais críticos aos sistemas institucionalizados de escolarização e que propõem abordagens diferenciadas, de visão holística, como, por exemplo, aqueles inspirados na antroposofia de R. Steiner ou na escola montessoriana.

Fonte: Adaptado de Dawson (2004).

Portanto, ainda que as ecovilas constituam um conjunto de experiências singulares, apresentam correspondências entre si, pois incorporam características de uma ou de várias manifestações contraculturais, o que permite que sejam agrupadas sob um mesmo termo (DAWSON, 2004).

Na terceira fase das contraculturas espaciais, a formação de comunidades que se articulam em torno da ideia da sustentabilidade tem influência das fases anteriores e também das discussões globais sobre desenvolvimento sustentável, impulsionadas pela Rio-92. A partir de então também passam a ser referenciais de sustentabilidade os conteúdos de documentos como a Agenda 21 (Metas do Milênio) e a Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Nordbeck (2004) relata, por exemplo, como o caso sueco mostrou-se exemplar na convergência desses dois aspectos, pois articulou o plano da agenda 21 local aos movimentos sociais de base, colaborando para que as comunidades já existentes e gestadas sob influência da contracultura evoluíssem nos seus projetos ecológicos. Também houve estímulo governamental para que outras novas fossem formadas.

Decorridos 5 anos, a qualidade e a eficiência das estratégias implementadas por esses movimentos em suas localidades colaboraram para a elevação dos padrões construtivos normatizados pela legislação nacional da Suécia (NORDBECK, 2004).

## 2.2) Ecovila: as origens do conceito e do movimento global organizado

O termo ecovila começou a ser elaborado como um conceito no início da década de 1990 a partir da iniciativa de um casal nórdico residente num *cohousing*.

### 2.2.1) Idealização e pesquisa

No início dos anos 1970, a ativista Hildur Jackson (Figura 2.1) colaborou com a fundação da *cohousing* dinamarquesa Hoejtofte (BUTCHER, 2016), acreditando que seria um meio de equacionar o dilema feminino moderno entre o trabalho de tempo integral e o isolamento e a dependência como donas de casa (GAIA TRUST, 2017). Ali viveu com seu marido Ross Jackson, seus filhos e mais 6 famílias por 20 anos, compartilhando uma casa comunitária, área de lazer, hortas e criações animais. Além do movimento de mulheres, era particularmente envolvida com o movimento comunitário local e temas como parto natural, meditação, tecnologia e sociedade, agricultura orgânica e permacultura (GAIA TRUST, 2017).

Figura 2.2: Hildur Jackson (1942-2015).



Fonte: Jackson (2018).

Na década de 1980, o norueguês Erik Damman, que havia fundado em 1974 a ONG "O Futuro em Nossas Mãos" (<<http://www.fioh.org/>>), iniciou o projeto "Campanha Nórdica Alternativa", para o qual obteve financiamento do governo norueguês. O projeto vinculou membros da comunidade científica com 100 movimentos de base locais com o objetivo de elaborar uma visão para lidar com problemas sociais e ambientais globais. Hildur trabalhou 7 anos neste projeto como coordenadora nórdica do grupo dinamarquês e realizou seminários, exposições, competições e projetos preliminares (JACKSON; JACKSON, 2004). Naquele momento já estava claro aos movimentos nórdicos que o conhecimento e os instrumentos de que dispunham eram suficientes para estabelecer comunidades sustentáveis que não explorassem o restante do mundo (JACKSON; JACKSON, 2004). Além disso, entendiam ser necessária a capacitação da comunidade para planejar as interações dos ambientes construídos com o mundo natural e para organizar o modo coletivo de viver. Segundo Jackson (1998, 2004), juntamente às tecnologias e agricultura ecológicas, as estruturas de decisão e a economia local têm importância vital para o sucesso de uma comunidade.

Em 1987, Hildur, Ross e seu sócio Bernard Lietaer, fundaram a Gaia Trust, uma entidade filantrópica sob a qual, pouco tempo depois, foram estabelecidas duas outras entidades: a Gaia Villages, com o propósito criar uma rede dinamarquesa e uma rede internacional de comunidades sustentáveis, e a Gaia Technologies, uma empresa de capital de risco voltada para o financiamento de empresas *start-up* "verdes" na Dinamarca objetivando complementar as atividades da Gaia Trust e gerar empregos nas comunidades (GAIA TRUST, 2017). Por cerca de dez anos, a Gaia Tech disponibilizou fundos para iniciativas empresariais promotoras de um ambiente mais limpo, que privilegiavam métodos produtivos com uso reduzido de recursos ou que produziam alimentos saudáveis e orgânicos (GAIA TRUST, 2017).

A operacionalização inicial da Gaia Trust deu-se por meio de aportes financeiros provenientes da Gaia Corp., empresa-filha da Gaia Trust fundada em 1988 por Ross e Bernard, que atuavam como consultores de investimentos já há algumas décadas (GAIA TRUST, 2017). Como empresa *offshore hedge funds* (empresa de fundo de

cobertura registrada em paraíso fiscal), a Gaia Corp. obteve excepcional sucesso no mercado internacional no início dos anos 1990, concedendo mais de 20 milhões de dólares para ações de caridade da Gaia Trust até o anos 2000, quando foi vendida para o grupo africano Appeton (GAIA TRUST, 2017). Nesse período, mais de 300 projetos foram subsidiados em 30 países, dentre os quais a realização dos primeiros cursos de permacultura em diversos destes (GAIA TRUST, 2017).

Assim, essas três entidades - Gaia Trust, Gaia Technologies e Gaia Villages - foram articuladas com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma concepção de mundo não somente mais sustentável (conforme o tripé ambiente - sociedade - economia), mas também mais espiritual (GAIA TRUST, 2017). A inclusão da espiritualidade como fator de sustentabilidade advém, em grande parte, da influência de racionalidades alternativas (ou orientais) que subvertem o pensamento ocidental linear e desagregador dos saberes (CAMPBELL, 1997). Na percepção de Jackson (1998), a Permacultura (MOLLISON; HOLMGREN, 1978) não oferecia definições e caminhos claros para as dimensões sociais e espirituais do viver humano, as quais acreditava importante incorporar à noção de sustentabilidade.

Tendo isso em vista, compreende-se porque há um sincretismo entre mitologia grega e filosofia tradicional chinesa na estratégia empresarial da Gaia Trust formulada por Hildur. O nome tomado de empréstimo da titã olímpica Gaia (Mãe Terra) corresponde ao componente *yin* (feminino) das formas de organização da sociedade (no caso, fomentar e subsidiar formas de viver em maior harmonia com a Natureza), enquanto o *yang* (masculino) refere-se ao investimento complementar em negócios “verdes”, com foco em impulsionar empresas e empregos voltados para a sustentabilidade (GAIA TRUST, 2017).

Com o intuito de difundir e aprimorar as técnicas e as filosofias já existentes nos projetos de *co-housing* dinamarqueses, havia o interesse de conhecer outras iniciativas de assentamentos humanos alternativos e inteirar-se de suas práticas. Desse modo, surgiu a ideia de uma pesquisa global em comunidades para identificar os melhores exemplos que poderiam ser utilizados como base para formular uma

estratégia para a futura rede de comunidades sustentáveis na Dinamarca (JACKSON, 1998).

Assim, a Gaia Trust encomendou uma pesquisa empírica, para a qual foram contactados Diane e Robert Gilman, casal editor da revista *In Context*, uma publicação estadunidense estabelecida em 1983, considerada uma das pioneiras no tema sustentabilidade em comunidades (MARE, 2000). Um resumo dos resultados do relatório elaborado pelos Gilman foi publicado naquela mesma revista em 1991. O termo "ecovila" então recém conceituado seria adotado como eixo condutor para a Gaia Villages, que a partir de 1993 organizaria a rede dinamarquesa de ecovilas.

### 2.2.2) Formação da Rede Global de Ecovilas

Atualmente, o movimento global de ecovilas encontra expressão internacional por meio de uma voz oficial chamada *Global Ecovillage Network* (GEN), ou Rede Global de Ecovilas. Trata-se de uma rede de conexão e interação virtual entre as comunidades que se identificam como ecovila. Também atua na organização e divulgação de princípios e práticas das ecovilas, promove arrecadação de fundos para projetos e eventos, realiza encontros e atividades educacionais, elabora materiais didáticos, representa politicamente o movimento no cenário mundial como porta-voz em conferências e no diálogo com governos, instituições acadêmicas, entre outros. Nessa rede, além de ecovilas consolidadas, são encontrados também comunidades tradicionais em transição, novas comunidades em formação e outros projetos e iniciativas de sustentabilidade que se alinham ao conceito (GEN, 2017).

Tudo começou em 1995, quando foi organizada a Conferência "Ecovilas e Comunidades Sustentáveis: modelos para o século XXI" na comunidade de Findhorn, onde reuniram-se cerca de 400 pessoas provenientes de comunidades espalhadas por diversas partes do mundo (BANG, 2005; DAWSON, 2004). Nesta ocasião, além do estabelecimento de contatos e negócios, foi promovido um amplo debate sobre a conceituação proposta por Gilman (1991) e também foi formulada uma articulação das comunidades em redes. A organização inicial e fundação oficial

da GEN contou com o apoio direto das chamadas "ecovilas sementes" (GEN, 2017), que estão relacionadas no Quadro 2.7.

Quadro 2.7: Comunidades fundadoras da Rede Global de Ecovilas.

	<b>Nome</b>	<b>Local de origem</b>
1	Comunidade de Findhorn	Escócia
2	The Farm	Tennessee, EUA
3	Lebensgarten	Steyerberg, Alemanha
4	Crystal Waters	Austrália
5	Ecoville	São Petersburgo, Rússia
6	Gyurufu	Hungria
7	Projeto Ladakh	Índia
8	Instituto Manitou	Colorado, EUA
9	Associação de Ecovilas Dinamarquesas	Dinamarca

Fonte: Adaptado de Bang (2005).

O lançamento formal da GEN a nível mundial ocorreu na Conferência do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos Habitat II, realizada na capital da Turquia, Istambul, em 1996 (GEN, 2017). Jackson e Jackson (2004) relatam que a rede foi representada por 20 moradores de ecovilas de diferentes países, 5000 livretos de divulgação foram distribuídos e o *website* oficial da rede foi inaugurado e divulgado. A tenda atraiu muitos curiosos e a presença da GEN no evento foi considerado um sucesso (JACKSON; JACKSON, 2004; JACKSON, 1998; BANG, 2005) Na ocasião, comunidades turcas que não se conheciam antes fizeram contatos na tenda da GEN e iniciaram a formação da rede de comunidades da Turquia (JACKSON, 1998). Mas foi por meio da internet que o movimento ganhou visibilidade e articulação internacional. Dawson (2004) ironiza o fato de que ao mesmo tempo que as ecovilas pautam-se em valores como autossuficiência e tecnologia de pequena escala, tenham se beneficiado enormemente com a

comunicação digital, que possibilitou o contato e a troca de conhecimentos técnicos e vivenciais entre as diferentes comunidades ao redor do mundo.

Para Bang (2005) e Mare (2000) o ambientalismo das ecovilas representado pela GEN se diferencia pelo seu ânimo positivo e propositivo em relação às problemáticas ambientais. Enquanto as contraculturas rebeldes negavam a poluição, as guerras, os pesticidas, entre outros (ou quase tudo que havia) e se retiravam da sociedade, as contraculturas espaciais contemporâneas na forma de ecovilas estavam dizendo "sim" à comida orgânica, à escala humana, à economia solidária e interagindo com a sociedade ao redor, com intuito de propagar a mudança de pensamento. Litfin (2014) ao realizar estudos de campo em ecovilas ao redor do mundo quase 10 anos depois, relatava o mesmo entusiasmo criativo dos adeptos do movimento com quem interagiu. O holismo proposto pelo pensamento ecológico estendido à esfera comunitária determinaria uma postura alegre e esperançosa na possibilidade de transição cultural para a sustentabilidade, inculcando em pessoas comuns a sensação de poder fazer a diferença no aqui e no agora (BANG, 2005). Essa alteração de postura (da fuga para a ação) confirma a hipótese da contracultura espacial proposta por Matheus e Silva (2014), pois atualiza elementos importantes da fase anterior (como o anseio pelo presente), mantendo seu sentido original, mas reelaborando sua tática.

Mare (2000) sintetizou os aspectos mais importantes sobre o que a participação da GEN na Habitat II agregou ou consolidou no germinal movimento de ecovilas:

1. a sustentabilidade estava sendo discutida somente no âmbito da estabilização dos fenômenos globais com respostas negativas, enquanto os moradores de ecovilas entendiam que sustentabilidade carregava um potencial gerador de melhor qualidade de vida, com mais amor, cooperação e criatividade;
2. a percepção das desigualdades Norte-Sul gerou estímulo para superar a fase de experimentação em comunidades ideais no conforto de habitantes de países ricos e se aproximar das realidades das vilas tradicionais pobres do hemisfério sul;



3. a convicção de que o projeto ecovila proporciona respostas locais para problemas globais e que necessitava esforços para uma unificação Norte-Sul participativa na divulgação da ideia.

A partir de então, o movimento começou a criar mecanismos de fomento à criação de novas ecovilas, com especial interesse nas nações periféricas do capitalismo, e por meio de atividades ligadas à educação.

### 2.2.3) Programa Educação Gaia

O material “Educação para o Design de Ecovilas” (EDE) foi elaborado como um curso de introdução às ecovilas em virtude da “Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014” da Organização das Nações Unidas (ONU). Nele, o tripé da sustentabilidade é acrescido de uma quarta dimensão, chamada de “visão de mundo”. O EDE integra o Programa Educação Gaia criado por uma equipe internacional de educadores denominada “GEESE” (*Global Ecovillage Educators for a Sustainable Earth*, em português: Educadores Globais de Ecovilas para uma Terra Sustentável) que tem como objetivo “educar para a transição para uma cultura sustentável integral, de alcance global, mas decididamente local em sua aplicação” (GAIA EDUCATION, 2005, p.3).

A EDE representa e é compatível com os valores fundamentais da grande comunidade de Ecovilas, entre esses valores se incluem: o respeito à unidade através da diversidade; a celebração de diversas culturas e fés; a prática da igualdade racial, cultural e sexual; a promoção da justiça social e da consciência ambiental; a busca da paz e da autodeterminação local; o empoderamento dos indivíduos e atores locais; a elevação da consciência e do potencial humano; e, de maneira geral, o respeito pela Terra viva que é o nosso lar planetário (GAIA EDUCATION, 2005, p.4, tradução livre).

A sustentabilidade em 4-D também é referida como Projeto Integrado de Sistemas Completos e é organizada segundo a “roda da sustentabilidade” (Figura 2.3). Cada setor colorido da mandala contém cinco módulos, totalizando vinte áreas temáticas.

O material propõe que a mandala de quatro dimensões seja uma estrutura inalterável, porém os títulos e o conteúdo dos módulos individuais estão abertos à mudanças. O currículo foi assim projetado para ser especificamente flexível e adaptável às circunstâncias e necessidades únicas locais referentes ao território de aplicação, aos recursos humanos, financeiros e de tempo disponíveis.

Figura 2.3: Projeto Integrado de Sistemas Completos



Fonte: GAIA EDUCATION (2005, p.7).

De acordo com o EDE, nas ecovilas o conceito de sustentabilidade é entendido dentro de uma abordagem holística que interrelaciona diferentes esferas do viver humano. Assim, ecovila é o todo que integra um suporte biofísico à sustentabilidade 4-D, adaptando-a às características e demandas locais específicas quanto ao contexto geográfico, socioeconômico e cultural das comunidades. Nesse sentido, o conceito pode ser entendido como a totalidade de uma estrutura (*framework*) flexível para organizar o planejamento e a gestão de assentamentos humanos e dos seus subsistemas.

Refletindo sobre o conceito de sustentabilidade, Litfin (2014) apresenta uma visão que coaduna com do material EDE. Para a autora, sustentável não se refere somente à sustentação dos ecossistemas naturais, mas também dos meios de subsistência e das relações humanas. Partindo disso, critica abordagens reducionistas que ecoam o tripé ecológico-econômico-social da sustentabilidade como um balanço entre 3 pernas a serem tratadas separadamente, de maneira especializada, sem, no entanto, interconectá-las. A autora chama atenção, ainda, à dimensão subjetiva que é sumariamente ignorada, ou seja, questões profundas de significado e pertença próprias ao ser humano não parecem ter relevância técnica.

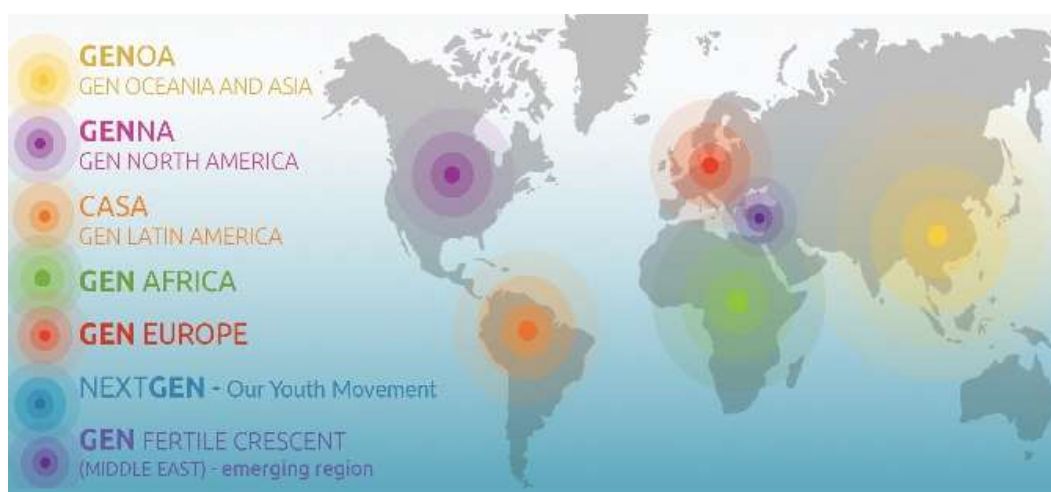
O conceito de sustentabilidade acrescido de subjetividade reporta à dimensão da consciência humana, a partir da qual coloca-se em evidência a necessária coesão entre discurso, pensamento e ação. Em última instância, a forma como se vive externamente expressa quem se é interiormente e o nexos entre uma coisa e outra reside na "sustentabilidade íntima" (LITFIN, 2014, p.30) dos sujeitos.

#### 2.2.4) Estrutura organizacional da Rede Global de Ecovilas

Na época de sua fundação, a GEN estabeleceu inicialmente três escritórios com abrangência administrativa intercontinental (BANG, 2005). Com o tempo, a rede cresceu e a estrutura organizacional da GEN encontra-se atualmente dividida em oito subgrupos, com sete sedes administrativas espalhadas pelo mundo. A Figura 2.4 mostra a localização dos seis escritórios das redes continentais GENOA

(Oceania e Ásia), GENNA (América do Norte), CASA (América Latina), GEN África, GEN-Europa e GEN *Fertile Crescent* (Oriente Médio), ainda em formação. Também informa sobre o projeto NEXTGEN, que vincula projetos tocados independentemente pelas cinco redes já consolidadas e fomenta a sensibilização e a capacitação para formas mais sustentáveis de viver entre pessoas de 18 a 30 anos, de modo a multiplicar e renovar o movimento com novos articuladores regionais (GEN, 2017). O movimento jovem de ecovilas e assentamentos sustentáveis na América Latina são vinculados pela rede CASA *Jóvenes*. Em 2013 foi estabelecido um escritório de referência para o movimento global na ecovila de Findhorn, denominado GEN-International, que busca facilitar a formação de alianças entre projetos de todo o mundo e destes com entidades externas, além de ser um centro de informação sobre ecovilas e de recepção aos interessados em oferecer suporte ao movimento como voluntários, estagiários, donatários ou até investidores (GEN, 2017).

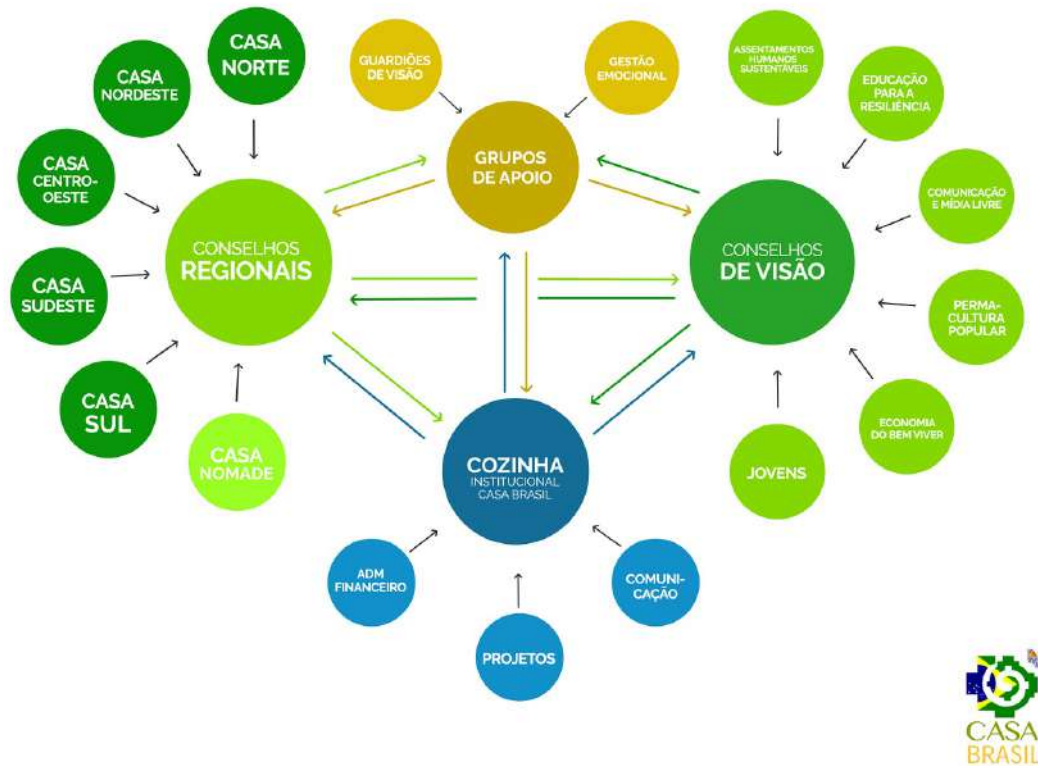
Figura 2.4: Escritórios administrativos da Rede Global de Ecovilas.



Fonte: GEN, 2017.

A rede CASA (*Consejo de Asentamientos Sustentables de las Américas*) abriga ecovilas e também outros projetos, como comunidades tradicionais em processo de atualização para a sustentabilidade, ecovilas móveis ou eco-caravanas, ecobairros e sedes de ONGs, como os centros de Permacultura (GEN, 2017). O Brasil conta com uma rede própria chamada CASA-Brasil, que atualmente encontra-se em processo de revisão de sua estrutura organizacional (Figura 2.5).

Figura 2.5: Proposta de reestruturação da rede CASA-Brasil.



Fonte: Sindeaux e Freitas (2017).

A princípio poderia-se assumir que por conta do território de dimensões continentais, seria apropriado que o Brasil contasse com uma rede própria para relacionamento entre suas comunidades alternativas, comunidades intencionais e ecovilas. Mas, de acordo com Capello (2013) isto ocorre devido ao fato de que muito antes do advento da GEN como entidade integradora de comunidades sustentáveis, desde os anos 1970 as comunidades alternativas brasileiras já se organizavam por meio da Associação Brasileira de Comunidades Aquarianas (ABRASCA), articuladora do Encontro Nacional das Comunidades Alternativas (ENCA).

### 2.2.5) Um olhar crítico sobre a origem histórica do movimento global de ecovilas

Em virtude da origem histórica da Gaia Trust, Matheus e Silva (2014) propõe uma crítica reflexiva sobre a tendência ao alinhamento do movimento institucionalizado de

ecovilas e de muitos de seus precursores e entusiastas com uma geopolítica de desenvolvimento sustentável conduzida pelo mercado capitalista neoliberal. De acordo com este autor, a suposta iluminação espiritual de Hildur Jackson oculta o estreitamento existente entre o capital e a noção de sustentabilidade. Assim como os princípios *yin-yang* descrevem polaridades opostas e contraditórias que se interconectam em relações de interdependência, a antagonia entre o capitalismo e a ecologia também estaria integrada numa totalidade que abarca tanto o mercado quanto o meio ambiente (MATHEUS E SILVA, 2014). A conclusão daí decorrente é a de que o projeto de sociedade sustentável preconizada pela Gaia Trust e, portanto, pelo movimento das ecovilas formalizado por essa entidade, está fortemente amparado nas estruturas econômicas atuais da sociedade e, mais especificamente, no mercado financeiro neoliberal.

O potencial radicalizante do conceito de ecovila não reside numa sociedade de consumo de mercadorias "verdes", muito menos se estas forem financiadas com aportes oriundos da especulação de capitais por empresas sediadas em paraísos fiscais. Seguindo o raciocínio proposto por Matheus e Silva (2014), pode-se suspeitar, inclusive, sobre a boa receptividade da ONU ao conceito, incluindo-o, em 1998, na lista de "100 melhores práticas" da ONU-HABITAT, uma relação de programas locais que representam ideias de sucesso e modelos desenvolvidos em cidades do mundo todo para promover o compartilhamento de informações entre os países. Autores como Acsehrad (2010), Diegues (1992), Layrargues (1997) e Sachs (2000), problematizam o fato de que a agenda ambiental da ONU não confronta a ideologia do crescimento, pelo contrário, estimula-a ao preconizar a resolução das questões socioambientais por intermédio de inovações tecnológicas ecoeficientes, ou seja, pela expansão do mercado. Ora, se o consumo exacerbado configura um problema ambiental, abrir novas frentes de consumo com mais produtos, obviamente, não tem como objetivo transformar a estrutura econômica, política e social da sociedade global. Tendo em vista o interesse dos governos em expandir continuamente suas economias, não é difícil compreender que uma organização intergovernamental como a ONU busque conciliar capital e meio ambiente, de

maneira que as problemáticas ambientais impulsionem os mercados ao invés de bloqueá-los em seu crescimento.

Não é escopo deste trabalho aprofundar esta questão, porém como quase não foi mencionada na bibliografia consultada, considerou-se importante trazer tais fatos à luz, pois podem ser melhor investigados e polemizados em trabalhos futuros. Como já teria apontado Gabeira (1985, p.25), "pensar que a criação de uma pequena empresa, no fundo regida pelas mesmas leis, represente uma purificação dos aspectos mercadológicos, parece-me um pouco exagerado". Ressalta-se que a origem da entidade que financiou o estudo inaugural sobre as ecovilas não invalida em nada o que já vinha sendo feito pelas contraculturas espaciais há muito tempo e nem o que novas comunidades inspiradas pelo conceito de ecovila realizam hoje em suas localidades e realidades específicas, muitas vezes não estando sequer registradas no banco de dados da GEN. Conforme o Quadro 2.6 (p.71), o *cohousing* dinamarquês, onde o termo ecovila começou a ser gestado com um conceito, é somente um dentre dez movimentos contraculturais destacados por Dawson (2004) como influentes na formação inicial do movimento de ecovilas. A Gaia Trust e todas as suas ramificações empresariais constituem somente uns poucos parágrafos de uma enciclopédia de projetos alternativos concebidos na história da humanidade.

### **2.3) Dispersão atual das ecovilas pelo mundo**

Com intuito de obter uma noção inicial da abrangência geográfica do fenômeno no território mundial e brasileiro, foi realizada uma listagem de comunidades baseada em bancos de dados oficiais em duas redes virtuais proeminentes, *Global Ecovillage Network* (GEN) e *Fellowship for Intentional Communities* (FIC).

A busca no banco de dados GEN (2017) retornou 1.163 resultados, dos quais 49 não informaram a localização e foram excluídos do cálculo. Considerou-se, portanto, uma amostra total de 1.114 de ecovilas para a estatística relativa entre continentes e países. As Figuras 2.6 e 2.7 demonstram que a abrangência do fenômeno inclui os cinco continentes:

Figura 2.6: Ecovilas no mundo.



Fonte: GEN (22/11/2017).

O continente europeu apresentou o maior número de ecovilas (425), em 35 países, dos quais destacam-se Espanha com 133 (31,29%) e Alemanha, com 44 (10,35%). 25 países possuem 10 ou menos ecovilas em seus territórios. Suécia (26), França (24), Itália (23) e Portugal (21) formam um grupo intermediário com porcentagem em torno de 5% cada. Outro agrupamento possível reúne Grécia e Reino Unido (ambos com 15), seguidos por Turquia (14) e Suíça (12), correspondendo a cerca de 3,5% cada. Em segundo lugar, destacou-se a América do Norte (221), com 147 ecovilas nos Estados Unidos (66,52%), 42 no Canadá (19%) e 32 no México (14,5%).

A predominância de ecovilas nesses dois continentes não surpreende, dada a convergência entre o alto grau de industrialização e o antecedente histórico de comunidades intencionais ou alternativas que apresentam (excetuando-se o México e os países do leste europeu, em que o menor número de ecovilas é coincidente com PIB e IDH também menores).

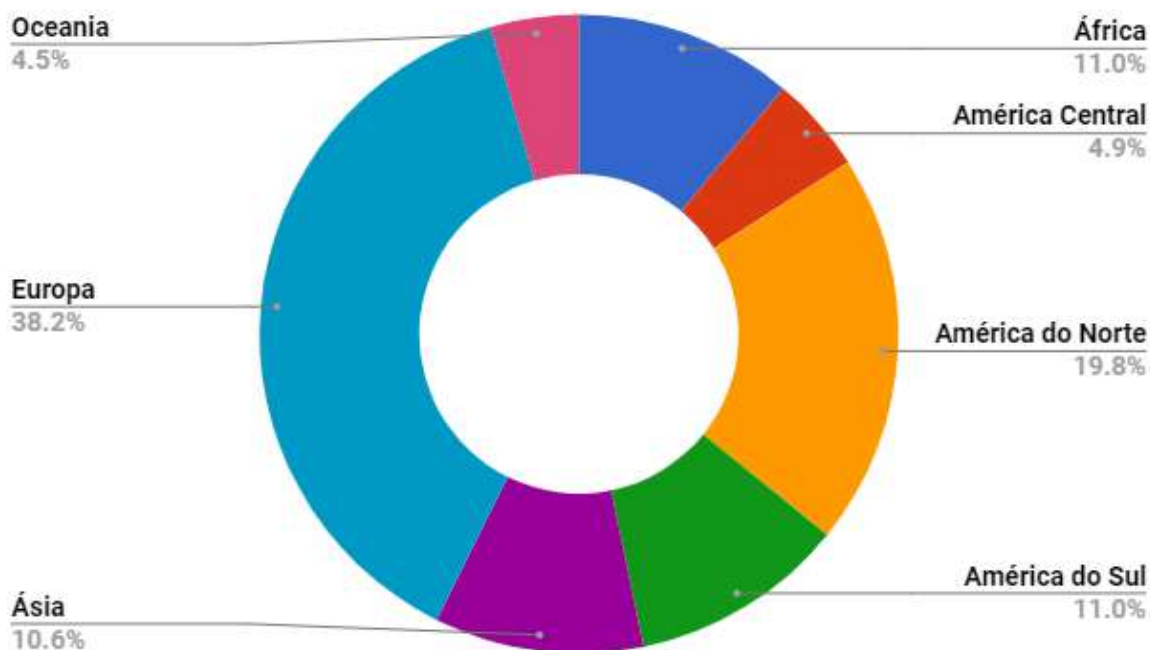
Na terceira posição, África e América do Sul detêm números quase idênticos: 123 e 122, respectivamente. No continente africano, de um total de 54 países, 24 (44,44%)



possuem ecovilas, sendo que África do Sul, Gana e Quênia são os mais representativos, com 29, 14 e 11 registros, respectivamente. No sul-americano, despontou o Brasil com 39 (32%), seguido por Colômbia (19) e Argentina (18), com cerca de 14% cada.

Resultados que se assimilaram também foram encontrados para América Central (55) e Oceania (50). Observa-se uma alta concentração de ecovilas (34) na Costa Rica (61,82%), enquanto os demais 12 países centro-americanos com ecovilas apresentam somente 3 ou menos. O acúmulo é ainda maior na Oceania, com 39 ecovilas somente na Austrália (78%), 6 na Nova Zelândia (12%) e o restante (5) dividido por 3 países.

Figura 2.7: Proporção da distribuição de ecovilas no mundo.



Fonte: Elaboração própria com dados de GEN (22/11/2017).

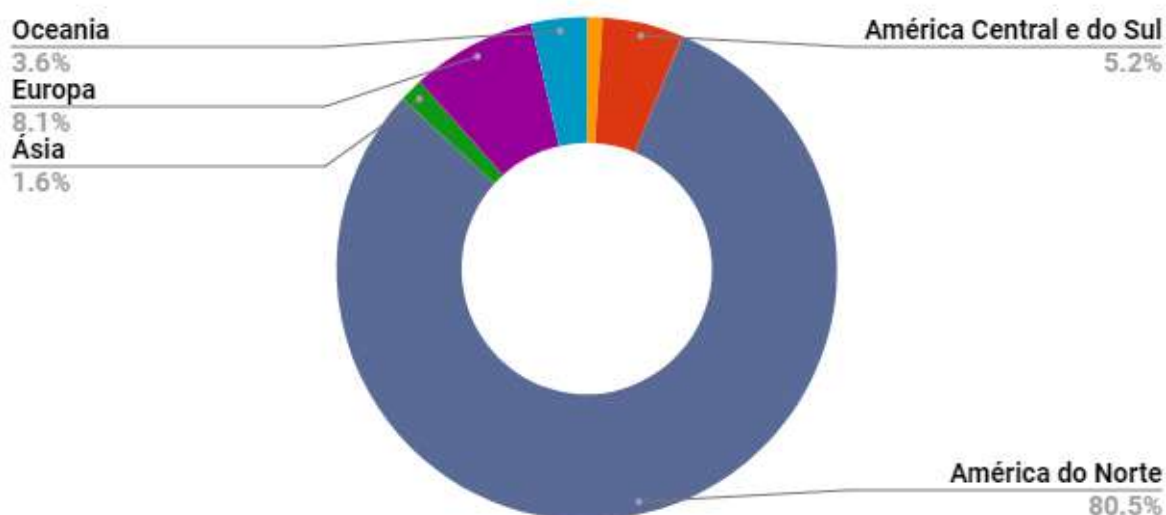
Na pesquisa realizada no banco de dados FIC (2017), foi possível obter resultados mais detalhados para comunidades intencionais em geral do que para ecovilas. Mesmo assim, é interessante observar estes dados, pois permite observar a amplitude dos movimentos alternativos atuais e refletir sobre a participação das ecovilas também nesse contexto, que já é específico dentro do contexto global maior

com o qual necessita-se lidar. Trata-se de perceber que persiste a ideia de reunir-se em comunidade, por várias razões e de várias formas, ainda que o agrupamento social não tenha se formado com base em princípios ecológicos. Isso sinaliza que o descontentamento com o estado das coisas e a iniciativa coletiva em direção a outros rumos é perene na história humana e fomenta invenções de outras propostas de vida até hoje.

Do universo de 1475 registros de comunidades intencionais em todo o mundo, 640 (43,4%) são ecovilas, das quais 61,8% rurais, 4,41% em cidades pequenas, 5,63% suburbanas e 7,61% urbanas (FIC, 2017). Somente 37% das ecovilas registradas possuem 2 ou mais anos de existência, indicativo de que o movimento é atual e encontra-se em plena expansão, com quase 400 projetos em formação.

Em relação aos demais continentes, América do Norte, Central e do Sul somaram 1265 comunidades, numa amostra total de 1475 registros (Figura 2.8). Por se tratar de um portal da América do Norte, assim como a Europa apresentou maior presença na consulta feita no banco de dados da GEN, não surpreendeu que no da FIC o maior número de entradas remetesse aos Estados Unidos e ao Canadá (Figura 2.9).

Figura 2.8: Proporção da distribuição de comunidades intencionais no mundo.

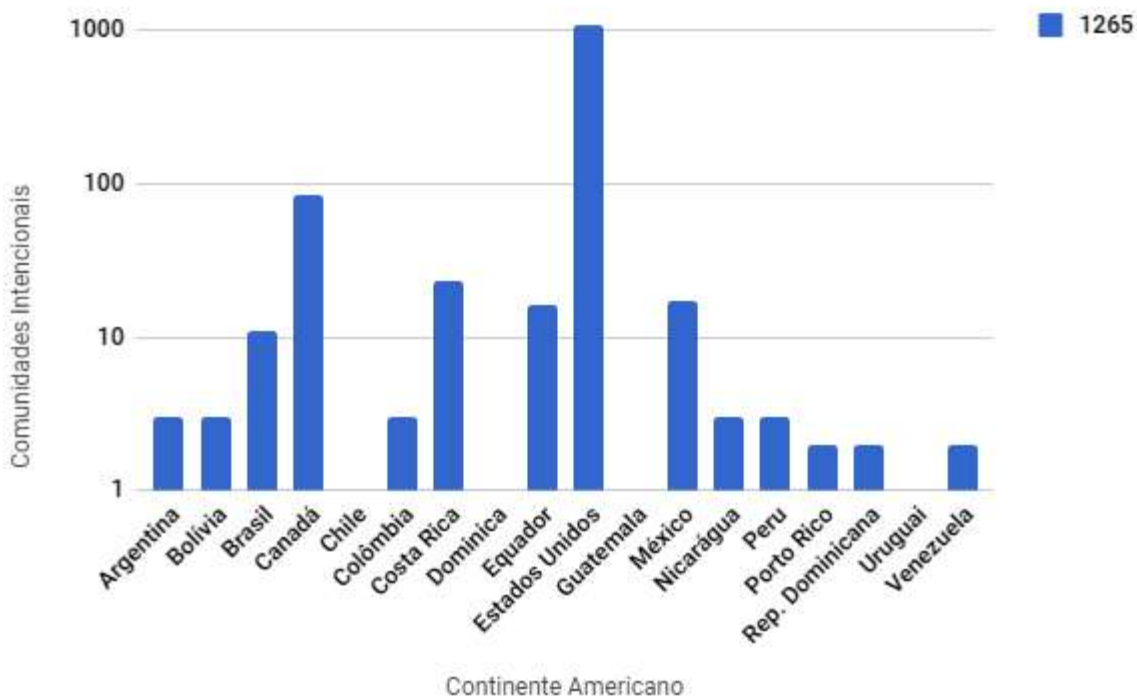


Fonte: Elaboração própria com dados de FIC (13/11/2017).

Do total de 1265 comunidades intencionais contabilizadas em todo continente americano, os Estados Unidos possui a maioria esmagadora (1087), seguido de longe pelo Canadá, com 84. Nesta base de dados, o Brasil figura na sexta posição e detém somente 11 cadastros (Figura 2.9).

Dentro dos Estados Unidos o fenômeno ocorre em todos os estados (FIC, 2017) e, sem despertar nenhum espanto, constatou-se que é especialmente mais numeroso na Califórnia, o berço da contracultura das décadas de 1960 e 70, com 145 (13,34%). Washington (82) e Oregon (78) representam cerca de 7,5%, cada, seguidos por Nova Iorque (63 ou 5,8%), Carolina do Norte, Colorado e Virgínia, com 47, 45 e 43 comunidades (por volta de 4%, cada).

Figura 2.9: Distribuição de comunidades intencionais no continente americano.



Fonte: Elaboração própria com base em FIC (13/11/2017).

O Quadro 2.8, abaixo, apresenta as inserções brasileiras. Mesmo com uma amostra pequena, observa-se uma boa distribuição pelas unidades federativas (10), cobrindo todas as regiões do país, inclusive o distrito federal. Também nota-se que 81% das ecovilas localizam-se no meio rural.

Quadro 2.8: Comunidades intencionais brasileiras cadastradas no diretório da FIC.

Nome	Cidade	UF	Status	Desde	Tipo	Localização	Área (ha)	Pop.
Serenity House	Alto Paraíso	GO	em formação	2016	co-housing	rural	2	6
Purani Valley	Aiuruoca	MG	em formação	2017	ecovila	rural	3	3
Ecovila perto de Serra Grande	Serra Grande	BA	em formação	2016	ecovila	rural	108	10
Aldeia Coletivo de Famílias	Itacare	BA	mais de 2 anos	2012	ecovila e co-housing	rural	338	3
Associação Ecológica Portal do Sol	São Francisco de Paula	RS	em formação	2013	ecovila	rural	88	85
Bio Aldeia Arakiway	Antonio Carlos	SC	em formação	2000	ecovila	rural	17	8
Ecovila e Instituto Arca Verde	São Francisco de Paula	RS	mais de 2 anos	2005	ecovila	rural	250	19
Doze Tribos de Israel	Londrina	PR	mais de 2 anos	1992	comuna judaica	rural	150	83
Templo da Deusa Wiccan Village	Brasília	DF	mais de 2 anos	2006	co-housing wicca	suburbana	20	19
Source Temple Sanctuary	Cunha	SP	mais de 2 anos	2007	co-housing espiritual	rural	não informado	30
Into the Amazon Jungle	não tem base fixa	AM	em formação	2017	outro (retiro)	móvel	0	2

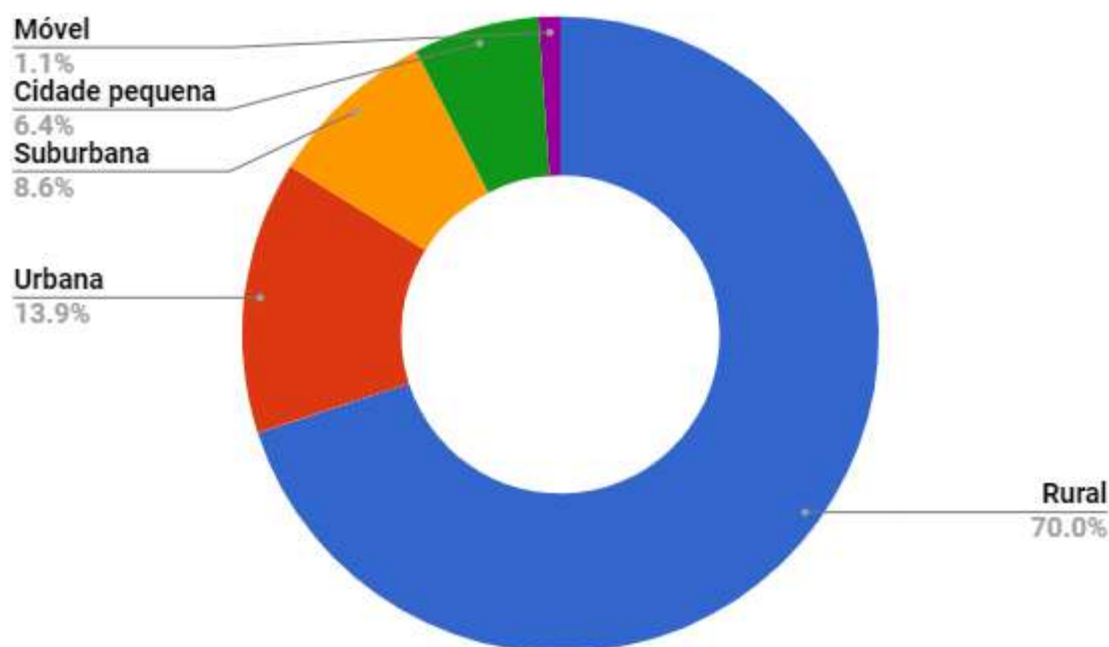
Fonte: Elaboração própria com dados de FIC (13/11/2017).

Ressalta-se que, em inglês, há uma diferenciação entre *urban*, *city* e *town*, sendo a primeira geralmente associada a regiões metropolitanas, ou seja, corresponde à área urbanizada maior que circunda uma cidade. Cidades pequenas (*towns*) são aglomerações menores e mais homogêneas do que seria entendido por cidade (*city*), possuem de 2.500 a 20.000 habitantes e geralmente não estão aglutinadas a um conjunto urbano maior, sendo geralmente originárias de atividades econômicas específicas como mineração ou vias férreas, porém são mais diversas e mais populosas do que as vilas (NATIONAL GEOGRAPHIC ENCYCLOPEDIA, 2011). Portanto, admite-se que as ecovilas classificadas como *urban* situam-se em qualquer

área de conurbação urbana consolidada, não distinguindo se de uma cidade média, grande ou metrópole. A categoria *urban* indica maior complexidade e descarta os trabalhos rurais como ocupação primária dos habitantes, geralmente empregados nos setores industriais ou de serviços. Já o subúrbio indica que há uma descontinuidade com a área geográfica *urban* e o uso do solo é majoritariamente residencial (NATIONAL GEOGRAPHIC ENCYCLOPEDIA, 2011).

Os resultados podem ser confrontados com os das ecovilas nos Estados Unidos, apresentados na Figura 2.9. Assim como no Brasil, nota-se uma predominância do movimento no meio rural, com 70% das ocorrências. Entretanto, não se deixa de notar que 22,5% das ecovilas situam-se no meio urbano ou periurbano (representado pela categoria subúrbio).

Figura 2.10: Proporção da distribuição de ecovilas nos Estados Unidos por localização.



Fonte: Elaboração própria com base em FIC (13/11/2017).

#### 2.4) Mas, afinal, como definir ecovila?

Uma consulta aos dicionários da língua portuguesa (Novo Aurélio, Houaiss, Michaelis) retornou somente um único resultado que é bastante genérico:

“comunidade autossustentável” (MICHAELIS, 2017), de modo que “ecovila” segue como um termo novo ainda não incorporado e a ser mais precisamente definido por essas fontes. Porém, os radicais “comunidade”, “auto” e “sustentável” sinalizam por onde deve-se começar a entender o termo. Além disso, ao observar a etimologia da palavra “ecovila”, depreende-se imediatamente que a proposta refere-se a um assentamento do tipo vila ecológica. Daqui já pode-se entrever que trata-se de uma comunidade de pequeno porte, pois organiza-se na forma de vila, que possui a capacidade de sustentar a si mesma e que o faz de maneira ecológica, ou seja, segundo os princípios da Ecologia.

Adiciona-se a esta aproximação inicial ao termo o relatório de estudos de caso elaborado por Gilman em 1991, batizado de *"Ecovillages and Sustainable Communities: A Report for Gaia Trust"* ("Ecovilas e comunidades sustentáveis: um relatório para o Gaia Trust"), que reuniu 26 exemplos de comunidades que tinham a sustentabilidade como ponto crucial. O acesso ao seu conteúdo não foi possível senão por intermédio de Capello (2013), que resumiu os resultados da seguinte forma:

(...) metade delas não tinha mais que uma centena de moradores. Eram pequenos grupos de cidadãos envolvidos na criação de assentamentos de pequena escala, fundados por visionários guiados pela meta de independência governamental e vida comunitária alternativa. (...) tinham a particularidade de inserir a preocupação com os problemas ambientais e uma maior consciência a respeito de experimentar novos modelos de vida na Terra (CAPELLO, 2013, p. 57).

Ainda segundo Capello (2013, p. 55), o relatório buscou elaborar uma primeira definição de ecovila como sendo um:

assentamento estabelecido em escala humana na qual as atividades humanas estão mais inofensivamente integradas ao mundo natural, de maneira a dar um suporte saudável ao desenvolvimento humano, e com condições de se perpetuar com sucesso por um futuro indeterminado.

Esta primeira conceituação formal também foi encontrada no artigo "The Ecovillage Challenge" ("O Desafio Ecovila") publicado por Gilman (1991) na revista *In Context*. Nesta publicação seminal, Gilman (1991) classificou as ecovilas como um fenômeno pós-industrial de enfrentamento aos desafios inerentes a "todo o sistema". Em termos históricos, trata-se de percepção semelhante à utilizada por Matheus e Silva (2014) para designar as ecovilas como uma forma atual de contracultura espacial. Ressaltando que não havia um consenso acerca do seu significado, Gilman (1991) buscou explicar ecovilas com uma definição baseada em escala humanamente apreensível, completude biofísica e social, integração ao meio, saúde e longevidade. Comenta-se ponto a ponto:

Um assentamento de **escala humana** é aquele cuja população possui um tamanho que permite o reconhecimento mútuo entre os indivíduos e garante relevância na opinião de cada um sobre o devir da comunidade. A estimativa populacional ótima sugerida por Gilman (1991) varia entre 500 e 1000 pessoas.

Um assentamento **completo** em recursos permite uma plena satisfação das provisões consideradas básicas para o viver humano (habitação, alimentos, manufaturas, lazer, vida social e comércio), sem que estas estejam distantes entre si, nem suas funções estejam separadas, de modo a facilitar uma apreensão total do hábitat por parte dos indivíduos.

Assentamento onde as atividades humanas são **integradas ao mundo natural** de maneira inofensiva refere-se à inserção da comunidade no habitat, o que quer dizer que a existência desta causa impacto mínimo e não compromete o equilíbrio dinâmico natural do ecossistema, pois insere-se de maneira integrada aos ciclos ecológicos locais (equilíbrio dinâmico).

Assentamento **saudável** e que pode ser continuado com sucesso no futuro indefinido refere-se estado de saúde dos habitantes, fator diretamente ligado ao estilo de vida do povoado, à qualidade das construções, à comensalidade, ao trato

dos resíduos, enfim, à gestão do dia-a-dia local (autorreparação e autogoverno). Além disso, refere-se à capacidade de sustentação do estilo de vida no tempo, portanto lida com a conservação dos recursos naturais disponíveis, aproximando-se da solidariedade intergeracional encontrada na definição de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland.

Neste momento é pertinente resgatar a distinção entre urbano e urbanidade proposta por Lefebvre ([1968]/2001). O primeiro refere-se não somente ao tecido urbano no seu aspecto morfológico, mas também ao produtivismo industrial que pauta o modo de vida nas cidades, em consonância com princípios como produtividade e agilidade. A gradativa conversão das cidades em espaços de trocas de mercadorias, depois de produção e consumo de bens e, finalmente, em produto *per se*, esvaziou-as de seus atributos políticos e sociais originais (LEFEBVRE, [1968]/2001). Já o segundo diz respeito à vida urbana, compreendendo desde a habitação até a vida social. A urbanidade anterior ao urbano formado após a industrialização refere-se à possibilidade de participação efetiva numa comunidade, aldeia ou cidade de maneira que o papel do indivíduo tenha relevância significativa para o conjunto social. Portanto, as dinâmicas sociais se enfraquecem ao mesmo passo em que a lógica urbanizante se espalha, ou seja, concomitantemente com a expansão do urbano pelo território, ocorre uma gradativa e generalizada perda da urbanidade (LEFEBVRE, [1968]/2001).

Apercebendo-se do processo de esvaziamento de sentido nas relações interpessoais no meio urbano, as ecovilas buscam suprir essa deficiência pela requalificação do convívio mediante uma apropriação territorial de menor proporção, pois a escala humana favorece a urbanidade e ambas são características dos agrupamentos humanos que se organizam na forma de vilas, etapa anterior à cidade (LEFEBVRE, [1968]/2001). As ecovilas são uma tentativa de recriação do espaço social de menor escala aliado a discursos ecológicos que refletem práticas e valores diferentes dos encontrados no meio urbano inaugurado com a cidade industrial. Segundo Wirth (1938), um aglomerado populacional que supera algumas poucas



centenas de pessoas dificulta que todos seus membros se reconheçam e impossibilita que se conheçam pessoalmente.

Juntamente com a busca por meios de superar o individualismo, a solidão e a sensação de insegurança sentidos nas cidades, nas ecovilas há uma reflexão sobre os hábitos de consumo e excessos próprios das sociedades capitalistas centrais. Estes dois anseios convergem na adoção do conceito de "simplicidade voluntária" (ELGIN, 1993, apud CAPELLO, 2013) como estilo de vida. Esta prática baseia-se na ideia de que uma vida mais simples de coisas é uma vida mais cheia de sentidos, pois a redução no consumo de bens implica em valorizar outros prazeres da vida, dentre os quais a intensificação das relações pessoais. Além de reduzir a quantidade, atenta-se à cadeia produtiva do produto e à avaliação honesta da necessidade da compra. Busca-se suprir as necessidades de consumo com trocas de coisas, uso compartilhado, manufatura artesanal, entre outras estratégias. Na comunidade de Findhorn, por exemplo, há uma pequena casa que funciona como um guarda-roupas comunitário, proporcionando boas vestimentas a todos, sem custo nenhum. Nessa ecovila e em outras também pratica-se a simplicidade voluntária pela trocas diretas de serviços, de modo que cada membro compartilha solidariamente com outros indivíduos do grupo suas habilidades individuais e, assim, todo o grupo torna-se mais diverso, resiliente e ecológico social e economicamente (CAPELLO, 2013)

Todo produto tem um custo ambiental associado, que também pode ser humano, que é invisibilizado pela vinculação abstrata das relações interpessoais da sociedade atual, cada vez menos ligada ao trato presencial e à proximidade territorial. A comercialização de mercadorias é global, porém sua produção gera impactos locais, muitas vezes geradores de conflitos entre populações e grandes corporações pela posse de recursos naturais (ACSELRAD, 2010). O consumo é realizado sem a consciência do outro e estimula a continuidade dos impactos negativos invisibilizados pela escala global. Para Capello (2013), o resgate da empatia é central para construir uma sociedade mais humana. É a partir desta reflexão que coloca-se a origem das ecovilas como a união do ambiente físico ao ambiente social:

Uma ecovila se forma a partir de cidadãos que se unem para construir um conjunto de infraestruturas capaz de refletir anseios de uma vida mais sintonizada com as pessoas e o lugar que elas escolheram para viver (CAPELLO, 2013, p. 70).

Santos Jr. (2016, p. 371) concorda, ao afirmar que as ecovilas:

acolhem pessoas que decidem criar estruturas habitacionais sustentáveis e zelosas a partir da participação na manutenção da sustentação material do coletivo e do propósito imaterial que o acompanha. Com esses significados, elas se diferenciam grandemente de eco condomínios para o mercado.

Reiterando a crítica contracultural rebelde, percebe-se que os indivíduos que aderem às ecovilas não concordam em participar como cúmplices das implicações humanas e ambientais impostas pela sociedade de consumo. A intencionalidade verificada é o desejo coletivo de partilhar valores outros, que não implicam na destruição da natureza nem na subjugação de seres humanos. A partir desta premissa, cada ecovila constitui uma comunidade única, pautada em valores construídos coletivamente, com propósitos para o futuro, de maneira a manter-se unida e viva ao longo do tempo (CAPELLO, 2013). Para tanto, as ecovilas buscam desenvolver relações de qualidade na interação com seu meio físico e social visando uma futura autonomia energética, alimentar, social e econômica. Para ser o mais independente possível dos contextos externos, os parâmetros de ocupação e construção de uma ecovila, bem como a apropriação de tecnologias visam, ao menos no longo prazo, a autossuficiência da comunidade (CAPELLO, 2013).

Não à toa que, para Mare (2000), a natureza das ecovilas encontra-se no comprometimento assumido pelas pessoas em viver em um lugar e cuidar dele, de modo que a globalidade do conceito não se refere tanto aos grandes problemas ambientais planetários na medida em que está diretamente conectada com uma determinada localidade. A ecovila não é somente um local de moradia mais

econômico em termos de recursos, é também de trabalho e geração de renda, de educação formal e de treinamentos, de aprendizagem prática e demonstração.

A sustentabilidade almejada, é, portanto, ambiental e social. Atingi-la requer clareza sobre a razão fundamental que uniu o grupo, pois é a base sobre a qual desenvolve-se a ecovila. Sua concretização não é um processo isento de dificuldades, dentre as quais Christian (2003 apud Capello 2013) destaca duas principais:

- Fragilidade nas questões legais ou falta de clareza nos acordos entre os membros da comunidade quanto à posse e ao uso da terra ocupada pela ecovila,
- Inexistência ou fraqueza dos acordos comunitários diretivos do grupo em direção às suas aspirações facilitam a desarmonização e os conflitos interpessoais.

Porém, a plena realização comunitária está sempre passível de fragilizar-se, dado que as pressões exercidas pelo que é externo a qualquer comunidade ameaçam suas determinações internas, podendo colocar em dúvida a coerência interna dos indivíduos com a coerência do grupo ao qual pertencem, ou seja, com sua comunidade (BAUMAN, 2003).

Manter e perpetuar uma comunidade exige esforços constantes de administração dos possíveis conflitos que possam surgir nas interações entre indivíduos, famílias e grupos que compõem o coletivo. Assim, desenvolver estratégias de superação dos obstáculos de convívio que fragilizam a manutenção e a reprodução da organização social no tempo é de fundamental importância para a coletividade local.

No campo de estudos da psicologia comunitária, Amaro (2007) apresenta definições que distinguem dois tipos de comunidades: as Comunidades Geográficas, que definem-se a partir da sua conexão com uma localidade específica, e Comunidades Relacionais, que são deslocalizadas e definem-se por interesses comuns, tais como

religião, profissão ou outros, podendo abranger grandes áreas geográficas, como é o caso das comunidades virtuais (AMARO, 2007). No caso, as ecovilas apresentam as duas características: são geográficas porque cultivam estreitas relações com seu local de domicílio, ampliando o espaço do mesmo para além do ato de morar, conforme já apontado por Mare (2000). São também relacionais na medida em que se conectam por meio das redes GEN ou FIC, podendo, inclusive, simultaneamente fazer parte de outras comunidades relacionais, como uma rede local de comércio.

Outras diferenciações são encontradas no campo de estudos dos modos de vida, onde Brandão e Borges (2014) buscam uma definição para comunidade tradicional a partir de outros tipos de comunidades (primitiva, de exclusão, de adesão, étnicas e de opção). Bauman (2003) diferencia comunidades tradicionais de novas comunidades contemporâneas contrapondo o amparo na tradição com a busca pelo suporte individual em ambientes socioculturais artificialmente construídos.

Para Meltzer (2005), comunidades intencionais são grupos de pessoas que se reúnem com algum propósito ou intenção, geralmente motivados por uma visão de uma vida melhor para si e seus filhos em relação àquela que lhes é disponível convencionalmente. Nesta definição, subentende-se que é necessário ocorrer algum tipo de mudança nas pessoas para que façam parte deste tipo de comunidade. Capello (2013) sintetizou a necessidade de contraste quando definiu comunidade intencional a partir da escolha consciente pela mudança no modo de viver operada por seus membros. Tal mudança deve oferecer algum contraste com um modo de vida anterior e também não pode ser o único modo de vida conhecido (CAPELLO, 2013).

Uma comunidade não pode ser considerada intencional se o modo como vive-se na comunidade é o único modo de viver que seus componentes conhecem. Para ser intencional, a comunidade deve formar-se a partir de uma movimentação voluntária de um grupo em direção a um estilo de vida que reflete um modelo outro em relação ao original dos componentes do grupo (CAPELLO, 2013). Trata-se de uma escolha consciente em criar ou participar de uma comunidade e concordar com os princípios

e regras que regem-na. Tendo em vista a conceituação de Bauman (2003) e a definição de Capello (2013) e Meltzer (2005), constituir uma comunidade intencional requer alguma predisposição para a transformação individual num contexto coletivo de construção cultural. Pode-se inferir que quando as ecovilas buscam formar contextos propícios ao aprendizado e ao aperfeiçoamento individual a partir da convivência coletiva, reforçam seu caráter intencional de comunidade.

Neste enquadramento, podemos incluir como membros de comunidades intencionais aqueles utopistas do século XIX e também os alternativos *back- to-the-land*, pois estão juntos nos modos de vida que são alternativos a outro no qual estavam imersos previamente e, além disso, voluntariamente aderiram a elas.

As comunidades intencionais constituem exemplos de organização social alternativos à organização macrossocial de, por exemplo, um país, porém continuam imersas nesse universo. Isto quer dizer que não constituem pequenas sociedades soberanas, pois existe um contrato social maior que engloba toda o território e os habitantes da nação. Também há serviços e estruturas externos dos quais elas ocasionalmente se servem ou dependem totalmente. Porém, para viabilizar o viver em comunidade, apresentam-se diferentes possibilidades de gestão e sustento, desenvolvendo culturas políticas próprias nas suas relações internas de grupo e nas externas como grupo diante da sociedade. Esta é uma característica apontada por Sousa (2013) a respeito das comunidades alternativas mais recentes que diferenciam-nas de outras vertentes contraculturais anteriores: elas não só recusam, elas negociam.

Portanto, existe um ponto de contato essencial que é justamente o ato de viver coletivamente, que ocorre em no mínimo duas escalas: uma mais imediata, da família e da comunidade e outra mais abrangente, que lida com o que está fora.

Na definição para ecovilas apresentada por GEN (2017), comunidade é adjetivada de três formas: intencional, tradicional e urbana. Além disso, é enfatizado que nelas são desenvolvidas relações em dois tipos de ambiente (social e natural) para atingir

uma sustentabilidade multidimensional (ecológica, econômica, social e cultural). Nesse sentido, as ecovilas e as comunidades intencionais em geral podem ser compreendidas por suas características locais ou subjetivas, transitando entre os conceitos de comunidade geográfica e de comunidade relacional. Entende-se que os diferentes formatos e formas de funcionamento das ecovilas seriam fruto tanto do contexto local como da visão e dos interesses das pessoas que residem na ecovila e constroem-na cotidianamente.

As **ecovilas urbanas** são apresentadas por GEN (2017) como: “comunidades novas ou preexistentes ou bairros com uma visão comum de reinvenção da vida na cidade para torná-la mais sustentável, colaborativa e participativa” (tradução livre). As chamadas **ecovilas tradicionais** se originam a partir de “aldeias e comunidades rurais preexistentes que decidem usar processos participativos para combinar a sabedoria tradicional sustentadora da vida e a inovações positivas para tornar-se mais sustentável” (tradução livre). O site ainda destaca que são muitas as **ecovilas intencionais**, “criadas por pessoas que se juntam para construir comunidades novas, participativas, colaborativas e sustentáveis e culturas locais baseadas em um propósito ou visão compartilhados” (tradução livre). Embora GEN (2017) reconheça que não há um modo único de ser que caracterize uma ecovila, existem práticas compartilhadas pela maior parte delas. São apontadas 3 principais:

1. Aplicação de processos participativos locais;
2. Integração das dimensões social, cultural, econômica e ecológica numa abordagem integralista ou sistêmica de sustentabilidade;
3. Regeneração ativa dos ambientes naturais.

Pelo exposto, percebe-se que os princípios que dão forma e conteúdo ao movimento global de ecovilas sintetizados no discurso orientador encabeçado pela GEN, assim como a definição do dicionário e até a etimologia da palavra "ecovila" apontam para dois princípios orientadores centrais à compreensão do termo: ecologia e comunidade. Além de conceitos-chave na experiência das ecovilas, são interdependentes. Tendo em vista o pensamento ecológico implícito nessa síntese, o

ser humano não se identifica somente como parte integrada no todo da Natureza, mas como a própria manifestação viva da Natureza. Como tal, a inserção humana no espaço é orientada para desenvolver relações de qualidade objetiva e subjetiva com o meio. Objetiva porque ao mesmo tempo que são produtivas, não são nocivas nem aos sistemas naturais, nem às pessoas, estejam elas dentro da própria comunidade ou em outro hemisfério, inserindo a pequena comunidade da ecovila numa grande comunidade humana planetária. Subjetiva porque expressam sentimentos como cuidado e empatia, num espírito de colaboração com os ciclos da Natureza.

Subjacentes aos princípios orientadores estão os valores que moldam a identidade coletiva agregadora dos membros da comunidade, atuante como fator de coesão entre ações e metas individuais e comunitárias, ou seja, na dimensão da sustentabilidade íntima (LITFIN, 2014). A identificação é, primordialmente, uma característica subjetiva e fator de particularização determinante que diferencia as comunidades entre si. Cada uma apresenta uma visão de mundo, ou seja, a sua versão interpretativa dos princípios que se articula com as capacidades e os recursos disponíveis em cada situação e subordina a definição da caixa de ferramentas em cada grupo. As decisões tomadas refletem o cerne da comunidade, sua "cola" (GILMAN, 1991), a intenção que une, a razão de ser que é comum a todos, ao redor da qual estruturam-se e mesclam-se os projetos de vida individuais, familiares, comunitários. A partir de tal significação são definidas as ferramentas mais apropriadas para concretização da totalidade que estrutura o hábitat.

A ecovila encarada tal qual um ecossistema tem sistemas que integram-na e interagem entre si. Quanto mais sinérgicas forem as relações estabelecidas dentro do ecossistema, mais o hábitat e a comunidade serão autônomos e resilientes, resultando em também maior sustentabilidade frente aos distúrbios ambientais, que podem ser ecológicos, sociopolíticos, econômicos e identitários. Porém, entende-se que promover os princípios componentes do conceito ecovila seja tão ou mais importante que a construção de ecovilas. E se houverem pessoas que não querem criar novas ecovilas, mas desejam aplicar esse conceito em suas próprias cidades e bairros? Por isso propõe-se entender a ecovila na perspectiva de um *framework*, ou

estrutura (Quadro 2.9), pois a universalidade do conceito ecovila implica em uma flexibilidade adaptativa, não à rigidez de um modelo único planejado.

Quadro 2.9: A estrutura do conceito ecovila.

FRAMEWORK <b>SISTEMA SOCIOESPACIAL ECOVILA</b>	
PRINCÍPIOS ORIENTADORES <b>ECOLOGIA - COMUNIDADE</b>	
VALORES E OBJETIVOS COMPARTILHADOS <b>INTENÇÃO, IDENTIDADE COMUNITÁRIA ou "COLA"</b>	
CAIXA DE FERRAMENTAS <b>HABILIDADES TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO DOS SISTEMAS</b>	
<b>SUSTENTABILIDADE (RESILIÊNCIA E AUTONOMIA)</b>	
SISTEMAS ECONÔMICOS	SISTEMAS SOCIOPOLÍTICOS
SISTEMAS DO HÁBITAT	SISTEMAS SOCIOCULTURAIS

Fonte: Elaboração própria com base em Gilman (1991) e GAIA EDUCATION (2005).

Há várias abordagens para lidar com o tema sustentabilidade na sociedade em geral e o mesmo ocorre com as ecovilas. Entretanto, as definições apresentadas anteriormente indicam que pleno entendimento do conceito de ecovila não cabe dentro de uma visão utilitarista da sustentabilidade. Nesta perspectiva, a sustentabilidade não se restringe à minimização da poluição e ao aumento da eficiência no uso dos recursos ambientais. Ecologia é um tema transversal que favorece a revisão de outras dimensões do viver humano e oferece argumentos para tecer críticas à economia, à política, às convenções sociais e às convicções de foro íntimo adquiridas por intermédio das tradições. Mais do que isso, as reflexões que se pode fazer em torno da ideia de ecovila conferem-lhe um profundo sentido subversivo. Em sua versão mais radical, o conceito de ecovila suscita o questionamento sobre como adquirir autossuficiência gerando o mínimo de impacto possível no planeta e mantendo-se o mais possível independente da hegemonia do



sistema econômico global. Por outro lado, o uso inapropriado do termo contribui para esvaziar seu potencial de transformação política da sociedade a partir de suas bases, que são os indivíduos, as famílias e as comunidades.

Há uma unanimidade na literatura em torno da importância central da comunidade afinada em seus ideais e unida na realização prática dos propósitos comuns para a plena implementação do conceito de ecovila. Por isso as muitas outras questões que se somam ao interesse pela sustentabilidade e que despertam nas pessoas o desejo pela vida em comunidade são de grande importância. Cada grupo de pessoas que se reúne motivado pelo sonho de viver numa comunidade sustentável enfrenta realidades específicas que apresentam desafios e congregam membros com as mais variadas personalidades e costumes, o que faz com que o percurso rumo ao ideal seja uma experiência muito particular.

Destaca-se, portanto, a pertinência do modelo escalar Ekistics apresentado no capítulo 1, mediante a interpretação de que, antes até da comunidade, a força do projeto ecovila encontra-se, sobretudo, na sustentabilidade íntima que se manifesta no seio da família (ainda que esta não seja consanguínea) e em cada indivíduo.

Se, por um lado, não se pode exigir da ecovila um modelo universal, por outro, pode-se observar que o conceito oferece flexibilidade para adaptar-se a uma enorme diversidade de situações geográficas, econômicas, sociopolíticas, culturais e pessoais. A ideia central é que harmonizar a existência humana com a Natureza é uma consequência lógica de criar um espaço físico-social que propicie uma boa vida aos seus habitantes e que possa sustentar-se no tempo. Conceber uma ecovila é uma tarefa complexa que envolve o engajamento em planejar e gerir uma série de coisas, em diferentes dimensões do viver. É importante ter em mente uma visão do conjunto da obra, pois a totalidade do conceito ecovila abarca, sim, um estilo de vida ou uma filosofia, mas se trata, na verdade, de uma estrutura de suporte a um plano coletivo, ou seja, um conjunto de diretrizes gerais para edificar as bases materiais e imateriais de um outro modo de viver.

# CAPÍTULO 3

## Estado da arte sobre o estudo de ecovilas no Brasil

O intuito inicial deste capítulo foi identificar as ecovilas brasileiras conhecidas e já relatadas na literatura, para então localizá-las e elencar suas principais características. Tendo em vista o objetivo de conhecer o fenômeno das ecovilas em sua amplitude e diversidade, de modo a estabelecer uma visão de conjunto sobre o desenvolvimento espacial das experiências no território nacional, tomou-se amplo contato com trabalhos produzidos sobre ecovilas brasileiras, com especial atenção àqueles que sistematizaram informações obtidas em primeira mão, com pesquisas empíricas.

Neste processo, notou-se que não havia ainda um trabalho de revisão que agregasse o conhecimento acumulado sobre o tema até o momento. Para além do mapeamento dos casos, surgiram outras questões: o que já sabemos sobre as ecovilas no Brasil? Quais são as discussões atuais acerca do assunto? O que se estuda sobre ecovilas em Arquitetura e Urbanismo?

Até o momento, somente Wagner (2012) tratou do estado do conhecimento sobre ecovilas e o fez em nível internacional. O motivo da sua realização, segundo o autor, foi justamente não ter encontrado nenhum outro trabalho parecido. Wagner (2012) propôs uma análise global de estudos produzidos sobre ecovilas (no qual cita, inclusive, uma contribuição brasileira), mas reuniu poucos trabalhos (59), dos quais a maioria é originária do continente europeu. A grande diversidade de bacharelados e mestrados dificultou a categorização dos estudos reunidos com base em disciplinas, de modo que Wagner (2012) optou por categorias temáticas mais amplas: ciências naturais, humanidades e ciências sociais. Wagner (2012) identificou que as preocupações primárias de pesquisa eram mais favoráveis às ciências sociais e especulou que os poucos estudos realizados a partir das perspectivas das ciências naturais devem-se ao fato de que as formas de organização em comunidade

desenvolvidas nas ecovilas são a principal fonte de atração científica para o fenômeno. Será que no Brasil também é assim?

### **3.1) Notas metodológicas**

Pesquisadores que já escreveram sobre o Estado da Arte (FERREIRA, 1999, 2002; ROMANOWSKI, 2002) destacam a usabilidade das denominações “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento” para descrever estudos de revisão ou atualização dos conhecimentos científicos sobre determinado tema de pesquisa.

Estudos sobre o Estado da Arte são frequentes e atuais na literatura brasileira, sendo empreendidos em diferentes campos do conhecimento, como em Maçaneiro e Kuhl (2013), Silva (2013), Speroni et. al. (2015), Bomfim (2015), Bastos e Bifano (2017), para citar alguns exemplos. Nestes trabalhos observou-se o uso de ferramentas bibliométricas para identificar, quantificar e qualificar as publicações, abordando a distribuição ao longo do tempo, a tipologia dos documentos, os idiomas, as temáticas mais abordadas, entre outros.

Leite e Costa (2006) indicam os repositórios institucionais como ferramentas adequadas para a gestão do conhecimento científico, pois agilizam os processos de comunicação científica, de contato com as publicações. Assim potencializam também a condução de processos que maximizam a criação, o compartilhamento, a disseminação e o uso do conhecimento científico. Entretanto, SciELO (2017) identifica que nos países em desenvolvimento há grandes barreiras para o amplo acesso aos periódicos científicos, configurando um limite à distribuição e uso do conhecimento gerado localmente.

Ao longo da pesquisa bibliográfica, percebeu-se que a ciência brasileira sobre as ecovilas teve início somente neste século XXI e encontra-se em plena construção. Cada vez mais trabalhos são defendidos na pós-graduação, mas muitas vezes não desdobram-se em publicações científicas de cunho elaborado, como as publicadas em periódicos, que ainda são poucas. Além disso, não foi identificada nenhuma

revista específica sobre o tema no Brasil. Neste contexto, considerar os trabalhos originados nos programas de pós-graduação passou a ser um aspecto importante. Assim, para o capítulo 4, as informações mais aprofundadas sobre os casos já estudados foram encontradas em resultados de pesquisas de campo relatados nas dissertações e teses reunidas e discutidas aqui no capítulo 3.

Partindo do pressuposto de que uma área do conhecimento somente apresenta avanços consistentes quando todas as suas sub-áreas avançam e não se apresentam como impeditivos ao desenvolvimento, Yoshida (2010) destaca algumas vantagens da aplicação da análise bibliométrica para prospecção tecnológica:

1. Racionalização de um marco teórico e identificação de necessidades de pesquisa e aperfeiçoamento;
2. Redução de incertezas;
3. Melhoria do processo de tomada de decisões;
4. Previsão de avanços tecnológicos;
5. Avaliação e definição das rotas tecnológicas;
6. Auxílio na decisão a ser tomada em relação aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A bibliometria consiste, segundo Tasca et al. (2013), na aplicação de métodos matemáticos e estatísticos em um conjunto definido de trabalhos publicados para a gestão da informação e do conhecimento científico do tema de pesquisa. Coates et al (2001) preferem uma definição mais específica, segundo a qual a análise bibliométrica se refere à contagem de publicações ou citações encontradas nas bases de publicações científicas e acadêmicas.

Coates et. al. (2001) argumentam que a bibliometria tende a crescer em uso, uma vez que as facilidades de pesquisa catalográficas disponíveis facilitam a sua adoção. É fato que o número de estudos bibliométricos e sociométricos na exploração de acervos de periódicos nacionais e internacionais tem aumentado significativamente em várias áreas do conhecimento (RIBEIRO; CIRANI; FREITAS, 2013). Tratam-se

de trabalhos que aplicam métodos de levantamento e análise do estado do conhecimento e evidenciam a importância deste tipo de estudo como etapa inicial de uma empreitada maior de pesquisa na área de interesse.

Por ser um método que se baseia em rastreamento de termos em bases de dados, a bibliometria apresenta restrições ou cuidados que devem ser lembrados quando utilizado (COATES et. al., 2001). No percurso de realização desta etapa deste estudo, observar repetições e lacunas no momento do cruzamento das informações coletadas mostrou-se essencial para a construção de um banco de dados completo e preciso dos trabalhos.

Os seguintes Bancos de Dados ou Repositórios foram consultados:

1. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).  
<<http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/tipo/reunioes-anuais/>>
2. Scientific Electronic Library Online (SciELO).  
<<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>>
3. Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).  
<<http://bdttd.ibict.br/>>  
<<http://bdttd.ibict.br/vufind/>>
4. Portal de Periódicos – CAPES/MEC  
<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>
5. Banco de Currículos – LATTES/CAPES  
<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>
6. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes  
<<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>  
<[http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta\\_parametrizada.jsf](http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf)>
6. Mecanismo de Busca da Internet – Google  
<<https://www.google.com.br/>>
7. Mecanismo de Busca da Internet – Google Acadêmico  
<<https://scholar.google.com.br/>>

Foram inseridas nos campos de busca a palavra-chave “ecovila” e variantes como ecovilas e ecovillage, na versão em língua inglesa. A consulta retornou uma variedade de trabalhos desenvolvidos em universidades brasileiras sobre o tema, dentre artigos, pôsteres, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Admitindo-se como impossível reunir todas as publicações existentes sobre ecovilas no Brasil, deu-se como enfoque principal os trabalhos acadêmicos nas modalidades mestrado e doutorado defendidos entre os anos 2000 e 2016, para situar o tema na produção oriunda da pós-graduação stricto sensu brasileira. O material encontrado foi sistematizado em tabelas para facilitar a identificação dos mesmos. Outras modalidades como monografias de cursos de graduação e de especialização também agregaram à quantificação, quando encontradas, mas não foram catalogadas e analisadas no mesmo grau de detalhes que os trabalhos de pós-graduação.

Levantou-se a áreas de atuação dos trabalhos de monografia, dissertações e teses. Nestes, investigou-se as palavras-chave mais utilizadas e instituições de ensino e pesquisa de nível superior de origem dos trabalhos. Pela leitura da ficha catalográfica e dos resumos foi possível realizar uma análise comparativa preliminar sobre o tipo, a origem e o conteúdo desses trabalhos. Foram mapeadas quantitativamente as áreas do conhecimento que possuem pesquisas dedicadas ao tema e o volume de trabalhos e sua dispersão no país, identificados quem são e onde se encontram os pesquisadores ou grupos de pesquisa dedicados ao tema e apontadas, ainda, quais são as ecovilas estrangeiras e brasileiras mais estudadas até o momento. Por fim, levantou-se o número de pessoas com alguma ligação ou exposição em ecovila, conforme busca no banco de currículos Lattes/CAPES.

Mas Ferreira (2002) questiona se é possível traçar um determinado “estado da arte” lendo apenas resumos. Por isso destaca a importância de um segundo momento, em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas,

aproximando ou diferenciando trabalhos entre si, na escrita de uma história de uma determinada área do conhecimento.

Megid (1999) em sua tese de doutorado também questiona as pesquisas identificadas como do Estado da Arte baseadas apenas na leitura e análise dos resumos publicados em catálogos das instituições. Considera que os resumos são sucintos e nem sempre bem elaborados ou mesmo equivocados. Megid (1999) evidencia que a leitura superficial de resumos publicados demonstra as limitações de divulgação dos bancos de dados sobre a produção acadêmica e que não se trata de procedimento suficiente para um estudo do estado atual do conhecimento. Somente com a leitura completa ou parcial do texto final da tese ou dissertação é que esses aspectos são percebidos.

Portanto, foi examinado o conteúdo geral dos trabalhos da pós-graduação stricto-sensu brasileira reunidos e foram tecidas algumas considerações a respeito, buscando apontar tendências de pesquisa no universo acadêmico que envolve as ecovilas. Abaixo, tem-se uma relação dos critérios observados para catalogação e análise:

1. Modalidade de trabalho
2. Título do trabalho
3. Data de publicação (ano)
4. Origem geográfica (cidade, estado)
5. Instituição de ensino
6. Área do conhecimento (grande área, área de concentração, linha de pesquisa)
7. Palavras-chave
8. Natureza (descrição síntese do trabalho)
9. Ecovilas estudadas empiricamente
10. Ecovilas estudadas na revisão de literatura
11. Outros projetos estudados na revisão de literatura

### 3.2) Quantificação e tipificação

No total, foram reunidos 57 trabalhos, entre monografias (TCC), dissertações (MS) e teses (DR). A partir do Quadro 3.1, observa-se que as dissertações de mestrado representam 53,85% da produção sobre o tema. A produção de teses e de monografias de conclusão de curso apresentaram percentuais de produção muito próximos, de 21,15% e de 25%, respectivamente. Cabe destacar que, do total de trabalhos encontrados, uma pequena parte não pôde ser acessada remotamente por download, de modo que estão apresentados como “somente citação” no Quadro 3.1.

Quadro 3.1: Resumo dos trabalhos encontrados.

<b>MODALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Monografia (TCC)	12
Dissertação de Mestrado (MS)	28
Tese de Doutorado (DR)	12
<b>SUBTOTAL</b>	<b>52</b>
Somente citação Monografia	02
Somente citação Mestrado	03
Somente citação Doutorado	00
<b>TOTAL</b>	<b>57</b>

Fonte: Elaboração própria.

### 3.3) Localização

Quadro 3.2: Localização dos trabalhos encontrados.

<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>TCC</b>	<b>MS</b>	<b>DR</b>	<b>Total</b>	
Norte					0	
Nordeste	Bahia		3	3	6	7
	Alagoas		1		1	
Centro-Oeste	Distrito Federal	5	2	1	8	8
Sudeste	Minas Gerais	1	1		2	27
	São Paulo	3	10	4	17	
	Rio de Janeiro		6	2	8	
Sul	Santa Catarina	2	4	1	7	15
	Paraná		2		2	
	Rio Grande do Sul	3	2	1	6	
		14	31	12	57	

Fonte: Elaboração própria.



Conforme o Quadro 3.2, a maior concentração dos estudos se deu nas regiões Sudeste (50%) e Sul (25%), seguidos pelo Centro-Oeste (15,4%) e Nordeste (9,6%), mas nenhuma da região Norte. Destaca-se o número de produções em São Paulo (16), Rio de Janeiro (8), Distrito Federal (8), Santa Catarina e Rio Grande do Sul (6).

### **3.4) Instituições de origem**

Os 52 trabalhos de pesquisa se distribuíram nas 25 seguintes instituições:

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (7), Universidade de Brasília – UnB (6), Universidade de São Paulo – USP (4), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (4), Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP (4), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (3) e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (3), Universidade Federal da Bahia – UFBA (2), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2), Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC-BA (2), Universidade Federal de Alagoas – UFAL (1), Pontifícia Universidade Católica – PUC-Campinas (1), Fundação Getúlio Vargas – FGV-RJ (1), Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP (1), Universidade Federal do ABC – UFABC (1), Universidade Estadual de Santa Catarina – UESC (1), Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC (1), Pontifícia Universidade Católica – PUC-RS (1), Universidade Federal de Viçosa – UFV (1), Pontifícia Universidade Católica – PUC-PR (1), Universidade Luterana do Brasil – ULBRA (1), Universidade Federal de Pelotas – UFPel (1), Centro Universitário Euro-Americano – UNIEURO (1), Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (1) e Centro Universitário de Brasília – UniCEUB (1).

Considerando a amostra de 52 (100%), as 11 Universidades Federais apresentaram 29 trabalhos (55,7%), as 6 Estaduais contribuíram com 15 trabalhos (28,8%) e somaram 8 trabalhos (15,4%) as instituições de ensino superior (IES) comunitárias (5) e particulares (3). A instituição de ensino superior mais representativa foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com 7 trabalhos (2 teses e 5 dissertações), 13,46% do total.

### 3.5) Grandes Áreas do Conhecimento

Os 52 trabalhos de pesquisa que puderam ser acessados estavam distribuídos em 20 Grandes Áreas do Conhecimento, conforme mostra o Quadro 3.3.

Quadro 3.3: Pesquisas brasileiras sobre ecovilas por áreas do conhecimento.

Grande Área	Monografia	Dissertação	Tese	Total
Administração		2	2	4
Geografia	2	1	2	5
Comunicação, Jornalismo	2		1	3
Arquitetura e Urbanismo, Design	3	4	4	11
Ciências Humanas, Sociais, Antropologia	1	3	1	5
História			1	1
Educação		1	1	2
Engenharia Urbana		2		2
Turismo	2	1		3
Energia		2		2
Engenharia Civil		2		2
Serviço Social		1		1
Ciências Ambientais		2		2
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente		1		1
Psicologia		3		3
Economia Doméstica		1		1
Artes Cênicas		1		1
Ecologia	1			1
Engenharia Ambiental	1			1
Gestão do Agronegócio	1			1
				52

Fonte: Elaboração própria.

As monografias e as teses de doutorado apresentaram uma distribuição mais concentrada nas áreas de Humanidades. Já as dissertações de mestrado se distribuíram pela maioria das áreas.

O destaque maior está para Arquitetura, Urbanismo e Design com 11 contribuições (21,1%), em número similar nos três níveis de especialização. Destaque também para as áreas de Geografia e de Ciências Humanas, Sociais e Antropologia, ambas com 5 trabalhos (9,6%).

O Quadro 3.4 apresenta uma distribuição bem dividida entre trabalho de orientação mais tecnológica e ambiental (22) e de humanidades (30), em conformidade com o agrupamento proposto por Wagner (2012). O grande número de áreas demonstra a multiplicidade de assuntos e da necessidade de um enfoque multidisciplinar nos estudos para o avanço do conhecimento em Ecovilas.

Quadro 3.4: Agrupamento de tendências de pesquisas brasileiras sobre ecovilas.

<b>CIÊNCIAS AMBIENTAIS E TECNOLOGIAS</b>	
Arquitetura e Urbanismo, Design	11
Geografia	05
Turismo	03
Engenharia Urbana	02
Energia	02
Engenharia Civil	02
Ciências Ambientais	02
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	01
Ecologia	01
Engenharia Ambiental	01
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>
<b>CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES</b>	
Ciências Humanas, Sociais, Antropologia	05
Comunicação, Jornalismo	03
Serviço Social	01
Artes Cênicas	01
Educação	02
Psicologia	03
História	01
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>
Administração	04
Gestão do Agronegócio	01
Economia Doméstica	01
<b>TOTAL</b>	<b>06</b>
<b>TOTAL DA AMOSTRA</b>	<b>52</b>

Fonte: Elaboração própria.

Especificamente na Grande Área de Arquitetura e Urbanismo, as áreas de Concentração e Linhas de Pesquisa das dissertações e teses são apresentadas no Quadro 3.5.

Quadro 3.5: Distribuição dos trabalhos sobre Ecovilas na Grande Área Arquitetura e Urbanismo.

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Planejamento Urbano e Regional	Planejamento Urbano e Regional
Planejamento Urbano e Regional	não especificado
Urbanismo	Gestão Urbana
Gestão Urbana	Gestão e Tecnologias Ambientais
Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo	não especificado
Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído	Desenho Urbano e Paisagem
não especificado	Desenvolvimento Sustentável, Arquitetura e Entorno
não especificado	Dinâmicas do Espaço Habitado

Fonte: Elaboração própria com base em Andrade (2014), Barros (2008), Bissolotti (2004), D'Ávila (2008), Freitas (2016), Januário (2014), Leite (2011), Macedo (2011), Rainho (2006) e Ribeiro (2014).

Cabe destacar que na produção de trabalhos de conclusão de curso a Grande Área Arquitetura e Urbanismo também teve a maior expressividade (30,77%) em comparação com as demais.

### 3.6) Palavras-chave

A utilização de palavras-chave é de fundamental importância para localização de trabalhos e identificação do foco de estudo. A escolha adequada nem sempre é uma tarefa fácil. Considerando-se somente as dissertações e as teses recuperadas no repositório Lattes/CAPES foram identificadas 196 palavras-chave (com repetições) em 36 trabalhos. Obteve-se a média de 5,4 palavras-chave por trabalho e um total de 146 palavras-chave diferentes utilizadas.

A Figura 3.1 apresenta um ordenamento alfabético e sem repetições dessas palavras-chave e destaca com negrito e maior tamanho de fonte as que foram mais utilizadas.

Figura 3.1: Nuvem de palavras-chave.



Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Figura 3.1, as palavras-chave mais recorrentes ou repetidas pelo menos uma vez, foram 14: sustentabilidade (15), ecovilas (11), ecovila (7), permacultura (7),

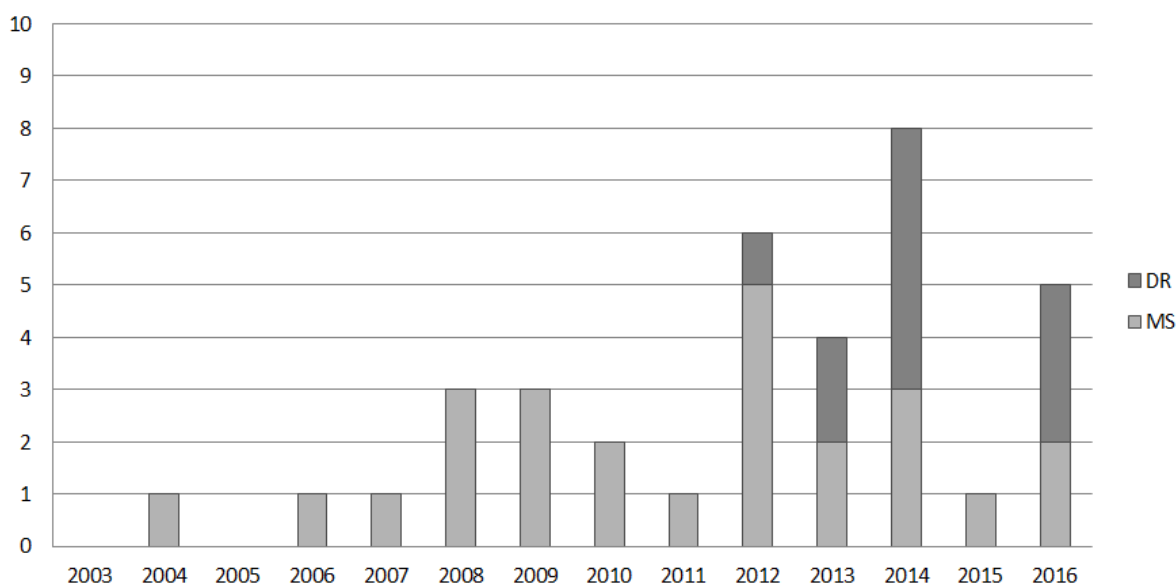
comunidade (4), comunidades alternativas (2), cultura (2), desenho urbano (2), desenvolvimento sustentável (5), educação (2), meio ambiente (2), planejamento ambiental (2), proteção ambiental (2), sustentabilidade ambiental (2).

Observa-se que das 146 palavras-chave utilizadas, não repetidas, há diferenciação entre singular e plural e palavras compostas, se utilizadas ou não entre aspas. Alguns bancos de dados podem levar em consideração diferenças entre letras maiúsculas e minúsculas, ou desconsiderar plural. Todavia, o rearranjo das palavras-chave mais recorrentes, desconsiderando singular/plural, reduziu somente para 13 os termos de busca.

### 3.7) Produção de dissertações e teses no Repositório da CAPES

A produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado recuperadas do Repositório Lattes/CAPES em número a cada ano é apresentada na Figura 3.2 e no Quadro 3.6. Não parece haver muita continuidade de pesquisa ao longo do tempo para as Grandes Áreas, exceto, talvez, para Arquitetura e Urbanismo.

Figura 3.2: Produção de dissertações e teses brasileiras sobre ecovilas (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3.6: Produção de Dissertações e Teses sobre ecovilas - Áreas e Instituições.

ANO	GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO	MS	DR	INSTITUIÇÕES
2004	Arquitetura e Urbanismo	1	0	UFSC
2005	não tem	0	0	não tem
2006	Arquitetura	1	0	UFRJ
2007	Eng. Urbana	1	0	UFSCar
2008	Arquitetura e Urbanismo	2	0	UFAL, PUCCamp FGV
	Administração	1	0	
2009	Cultura e Turismo	1	0	UESC
	Ciências Sociais	1	0	PUC-SP
	Educação	1	0	UESC
2010	Geografia	1	0	UnB
	Energia	1	0	UFABC
2011	Eng. Civil	2	0	UNICAMP
	Serviço Social	1	0	PUC-RS
2012	Administração	0	1	UFBA
	Ciências Ambientais	1	0	UNESC
	Ciências Sociais	1	0	UNICAMP
	Administração	1	0	UFSC
2013	Geografia	0	1	USP
	Comunicação	0	1	UFRJ
	Desenv. Regional e Meio Ambiente	1	0	UES
	Psicologia Social	1	0	USP
2014	Arquitetura e Urbanismo	0	4	UnB (1), USP (3)
	Administração	0	1	
	Ciências Humanas	0	1	
	Economia Doméstica	1	0	
	Psicologia	1	0	
	Ciência Ambientais e Conservação	1	0	
2015	Psicologia	1	0	UFRJ
2016	História	0	1	UFRGS
	Geografia	0	1	UFBA
	Educação	0	1	UNESP
	Arquitetura e Design	1	0	PUC-PR
	Antropologia	1	0	UnB
		<b>25</b>	<b>12</b>	

Fonte: Elaboração própria.

Pelos dados apresentados na Figura 3.2 e no Quadro 3.6 verifica-se que o número total anual de contribuições vem aumentando a cada ano, mas com uma clara alternância de um ano maior e outro menor. Nos últimos anos, o número de dissertações é mais ou menos constante, cerca de 3 por ano. As teses de doutoramento somente apareceram depois de 2012, mas vêm crescendo em número, de forma irregular.

### **3.8) Produção de dissertações e teses no Repositório IBICT**

O Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT) disponibiliza ao público a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) onde congrega 105 instituições brasileiras com 487.404 documentos, sendo 131.810 teses e 355.594 dissertações em 23 de julho de 2017. A consulta neste repositório recuperou somente 14 dissertações e 2 teses, de modo que ficou devendo em relação ao Repositório Lattes/CAPES em número de trabalhos.

### **3.9) Artigos**

A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. São 357 títulos de revistas listadas, com 283 títulos correntes. Aborda revistas nos seguintes assuntos: Ciências Agrícolas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas, Engenharia, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Linguística, Literatura e Artes.

Utilizaram-se os radicais de busca "ecovila", "ecovilas", "ecovillage" e "ecovillages", que somaram 6 resultados. Ecovillage representou bem a tradução para a língua inglesa, pois na listagem de Assuntos do Banco de Dados do SciELO, constam as palavras "ecovilas" e "ecovillages".

Porém os artigos recuperados foram os mesmos, não havendo diferenciação entre maiúscula ou minúscula, resultando em somente 2 trabalhos. A respeito deste



resultado, cabe comentar que é um número irrisório e indica que o tema ainda foi pouco explorado numa abordagem científica. Além disso, não foi identificada nenhuma revista brasileira específica sobre ecovilas, o que induz à interpretação de que, possivelmente, não há, ainda, uma revista mais especializada no assunto ou, se houver, não encontra-se catalogada no SciELO.

Já o acervo do Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) contém acima de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual (consultado em 26 de julho de 2017).

A busca por Assuntos com os radicais "ecovila" e "ecovilas" produziu 23 resultados com repetições, de modo que foram recuperados 17 artigos em 26 de julho de 2017. Embora tenha sido o um retorno expressivo comparativamente à busca anterior, pode-se considerar como escassos os trabalhos em ecovilas recuperados por esse banco de periódicos. Um número maior de artigos pode ser recuperado pelos mecanismos Google e Google Acadêmico. Porém, nestes sites populares, mesmo no Acadêmico, a captura não é só de artigos científicos, são mais numerosas as monografias, dissertações e teses, mas ao todo o conjunto de resultados é superior ao do Portal de Periódicos da CAPES. A título de comparação, a busca por artigos com a palavra "favelas" retornou 4.647 trabalhos no mesmo banco de dados.

### **3.10) Trabalhos inaugurais**

Os trabalhos mais antigos identificados foram dissertações de mestrado defendidas em 2000, 2002 e 2004. Os dois primeiros trabalhos foram encontrados na tese de doutorado de Santos Jr. (2016) e depois verificados no repositório institucional da universidade de origem. Enquanto o terceiro foi identificado no Repositório Lattes/CAPES e, embora não seja o primeiro no Brasil a tratar o tema, é o mais antigo disponível nessa base de dados.

O primeiro é da área de Ciências Exatas e da Terra e provém da Universidade Federal de São Carlos. Com o título “Indicadores de Sustentabilidade Urbana as Perspectivas e as Limitações da Operacionalização de um Referencial Sustentável”, Silva (2000) objetivou discutir e avaliar indicadores de sustentabilidade a partir da aplicação destes em três estudo de caso. Este trabalho não enfocou propriamente as ecovilas, porém citou-as uma vez. Como esperado, não há citação de nenhuma dissertação ou tese brasileira anterior ligada ao tema ecovila neste trabalho.

O segundo trabalho mais antigo (COCOZZA, 2002) foi defendido no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana também da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). “Sustentabilidade Ambiental: Sistematização Crítica das Novas Proposições Urbanísticas” identifica e qualifica diferentes propostas urbanísticas para discutir os graus de sustentabilidade ambiental mediante a utilização de "fatores indicativos de sustentabilidade ecológica" definidos pelo Grupo de Pesquisa Planejamento Estratégico e Sustentável do Meio Urbano (PESMU) da UFSCar. Além das *Eco-village*, Cocozza (2002) abordou as Cidades Saudáveis, a Permacultura, as *Eco-cities* e o *New Urbanism*.

O terceiro trabalho mais antigo objetivou desenvolver parâmetros de avaliação da sustentabilidade em ecovilas. Além de ser o primeiro cujo foco são as ecovilas, também inaugura as defesas na área de Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Desenho Urbano e Paisagem desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina. Em sua revisão de literatura, Bissolotti (2004) abordou seis exemplos internacionais e três nacionais. Além disso, realizou uma pesquisa empírica numa ecovila localizada na região metropolitana de Salvador. As duas dissertações anteriores ligadas ao tema ecovila não foram utilizadas como bibliografia neste trabalho.

### **3.11) Natureza e conteúdo**

A respeito da natureza dos trabalhos, pode-se apontar que 17 autores (47,22%) fizeram estudos de caso bibliográficos especificamente sobre ecovilas, enquanto 32

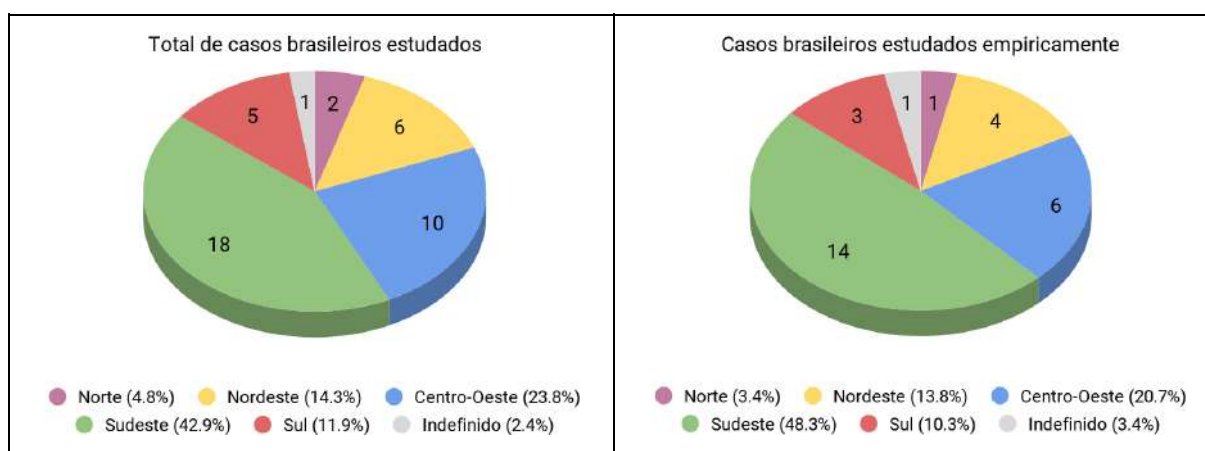
(88,88%) realizaram estudos de campo. Dos 32 autores (87,50%) que trataram somente de ecovilas brasileiras, mais de 90% visitaram os locais de estudo (Quadro 3.7 e Figura 3.3). A sobreposição percentual entre pesquisas bibliográficas e empíricas ocorre porque alguns trabalhos apresentam ambos os tipos.

Quadro 3.7: Quantificação dos tipos de estudos sobre ecovilas na PG-BR (2000-2016).

	Estudos Bibliográficos	Estudos Empíricos	Total
Somente Ecovilas Brasileiras	3	29	32
Somente Ecovilas Estrangeiras	6	2	8
Ecovilas Brasileiras e Estrangeiras	8	2	10
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>33</b>	<b>50</b>

Fonte: BARROS, 2008; BISSOLOTI, 2004; BÔLLA, 2012; BORELLI, 2014; BROGNA, 2007; CARAVITA, 2012; CASTRO, 2014; CAVALCANTI, 2014; CUNHA, 2012; D'ÁVILA, 2008; DIAS, 2009; FLORES, 2013; FREITAS, 2016; JANUARIO, 2014; JANUZZI, 2016; JORGE, 2008; LEITE, 2011; LOZANO, 2009; MARTINI, 2009; MATHEUS E SILVA, 2013; MATTOS, 2015; NASCIMENTO, 2014; PEREIRA, 2016; PIMENTEL, 2010; SANTORO, 2011; SANTOS, 2011; SIMAS, 2013; SIQUEIRA, 2012; SOUZA, 2016; RAINHO, 2006; RIBEIRO, 2014; ROSA, 2014; ROYSEN, 2013.

Figura 3.3: Estudos de casos nas pesquisas da PG-BR sobre ecovilas (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria com base nos 28 autores que estudaram ecovilas brasileiras (BARROS, 2008; BISSOLOTI, 2004; BÔLLA, 2012; BORELLI, 2014; BROGNA, 2007; CARAVITA, 2012; CASTRO, 2014; CAVALCANTI, 2014; CUNHA, 2012; D'ÁVILA, 2008; DIAS, 2009; FLORES, 2013; JANUARIO, 2014; JANUZZI, 2016; JORGE, 2008; LEITE, 2011; LOZANO, 2009; MARTINI, 2009; MATHEUS E SILVA, 2013; NASCIMENTO, 2014;

PIMENTEL, 2010; SANTORO, 2011; SANTOS, 2011; SIMAS, 2013; SIQUEIRA, 2012; SOUZA, 2016; RAINHO, 2006; RIBEIRO, 2014; ROSA, 2014; ROYSEN, 2013).

No Brasil, 8 casos (20%) foram estudados por mais de um autor. Os mais estudados foram IPEC, com 11 autores (BISSOLOTI, 2004; RAINHO, 2006; CUNHA, 2012; MATHEUS E SILVA, 2013; JANUARIO, 2014; NASCIMENTO, 2014; BROGNA, 2007; BARROS, 2008; D'ÁVILA, 2008; JORGE, 2008; SANTORO, 2010), Terra Una (BÔLLA, 2012; CAVALCANTI, 2014; MATHEUS E SILVA, 2013; BORELLI, 2014) e Parque Ecológico Visão Futuro (BISSOLOTI, 2004; RAINHO, 2006; LOZANO, 2009; LEITE, 2011), ambos com 4 autores, e Fundação Terra-Mirim, com 3 autores (BISSOLOTI, 2004; SANTOS, 2011; CUNHA, 2012).

O levantamento retornou não apenas estudos de casos brasileiros e estrangeiros de ecovilas, mas também de outros tipos de assentamentos humanos como Kibbutz e Moshav de Israel (JANUÁRIO, 2014), ecobairros (BARROS, 2008; FREITAS, 2016) e até a itinerante Caravana Arco-Íris pela Paz (ROSA, 2014).

Optou-se por não acrescentar à amostra da Figura 3.3 dois estudos empíricos que foram conduzidos em diferentes eventos relevantes para o movimento organizado das ecovilas (MATTOS, 2015; CARAVITA, 2012). Mattos (2015) esteve presente na Conferência Anual da Rede Global de Ecovilas realizada em 2014, na comunidade escocesa de Findhorn. Caravita (2012) participou de duas edições do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), em 2009 e 2010.

Se contabilizadas estas duas pesquisas, obtém-se como resultado um conjunto de 73 estudos de casos, 25 no exterior e 52 no Brasil, realizados entre 2000 e 2016 nas pesquisas nacionais sobre ecovilas. Porém, uma análise mais cuidadosa conduziu à percepção de que, de fato, foram reunidos 40 exemplos de ecovilas brasileiras. Isto porque, além dos dois eventos acima mencionados, cabem algumas ressalvas a respeito de outros registros:

Os primeiros 2 referem-se a Comunas da Terra do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) localizadas na região metropolitana de São Paulo. Tratam-se de

modalidades urbanas de acampamentos ou assentamentos e, nesses casos específicos, aproximam-se do conceito de ecovilas dada a associação entre coesão comunitária e agroecologia documentada na literatura (LOZANO, 2009), porém não parece existir uma auto identificação com o termo ecovila, que possivelmente seja desconhecido por esses grupos.

Foram identificados 3 casos de falsos-positivos que se apropriam do nome ecovila, mas são empreendimentos convencionais do setor imobiliário de alta renda: Setor Noroeste Ecovila, Brasília, DF (JANUZZI, 2016; RIBEIRO, 2014), Ecovila Resort Residencial, Praia Grande, SP e Ecovila Sambaqui, Palhoça, SC (RIBEIRO, 2014).

Outros 3 falsos-positivos encontrados correspondem a 2 bairros convencionais urbanos diferentes entre si pela renda e pelo padrão de desenvolvimento urbano local e 1 bairro rural de uma metrópole, porém todos fracamente estruturados em torno das questões ambientais (DIAS, 2009).

Houve, ainda, 3 casos que não forneceram informações suficientes. Para preservar a identidade da ecovila estudada, Roysen (2013) utilizou o nome fictício "Comunidade Andorinha" e não indicou sua localização. Já Siqueira (2012) atribuiu o nome fictício "Itapeba" para referir-se à comunidade, porém indicou seu estudo foi realizado em Maraú, BA, permitindo desconfiar de que se trate da Ecovila Piracanga (JANUARIO, 2014; FLORES, 2013). Já Martini (2009) não especificou a localização da ecovila da Igreja do Culto Eclético, mas indicou que está situada no norte catarinense.

### **3.12) Mapeamento das ecovilas brasileiras conhecidas**

Feitas as devidas observações, ainda assim optou-se por considerar a amostra total, de modo que a Figura 3.4 apresenta uma espacialização que incluiu os 39 municípios referentes aos 50 registros com informação sobre a localização dos casos estudados.

Figura 3.4: Dispersão das ecovilas brasileiras da literatura (2000-2016) no território.



Fonte: Elaboração própria com mapa do Brasil de Google Geocoder JAVAScript ATI, 2017 e dados de Barros, 2008; Bissolotti, 2004; Bôlla, 2012; Borelli, 2014; Brogna, 2007; Caravita, 2012; Castro, 2014; Cavalcanti, 2014; Cunha, 2012; D'ávila, 2008; Dias, 2009; Flores, 2013; Januario, 2014; Januzzi, 2016; Jorge, 2008; Leite, 2011; Lozano, 2009; Martini, 2009; Matheus e Silva, 2013; Nascimento, 2014; Pimentel, 2010; Santoro, 2011; Santos, 2011; Simas, 2013; Siqueira, 2012; Souza, 2016; Rainho, 2006; Ribeiro, 2014; Rosa, 2014; Roysen, 2013.

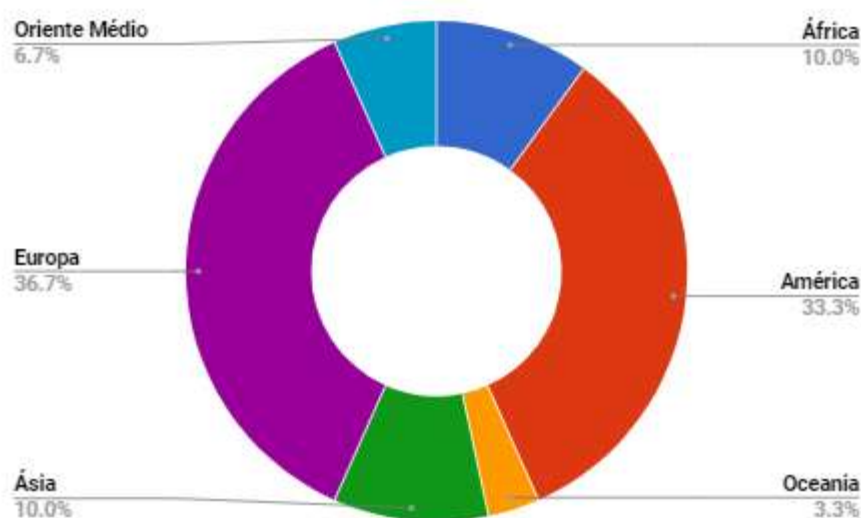
A localização das ecovilas e casos afins já estudados nos trabalhos anteriores aqui reunidos reflete, em grande medida, a dispersão populacional própria do país, concentrada mais próxima ao litoral do que ao interior. Nota-se também uma maior concentração na região Sudeste, que é a mais povoada e com maior número de

instituições de ensino superior. Na escala estadual, a Bahia reuniu mais ecovilas estudadas do que as demais unidades da federação. A exceção à regra ficou a cargo de Goiás, que é interiorano, mas também apresentou uma concentração significativa, com quatro casos estudados. A Amazônia, apesar de seu amplo território e biodiversidade, teve somente dois casos estudados, o que parece sinalizar que o movimento de ecovilas pouco se expandiu para as áreas da floresta, sendo mais alocado em áreas com maior infraestrutura urbana, ainda que rurais.

### 3.13) Ecovilas estrangeiras

A pesquisa de exemplos no exterior reflete a proporção numérica dos resultados obtidos com o mapeamento das ecovilas no mundo. A amostra coletada nas teses e dissertações revela que 70% dos casos estudados encontram-se ou na Europa (11) ou no continente americano (Figura 3.5), sendo 4 nos Estados Unidos, 3 no Chile, 2 na Argentina e 1 no México.

Figura 3.5: Proporção das ecovilas estrangeiras estudadas na PG-BR (2000-2016).



Fonte: Elaboração própria com base nos 18 autores que estudaram ecovilas estrangeiras (BARROS, 2008; BISSOLOTTI, 2004; BÔLLA, 2012; CARAVITA, 2012; CUNHA, 2012; D'ÁVILA, 2008; FREITAS, 2016; JANUÁRIO, 2014; JORGE, 2008; LOZANO, 2009; MATHEUS E SILVA, 2013; MATTOS, 2015; NASCIMENTO, 2014; PEREIRA, 2016; RAINHO, 2006; RIBEIRO, 2014; ROSA, 2014; ROYSEN, 2013).

Os casos estrangeiros mais estudados foram: Fundação Findhorn, por 14 autores (BISSOLOTI, 2004; RAINHO, 2006; BARROS, 2008; D'ÁVILA, 2008; JORGE, 2008; LOZANO, 2009; BÔLLA, 2012; ROYSEN, 2013; ROSA, 2014; MATTOS, 2015; FREITAS, 2016; CUNHA, 2012; JANUÁRIO, 2014; PEREIRA, 2016), Crystal Waters, por 5 autores (RAINHO, 2006; D'ÁVILA, 2008; BÔLLA, 2012; CUNHA, 2012; JANUÁRIO, 2014) e Auroville, por 4 autores (BISSOLOTI, 2004; BÔLLA, 2012; ROSA, 2014; CUNHA, 2012).

### **3.14) Pesquisas empíricas**

A ecovila mais visitada foi Terra Una (BÔLLA, 2012; CAVALCANTI, 2014; MATHEUS E SILVA, 2013; BORELLI, 2014), seguida por IPEC (CUNHA, 2012; MATHEUS E SILVA, 2013), Terra Mirim (BISSOLOTI, 2004; SANTOS, 2011; CUNHA, 2012) e Visão Futuro (RAINHO, 2006; LOZANO, 2009; LEITE, 2011), empatadas com 3 pesquisadores visitantes. Interessante notar que essas ecovilas estão localizadas cada uma em um estado da federação (MG, GO, BA e SP, respectivamente). Destacam-se, ainda, os trabalhos que contaram com visitas em ecovilas localizadas no exterior, sendo dois (5,5%) Findhorn, na Escócia, e outros dois em países sul-americanos (Argentina e Chile).

As abordagens de campo foram variadas e envolveram, predominantemente, observação direta não participativa (BISSOLOTI, 2004; CARAVITA, 2012; DIAS, 2009; FLORES, 2013; MATHEUS E SILVA, 2013), com levantamentos descritivos das técnicas construtivas e de manejo ambiental (especialmente saneamento ecológico), além de registros fotográficos. Também notou-se a aplicação de questionários (tanto presenciais como online) para obter informações de perfil dos moradores, das suas interações com as técnicas e construções ecológicas e da satisfação com o estilo de vida adotado. Com relação ao mapeamento, a maioria dos trabalhos limitou-se à localizar os grupos visitados em foto aérea ou em mapas temáticos de pouca precisão. Embora pouco explorado, percebe-se que houve interesse dos autores em conhecer a dispersão das ecovilas no mundo ou no Brasil.



Estudos de campo com observação participante que geraram resultados práticos para os grupos estudados utilizaram a pesquisa-ação (SANTOS, 2011; SIMAS, 2013). Alguns autores já tinham algum tipo de relação pré estabelecida com os grupos estudados, com o movimento de ecovilas ou com o movimento alternativo mais geral. Trabalhos interessados nas formas de organização, comunicação e espiritualidade dos moradores apresentaram maior tempo de permanência dos pesquisadores em campo e a coleta de relatos dos sujeitos por meio de entrevistas semi-estruturadas foi a forma mais utilizada para obter informações em pesquisas qualitativas (CAVALCANTI, 2014; JORGE, 2008; MARTINI, 2009; MATTOS, 2015; SIQUEIRA, 2012). Também houve interesse em descrever ou acompanhar os processos formativos desses grupos (BROGNA, 2007; JANUARIO, 2014), avaliando os graus de aproximação e distanciamento entre os princípios e valores que inspiram tais experiências e o que se concretiza na prática.

### **3.15) Fontes e temas de pesquisa**

Os diretórios institucionais disponibilizados nos websites da *Global Ecovillage Network* (GEN, Rede Global de Ecovilas) e da *Fellowship for Intentional Community* (FIC, Associação para Comunidades Intencionais) foram identificados como principais fontes de pesquisa sobre ecovilas no mundo para fins de localização, quantificação, pré-caracterização e contato. Como a inserção dos dados cadastrados nestas bases são feitos voluntariamente pelas próprias comunidades, alguns trabalhos destacaram-nos como fontes incompletas de informação. Isto decorre da existência de comunidades que: (1) não acessam a internet; (2) acessam, mas desconhecem esses diretórios; (3) conhecem, mas não querem estar no cadastro (que é de acesso público). Além disso, verificou-se que os diretórios reúnem outros tipos de projetos/experiências que se identificam como ecovilas, mas não são de fato (como condomínios convencionais, hotéis, centros educacionais e outros que tomam o nome ecovila com finalidade comercial, para citar alguns exemplos). Conforme apontado por Capello (2013), o fator comunidade intencional diferencia a experiência da ecovila dos demais empreendimentos.

Cabe mencionar as obras mais citadas nas revisões de literatura, de modo a identificar a bibliografia que tem sido apropriada com maior frequência pelos pesquisadores do tema. Os autores mais recorrentes para elaboração de definições para o termo ecovila foram a Rede Global de Ecovilas (site institucional), Robert Gilman (1991), Jan Martin Bang (2005) e Hildur Jackson e Karen Svensson (2002), cujas obras que podem ser entendidas como clássicas, ou basais para este recorte temático. Os livros de Diana Christian (2007 e 2009) e de Karen Litfin (2014) apareceram em trabalhos mais recentes. Dentre os autores brasileiros, ressalta-se a citação de Santos Júnior (2006), um dos primeiros trabalhos publicados com o tema ecovilas em anais de congresso no país. Destaca-se, ainda, uma ampla abordagem do tema Permacultura (ANDRADE, 2014; BISSOLOTTI, 2004; BARROS, 2008; PIMENTEL, 2010; CAVALCANTI, 2014; ROSA, 2014; MATHEUS E SILVA, 2013; SANTORO, 2010) citando as obras seminais de Bill Mollison e David Holmgren e também o campo de estudos da Agroecologia a partir de Miguel Altieri (ROSA, 2014; LOZANO, 2009).

Vale ainda ressaltar que também apresenta-se de forma predominante os subsídios teóricos fornecidos pela Rede Global de Ecovilas (ou *Global Ecovillage Network*, GEN) em conjunto com definições de desenvolvimento sustentável oriundas das conferências internacionais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como balizadores principais do conceito de ecovilas e de desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade nos trabalhos.

Entende-se que a devida contextualização do fenômeno no nosso país agrega variáveis políticas, econômicas, ambientais e socioculturais próprias do território brasileiro e implica, necessariamente, na reavaliação dessas definições a partir da história e dos presentes desafios da realidade nacional. Os trabalhos da PG-BR articularam uma grande variedade de temas, dentre os quais a gestão da água teve grande destaque (BISSOLOTTI, 2004; D'ÁVILA, 2008; LEITE, 2011, RAINHO, 2006; MACEDO, 2011, ANDRADE, 2014; BROGNA, 2007), indicativo de que os pesquisadores estão em busca de alternativas para a resolução de problemas perenes na sociedade brasileira, como o saneamento básico.

Embora haja um evidente consenso de que existem grandes desafios quanto à melhoria nas relações entre a sociedade em geral e os recursos naturais, o que desperta interesse por formas alternativas de geração e conservação de água e energia, faltam ainda evidências suficientes para confirmar as ecovilas como modelo adequado de transição para a sustentabilidade, principalmente no meio urbano.

Educação (SIMAS, 2013; SOUZA, 2016; MARTINI, 2009; SANTOS, 2011), utopia (MATHEUS E SILVA, 2013; CUNHA, 2012; BROGNA, 2007), cotidiano e estilo de vida (MATTOS, 2015; CASTRO, 2014; ROYSEN, 2013), contracultura (MATHEUS E SILVA, 2013; SANTOS JR., 2016), ruralidade (D'ÁVILA, 2008; SANTOS JR., 2016; SOUZA, 2016; LOZANO, 2009), espiritualidade e religião (CARAVITA, 2012; CASTRO, 2014) foram outros temas recorrentes nos trabalhos.

### **3.16) Arquitetura e Urbanismo e Engenharias**

Especificamente nos campos das engenharias e arquitetura e urbanismo, os trabalhos demonstram interesse pelo funcionamento das tecnologias vistas em ecovilas e possíveis replicações em projetos convencionais da construção civil, como dos setores de habitação e loteamentos, apontando como tendência de pesquisa a busca por um caminho do meio. Avaliações quantitativas, mesmo quando não alcançaram resultados positivos, apontaram pela necessidade de aperfeiçoamento e não de abandono das técnicas experimentadas.

Avaliações qualitativas demonstram certa limitação dos participantes das pesquisas em assimilar na prática os ideais que os motivaram a adotar as ecovilas como meio de vida e as principais tensões parecem ocorrer na esfera da tomada de decisão coletiva, o que é indicativo da necessidade de uma educação instrumental para a gestão comunitária para que a mesma se efetive.

Pouco foi mencionado sobre a interação entre as ecovilas e as políticas públicas. Nesse sentido foram apontadas experiências no Sri Lanka (BISSOLOTTI, 2004;

JORGE, 2008) e no Senegal (BISSOLOTTI, 2004), mas o maior destaque foi à iniciativa da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo em trazer para o Brasil o programa Educação Gaia, que é endossado pela Organização das Nações Unidas. Oferecido na capital paulista pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (Umapaz) desde 2006, o Educação Gaia já foi disseminado para outros estados brasileiros, principalmente pela ação das próprias ecovilas em parcerias com instituições independentes ou com universidades, como já ocorre com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Católica de Brasília. Conforme abordado no capítulo 2, trata-se de um currículo educacional que objetiva instruir indivíduos e comunidades sobre os aspectos multidimensionais da sustentabilidade e capacitá-los para iniciar ações locais de transição ecológica.

### **3.17) Categorias de Análise**

Alguns trabalhos partiram da mandala oferecida pelo material didático Educação Gaia para elaborar suas próprias categorias de análise. Outros apoiaram-se em autores que fizeram este exercício a partir da definição inaugural de ecovilas proposta por Gilman (1991), dentre os quais destaca-se Degenhardt (2012), que delimitou cinco elementos-chave para análise prática e teórica: comunidade, autonomia, meio-ambiente, intencionalidade e indivíduo.

Ao elaborar suas cinco categorias, Degenhardt (2012) interpreta que há uma sintonia entre a definição de Gilman (1991) e a definição de desenvolvimento sustentável cunhada pelo Relatório Brundtland, um pressuposto que, conforme explicado por Litfin (2014), não é verdadeiro, dado que tal definição não contempla a dimensão abstrata da subjetividade humana em definições mais recentes de sustentabilidade defendidas pelo movimento global de ecovilas por meio da Rede Global de Ecovilas e do curso Educação Gaia.

Outros trabalhos optaram por buscar indicadores de sustentabilidade em métodos já consolidados nos seus campos de estudos (ANDRADE, 2014; BISSOLOTTI, 2004;

CUNHA, 2012) e alguns, ainda, trouxeram conhecimentos da Permacultura (BARROS, 2008; MATHEUS E SILVA, 2013; PIMENTEL, 2010; SANTORO, 2010; SANTOS, 2015) e ou de métodos alternativos como o Dragon Dreaming (JANUÁRIO, 2014) para elaborar análises.

### **3.18) Pesquisadores**

Uma busca simples por currículos na Plataforma Lattes/CAPES considerando doutores e demais pesquisadores (mestres, graduados, estudantes, técnicos, etc.) de nacionalidade brasileira e estrangeira retornou, em 21 de julho de 2017, 295 resultados para o termo “ecovila”. Ao refinar a busca para acessar somente currículos de profissionais com doutorado, foram recuperados 105 currículos. Entretanto, a consulta parametrizada no Diretório dos Grupos de Pesquisas no Brasil Lattes não retornou nenhum resultado para “ecovila”.

No universo dos trabalhos da pós-graduação stricto sensu analisados, nenhum professor doutor se destacou por concentrar um número expressivo de orientações no tema. Quase três centenas de pesquisadores (de todos os níveis) já abordaram o tema ecovilas em seus estudos, porém os dados indicam que não há, ainda, uma articulação entre esses profissionais para investigações conjuntas. Há um contrassenso entre esta realidade e o caráter multidisciplinar observado na grande variedade de áreas em que o assunto já foi explorado nas pesquisas brasileiras.

Dos currículos recuperados, 122 pessoas apresentaram formação em Arquitetura e Urbanismo, nos níveis de graduação, especialização, mestrado ou doutorado. Portanto, 41,3% do total de interessados em ecovilas provém da área Arquitetura e Urbanismo. Notou-se, porém, que há um número grande de estudantes que se interessam pelo tema no curso de graduação, mas não persistem nele em sua vida profissional. O número de currículos identificados, 295, já é suficiente para formar uma massa crítica no assunto ecovila, mas comparando com outras áreas é relativamente pequeno. A título de comparação, a busca por currículos brasileiros na área de paisagismo resultou em 5.680 e em terremoto, 624.

### **3.19) Linhas de Pesquisa**

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, organiza o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Lattes, congregando 37.640 Grupos de Pesquisa, conforme o Censo de 2016. A Consulta parametrizada em todas as opções identificou apenas um Grupo de Pesquisa com o Radical de Busca ecovila, conforme segue:

**Grupo de pesquisa:** Práticas Sociais e Processos Educativos

**Instituição:** UFSCAR

**Líder(es):** Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva; Maria Waldenez de Oliveira

**Área:** Educação

Contudo, numa análise mais detalhada no Grupo e nos Currículos Lattes das Líderes do Grupo, a palavra ecovila não aparece. Desconfia-se que é preciso melhor investigar se realmente não há nenhum grupo de pesquisa que concentre esforço específico no tema Ecovila. Pelos resultados obtidos, parece não haver reconhecimento de que ecovila pode ser uma Linha de Pesquisa. Novamente, recorre-se ao radical "favela" para comparações, o que resultou em 33 Grupos de Pesquisa, nas seguintes áreas: Arquitetura e Urbanismo (10), Serviço Social (5), Sociologia (4), Educação (2), Planejamento Urbano e Regional (4), Antropologia (1), Direito (1), Economia (1), Engenharia Civil (1), Engenharia Sanitária (1), Geografia (1), Psicologia (1) e Saúde Coletiva (1).

Aparentemente, o perfil de formação dos Grupos parece muito similar às Grandes Áreas identificadas nas Dissertações e Teses sobre ecovilas. Assim, acredita-se que alguns desses grupos poderiam nuclear a formação de Grupos de Estudos ligados também a ecovilas e comunidades afins.

### 3.20) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que congrega cientistas e jovens cientistas de todas as áreas do país, conta com um banco de dados virtual sobre suas últimas reuniões anuais desde 2007. A participação anual é de cerca de 40 a 50 instituições (exceto os 71 em 2011). Em 2017, em sua 69ª. versão, contou com mais de 15 mil participantes e 52 instituições.

O levantamento com as palavras-chave "ecovila (s)", "ecovillage (s)" nas Reuniões anuais da SBPC e Jornadas Nacionais de Iniciação Científica produziu os seguintes resultados, conforme o Quadro 3.8.

Quadro 3.8: Reuniões Anuais SBPC e ecovilas

ANO	N. da Reunião	N. de Trabalhos com ecovila(s) na palavra-chave	N. de Pôsteres apresentados	Link de acesso
2017	69	0	871*	<a href="http://ra.sbpcnet.org.br/belohorizonte/">http://ra.sbpcnet.org.br/belohorizonte/</a>
2016	68	0	1859	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/68ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/68ra/resumos.htm</a>
2015	67	0	2484	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/67ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/67ra/resumos.htm</a>
2014	66	0	1139	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/66ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/66ra/resumos.htm</a>
2013	65	0	4072	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos.htm</a>
2012	64	0	4206	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/64ra/resumos.htm</a>
2011	63	0	3409	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos.htm</a>
2010	62	0	4551	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos.htm</a>
2009	61	0	1955	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/61ra/resumos.htm</a>
2008	60	0	2563	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/60ra/resumos.htm">http://www.sbpcnet.org.br/livro/60ra/resumos.htm</a>
2007	59	0	1982	<a href="http://www.sbpcnet.org.br/livro/59ra/submenu_anai.html">http://www.sbpcnet.org.br/livro/59ra/submenu_anai.html</a>

(\*) programados

Fonte: <<http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/tipo/reunioes-aneais/>>.

Apesar do grande número de pôsteres aceitos para as Reuniões Anuais da SBPC, evento de caráter amplo e de grande abrangência de assuntos e acesso, verifica-se a inexistência de trabalhos sobre ecovilas nos últimos 11 anos (2007 a 2017). Tal fato pode ser indicativo de que ou o assunto é ainda irrelevante, ou ainda está para ser explorado, ou os autores não consideram a Reunião como meio de divulgação dos conhecimentos sobre ecovilas no Brasil. Pode-se também especular que a

palavra-chave não é adequada, ou seja, o termo “ecovila” pode não refletir o tema em proposição. De qualquer modo, a incipiência do tema no SBPC dificulta sua difusão entre os pesquisadores brasileiros e os órgãos financiadores, configurando um obstáculo para o debate e para a criação de linhas de fomento com estímulo específico às pesquisas sobre ecovilas na academia brasileira.

### 3.21) Mecanismos de busca mais populares

A pesquisa com o radical de busca ecovila nos populares mecanismos de busca Google e Google Acadêmico teve o objetivo de se ter uma dimensão de tamanho em relação ao mundo. Se a produção acadêmica no Brasil é pouca, conforme visto, é necessário compará-la com o que há fora da academia e no exterior. O Quadro 3.9 mostra os resultados obtidos em dois dias de acesso a estes buscadores.

Quadro 3.9: Pesquisa com o radical de busca “ecovila” nos buscadores Google e Google Acadêmico.

Data de Acesso	Google	Google Acadêmico
<b>14/07/2017</b>	<b><a href="https://www.google.com.br">https://www.google.com.br</a></b>	<b><a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a></b>
ecovila	239.000	359
ecovilas	575.000	695
ecovillage	1.940.000	7.630
ecovillages	371.000	4.450
ecoaldeia	50.100	70
ecoaldeias	34.500	83
<b>03/07/2017</b>	<b><a href="https://www.google.com.br">https://www.google.com.br</a></b>	<b><a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a></b>
ecovila	237.000	354
ecovilas	569.000	699
ecovillage	1.930.000	7.680
ecovillages	357.000	4.480

Fonte: Elaboração própria.

A produção identificada com a palavra ecovilas no Google (assumindo ser apenas de língua portuguesa e espanhola) é 827 vezes superior ao do Google Acadêmico, evidência de que há um número muito maior de informação de divulgação do que na



área científica. Por outro lado, com a palavra ecovillage (assumindo abranger um número grande de países), a relação do Google é 252 vezes superior ao Google Acadêmico. Essa análise indireta de relações sugere que há um interesse acadêmico mais evidente em ecovila no exterior do que no Brasil. Analogamente, o Google mostra que há uma massiva quantidade de artigos de divulgação, depoimentos, blogs e websites no Brasil, mas, muito mais, no exterior, sobre locais com ecovilas, dicas de turismo, montagem, sucessos e insucessos, entre outros temas relacionados. Importante observar que não foi encontrado nenhum resultado de buscas para "estado da arte em ecovilas" ou "estado do conhecimento em ecovilas" nem no Google, nem no Google Acadêmico.

### **3.22) Visão Geral**

A motivação para este capítulo partiu da conclusão de que, se para contribuir com o avanço do conhecimento sobre o tema, é necessário conhecer o ponto em que a pesquisa acadêmica está situado, então seria útil sistematizar a produção e identificar autores, instituições e grupos de pesquisa e disponibilizar a informação. De acordo com SciELO (2017), "o acesso adequado e atualizado à informação técnico-científica é essencial para o desenvolvimento econômico e social, especialmente para apoiar os processos de tomada de decisão na planificação, formulação e aplicação de políticas públicas ou para apoiar o desenvolvimento e a prática profissional". Além disso, Eco (1977/2014) ensina que o primeiro passo do trabalho científico é conhecer a literatura crítica disponível sobre o tema que deseja-se investigar para constituir uma bibliografia de pesquisa. Como bem apontado por Neves (2010), o contato com o Estado da Arte é o momento mais importante para identificar as referências bibliográficas para fundamentação teórica da pesquisa e para a definição do escopo do trabalho. Considera-se que a realização desta etapa de pesquisa, além de fundamental para a construção do capítulo 4, resulta numa contribuição original para o atual momento das pesquisas sobre ecovilas no Brasil. Além de relacionar um grande número de trabalhos de forma organizada, permite uma visão geral do tema e das abordagens, sinalizando especificidades de cada área do conhecimento.

Assim, este capítulo buscou obter uma visão geral sobre o desenvolvimento das ecovilas como tema de pesquisa no Brasil. Utilizou-se um método descritivo e experimental, de natureza quantitativa e qualitativa. O estudo está ancorado na abordagem bibliométrica e na análise de conteúdo dos trabalhos. A literatura brasileira que trata especificamente sobre ecovilas, além de recente, é, numericamente, ainda bastante limitada. Um volume substancial de informações pode ser encontrado em Dissertações e Teses não publicados, bem como em Trabalhos de Conclusão de Curso, indicando que poucos autores deram continuidade às pesquisas.

As buscas fora dos repositórios acadêmicos retornaram muitos escritos sobre ecovilas que são de caráter informativo e de divulgação, com conteúdos superficiais. A utilização do nome ecovila parece ter um grande apelo comercial e talvez por isso seja utilizado em empreendimentos imobiliários com pouca aderência aos significados do conceito de ecovila tal qual debatido no capítulo 2.

Os livros ainda são escassos, tendo sido identificados, até o momento, somente 4 títulos nacionais dedicados ao tema (BRAUN, 2008; CAPELLO, 2013; GOLDSTEIN, 2010; OLIVEIRA; MILIOLI, 2014). Artigos ou *papers* podem ser encontrados, porém com maior dificuldade, pois praticamente não constam nos bancos de dados. Encontram-se dispersos em periódicos científicos que variam tanto em área do conhecimento, quanto em avaliação Qualis da CAPES. Mediante a busca no Google Acadêmico, foram encontrados, principalmente, aqueles publicados em anais de congressos, seminários e encontros. Esta é a razão pela qual deu-se preferência aos trabalhos oriundos da pós-graduação brasileira. Com o material reunido foi possível distinguir alguns tipos de contribuições e recortes de pesquisa mais recorrentes em meio à produção científica entre os anos 2000 e 2016, além de possibilitar reunir 73 estudos de caso de exemplos brasileiros e estrangeiros.

Assim, já existe um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre determinadas comunidades, com estudos de caso que investigam os trajetos históricos de seus

processos constituintes e também as técnicas de construção sustentável. Há um número bastante razoável de interessados no tema, apesar de não refletir bem no número de publicações científicas, reflete em outros tipos de materiais, como apostilas didáticas e manuais técnicos, entre outros.

A respeito de quantas pessoas tiveram alguma exposição ou interesse de pesquisa em ecovilas, a recuperação de currículos no repositório Lattes/CAPES seguida da análise da formação básica ou de atuação dos profissionais cadastrados não deixou dúvida de que o tema ecovila encontra-se situado dentro de Arquitetura e Urbanismo. Sinal de que uma nova frente de trabalho se abriu na área acadêmica e também profissional, dado o bom retorno em número de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Em seu artigo de revisão da literatura produzida sobre ecovilas no mundo, Wagner (2012) observou que vários tópicos já foram levantados e descobrimentos relevantes documentados em diferentes áreas do conhecimento. Entretanto, Wagner (2012) identificou que há necessidade de conectar esses resultados e projetar outras etapas para estruturar o campo de pesquisa. Um quadro similar pode ser observado no Brasil. Por exemplo, não foi identificado nenhum periódico acadêmico dedicado exclusivamente a este tema, que é decididamente multidisciplinar e que poderia colaborar para a aproximação entre os autores.

Nesse sentido, foi notada a ausência de grupos de pesquisa cujo tema central seja ecovila, embora já conste no banco de dados do SciELO para cadastro. Há, ainda, muito espaço para expansão deste tema na academia. A multiplicidade de assuntos e áreas que envolve o tema, possivelmente, dificulta aos Grupos focar e aprofundar no assunto ecovila. Outra questão impeditiva ou de desinteresse, pode ser a pouca difusão comercial do assunto ou ausência de fontes de financiamento para pesquisa e desenvolvimento.

Ainda não se tem notícia da inclusão específica do termo ecovila em eventos de destaque para as demais áreas do conhecimento. A articulação incipiente entre os

pesquisadores e os canais de divulgação das pesquisas dificulta a localização dos trabalhos e o diálogo entre as ciências acerca do tema. Entretanto, tem-se um sinal positivo de início da mudança para este quadro: pela primeira vez o principal congresso nacional da área de arquitetura do país, o Enanparq, incluiu as ecovilas entre os temas para envio de trabalhos para sua próxima edição, que ocorrerá ainda em 2018.

Wagner (2012) também assinalou que, dada a escassez de perspectivas metodológicas das ciências naturais, existe um déficit na avaliação do desempenho das ecovilas e, no campo das humanidades, identificou uma lacuna de pesquisa quanto à relevância do tema para outros contextos sociais, fora dos países europeus. No Brasil o perfil das pesquisas apresenta-se bastante diferente: há um certo balanço entre os trabalhos que são das áreas de ciências sociais aplicadas, exatas ou biológicas (57%) e humanidades (43%). Entretanto há uma preferência pelo estudo das tecnologias e técnicas encontradas em ecovilas, com maior ênfase no aspecto ecológico do que no comunitário. Até mesmo no caso das ciências humanas, a comunidade é um fator sempre destacado, porém não é um assunto predominante como tema central, dividindo espaço com os aspectos que caracterizam as comunidades, como espiritualidade e religião, ou com as atividades realizadas nas ecovilas, como práticas de educação e de sustento econômico.

Por um lado, os trabalhos buscaram demonstrar os fundamentos e descrever as estratégias utilizadas pelas ecovilas e outras comunidades para organizarem-se, edificarem-se e prosperar dentro das circunstâncias econômicas, sociais e territoriais de cada uma (CUNHA, 2012; FREITAS, 2016; JORGE, 2008; LOZANO, 2009; MATTOS, 2015; ROYSEN, 2013; SANTOS, 2011). Por outro, foram apontadas dificuldades não somente técnicas ou materiais, mas também subjetivas dos indivíduos integrantes das ecovilas (BORELLI, 2014; CAVALCANTI, 2014; MATHEUS E SILVA, 2013; NASCIMENTO, 2014; SIQUEIRA, 2012). Notou-se a ausência de trabalhos dedicados à revisitação, de modo a verificar como ocorre a continuidade das ecovilas no tempo.

Explorou-se muito bem como os paradigmas que sustentam a dinâmica econômica da globalização impactam em graves questões ambientais e sociais em âmbito planetário ou no âmbito individual, porém pouco foram confrontadas as diferenças práticas na esfera do cotidiano, nem foi explorado, ainda, como ocorre ou pode ocorrer a inserção das ecovilas na perspectiva política da produção do espaço, seja ele rural (onde são encontradas com mais frequência) ou urbano. Nessa ótica cabe examinar para além do universo interno às ecovilas e descrever mais como relacionam-se com seu meio exterior, tanto material como imaterialmente. Esforços nesse sentido foram observados em Bôlla (2012), Matheus e Silva (2013) e Ribeiro (2014).

Especificamente nos campos da Arquitetura, do Urbanismo, das Engenharias e da Agronomia, nota-se um esforço dos pesquisadores em encontrar possíveis modelos alternativos (RAINHO, 2006; D'ÁVILA, 2008; MACEDO, 2011) e em avaliar o desempenho e as potencialidades (ANDRADE, 2014; BROGNA, 2007; FREITAS, 2016; LEITE, 2011) para que possam ser assimiladas pelos modelos convencionais (JANUÁRIO, 2014) ou replicadas em contextos específicos (BARROS, 2008).

A respeito dos contextos de estudo, as ecovilas brasileiras predominam, especialmente nas pesquisas empíricas. Um caminho de pesquisa comum entre os trabalhos que buscaram explicar as razões de ser e a forma com que se produzem os espaços tangíveis e intangíveis nas ecovilas foi partir de estudos de caso (específicos) para ilustrar o quadro mais amplo (generalização). Esta abordagem revelou uma visão sobre as ecovilas como irradiadoras de seus saberes, especialmente as que lidam com produção alimentar e cursos educativos.

Contudo, mostrou-se incipiente a investigação no sentido oposto, da caracterização do geral para o local. Similarmente, nota-se espaço para ampliar o estudo das antagonias presentes na inserção de um modelo alternativo num contexto de ordenações territoriais, burocracias jurídicas e definições legais pouco flexível.

Há oportunidade para futuras investigações sobre o quanto a organização em pequenas escalas como as ecovilas apresentam-se como real possibilidade de transição para uma sociedade mais justa, além de ecológica, no contexto do capitalismo periférico e, especialmente, no Brasil. Para tanto, recomenda-se manter em vista as tensões históricas entre os agentes produtores do espaço, as desigualdades socioeconômicas e os passivos ambientais acumulados nas cidades e nos campos devido às atividades humanas.

# **CAPÍTULO 4**

## **Localização e caracterização das ecovilas brasileiras**

Conforme apontado por Goldwasser (1974, p. 75), “nenhuma comunidade é um universo que se esgota em si mesmo, todas estão em maior ou menor grau sujeitas a influências externas, como projetam elas próprias áreas diferenciais de interesses”. Daqui pode-se inferir que as relações entre as pessoas e o território ocorre em dois níveis: tanto aquelas estabelecidas dentro dos limites que encerram a área de cada ecovila, quanto nas conexões que extrapolam tais demarcações.

Tendo isto em vista, objetivou-se uma sondagem das configurações socioespaciais e das características formativas das comunidades, de modo a ancorá-las no contexto mais amplo da pesquisa e projetá-las a um nível de generalização que evitasse a descrição restrita ao âmbito local (GOLDWASSER, 1974).

Gil (2008) aponta o estudo de campo como adequado para o aprofundamento de questões de pesquisa relativas à estrutura social de uma comunidade, pois permite destacar a interação entre seus membros. Embora classifique como desvantagem o dispêndio de tempo que este tipo de pesquisa requer, Gil (2008, p.53) concorda que “somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado”. No processo observacional o (a) pesquisador(a) tem contato direto com a realidade dos locais de estudo, nos quais os fatos são vistos, ouvidos e examinados a fim de tirar conclusões sobre as motivações e os comportamentos humanos desenvolvidos (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Dada a vastidão e a diversidade do território brasileiro, reconhece-se uma limitação relativa à duração da pesquisa e às distâncias a serem percorridas para realização de um panorama descritivo a nível nacional. Em vista disso e na perspectiva de

realizar um estudo abrangente, optou-se por trabalhar com dados secundários para melhor compreender a essência dessas experiências e utilizou-se como fonte principal os estudos empíricos coletados na literatura nacional. Portanto, o percurso pelos casos foi feito, principalmente, por meio da reunião dos vários olhares científicos sobre as ecovilas, com algumas aproximações presenciais da autora: Ecovila Terra Una, em Liberdade, MG (2015); Casa Jaya, São Paulo, SP (2016); Espaço Mantra (2016); Ecocasa Kripa Madhu (2016, 2017) e Ecovila Santa Margarida (2016, 2017) em Campinas, SP; Ecovila Clareando, em Piracaia, SP (2017); Aboré Permacultura, em Indaiatuba, SP (2017); Comunas da Terra Irmã Alberta e Dom Tomás Balduino (2017) na Região Metropolitana de São Paulo.

Ressalta-se que o foco do estudo não é a especificidade de cada comunidade, mas, sim, a diversidade de caminhos traçados para a sustentabilidade dentro do grande espectro de problemas encontrados nas formas urbanas atuais. Logo, a amostragem busca esta diversidade de apropriações territoriais, tipológica e morfológica, estando também atenta às localizações dos casos em relação à rede urbana consolidada.

#### **4.1) Notas metodológicas**

Este capítulo foi realizado em duas etapas: mapeamento e caracterização.

Esforços de mapeamento foram encontrados dentro e fora da literatura acadêmica. O presente trabalho teve como base a convergência dos dados coletados diretamente nos diretórios de GEN (<<https://ecovillage.org/projects/>>) e de FIC (<<https://www.ic.org/directory/>>), aos quais adicionaram-se todas as ecovilas encontradas nas pesquisas nacionais abordadas no capítulo 3, inclusive aquelas apresentadas somente por intermédio de listas para fins de contagem produzidas por alguns autores. Somaram-se, ainda, alguns esforços de listagem encontrados em sites da internet dedicados ao tema das ecovilas. Foi feita uma verificação pela análise cruzada de informações que, quando se repetiam em diferentes trabalhos, confirmavam-se e também pela coleta de informações fornecidas pelas próprias ecovilas em páginas oficiais que mantêm na internet. Neste processo localizaram-se



algumas entradas que não correspondiam a ideia de ecovilas ou de assentamentos humanos sustentáveis, como estabelecimentos comerciais diversos (tais como restaurantes, lojas e espaços culturais com múltiplas finalidades) e loteamentos convencionais.

Com todos esses dados, realizou-se uma espacialização dos registros sobre o mapa do Brasil contendo as divisões administrativas municipais. O trabalho contou com auxílio das ferramentas Google Sheets e Google Earth.

A seguir, às planilhas foram agregadas informações sobre as cidades nas quais elas se formam, de modo a permitir uma discussão conjunta sobre o fenômeno e as redes urbanas brasileiras.

Para a caracterização geral dos tipos de ecovilas encontrados no território nacional por intermédio da literatura foram observadas comparativamente algumas propostas de agrupamento em categorias feitas por autores brasileiros. Isso auxiliou a organização dos dados coletados sobre cada caso e favoreceu um agrupamento em novas categorias.

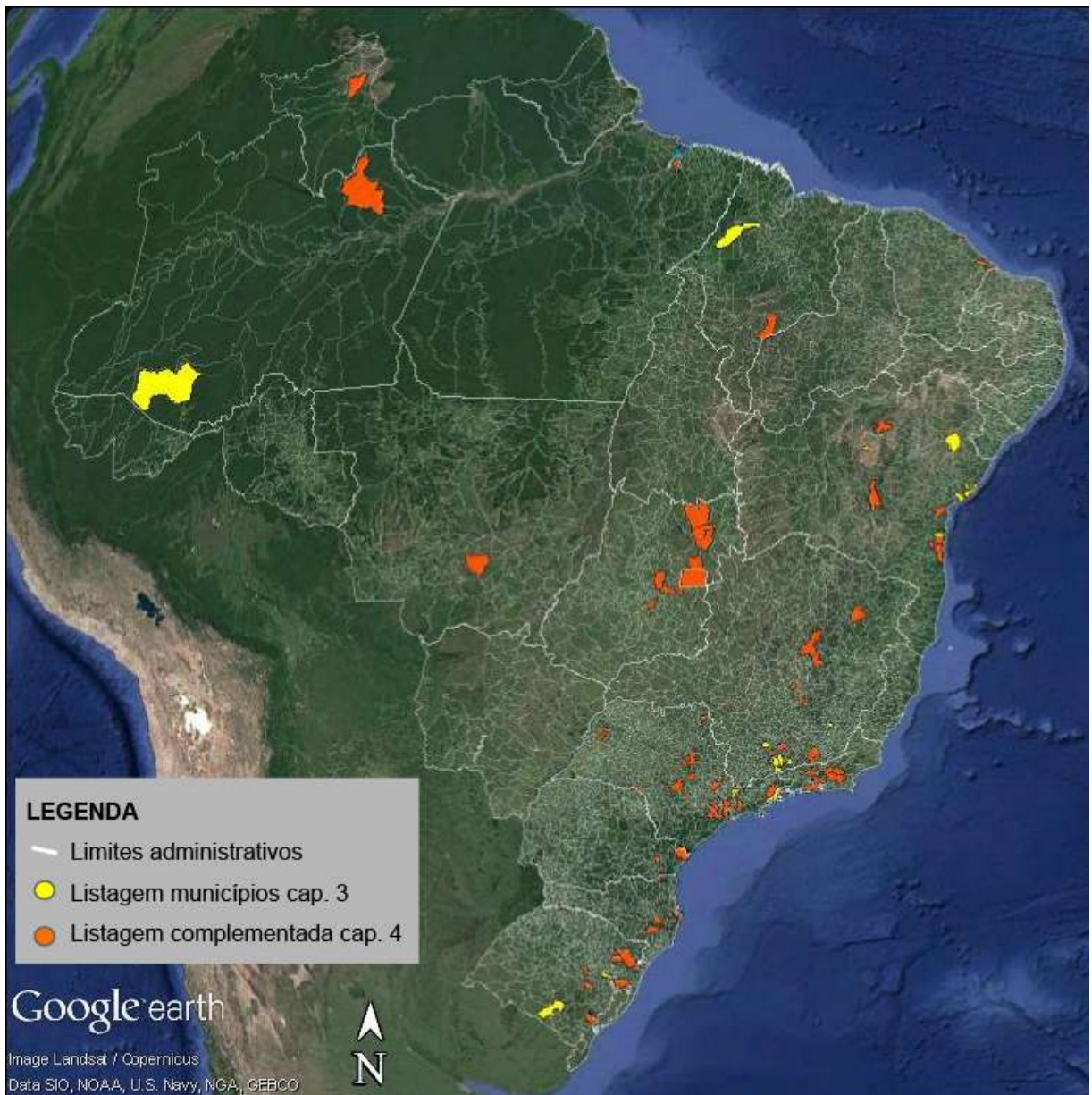
Assim, foi construído um inventário geral de experiências que se identificam com o conceito de ecovilas no Brasil. Desta forma foi possível localizar e conhecer muitos tipos de ecovilas brasileiras existentes, bem como outros tipos de comunidades e projetos voltados para a sustentabilidade do hábitat e da ecologia em geral.

Por meio de uma análise comparativa das informações reunidas neste inventário, buscando pontos de aproximação e divergência entre os grupos estudados, fez-se um recorte de menor amostragem para apresentação de exemplos. A seleção de casos não foi aleatória e procurou demonstrar, em diálogo com a literatura, como alguns dos casos estudados podem representar outros análogos dentro do panorama nacional.

Cabe ressaltar que as informações colhidas não foram uniformes, dado que são múltiplos os enfoques dentro do conjunto de estudos reunidos, provenientes de variadas áreas do conhecimento, conforme já descrito e discutido no capítulo 3.

#### 4.2) Localização das ecovilas no Brasil

Figura 4.1: Municípios brasileiros com ecovilas (2017).



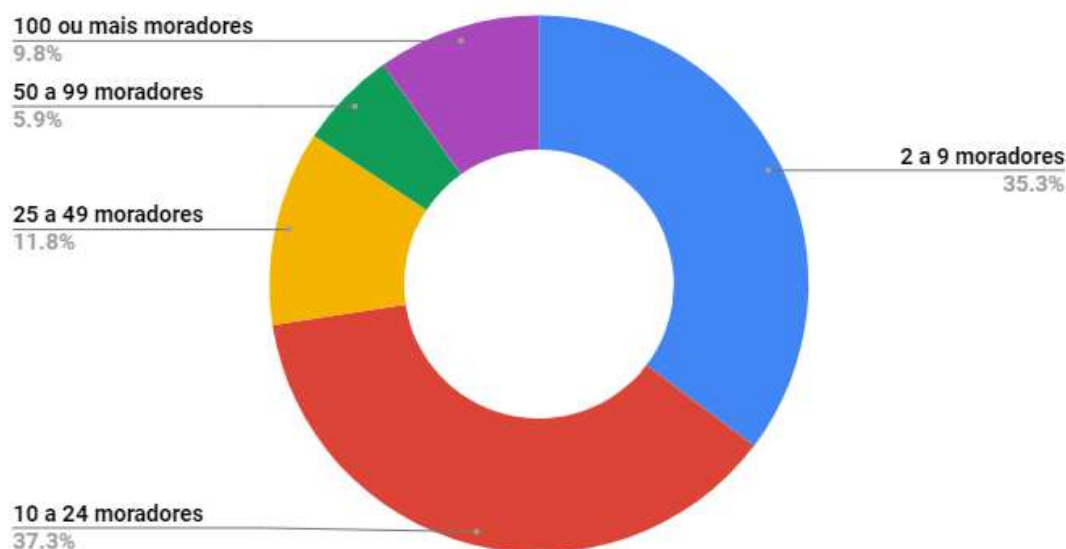
Fonte: Elaboração própria utilizando as bases de Brasil (2018) e IBGE (2010). Sem escala.

A Figura 4.1 apresenta um mapa que identifica um total de 126 municípios que retornaram registros para busca por ecovilas no Brasil. Feita a complementação dos dados da Figura 3.3 apresentada no capítulo 3, conforme a metodologia descrita na introdução do presente capítulo, houve um incremento substancial no número de registros (de 52 para 195) e de municípios (de 39 para 126). Os destacados na cor amarelo foram localizados nos trabalhos acadêmicos reunidos no capítulo 3, enquanto em laranja tem-se os que foram adicionados a partir de outras fontes de consulta (ECOEFICIENTES, 2013; GEN, 2017; FIC, 2017; LUZ, 2016; MACEDO, 2011; MAJEROWICZ, 2015; NUNES, 2015; PAZ; FAÚNDEZ, 2013; SANTOS JR, 2016; SIQUEIRA, 2012).

#### 4.3) População estimada das ecovilas no Brasil

Siqueira (2012) relata que é difícil precisar uma população já que nem todos os grupos são de fácil acesso, localização ou até mesmo comunicação. Macedo (2011) mostra o número bastante variável de residentes nas ecovilas no mundo (Figura 4.2). 84,4% da amostra apresentou população inferior a 50 moradores, enquadrando este tipo de assentamento humano entre as quatro primeiras unidades da escala Ekistics: do indivíduo ao *hamlet* (DOXIADIS, 1970).

Figura 4.2: Levantamento populacional das ecovilas no mundo.



Fonte: Elaboração própria com dados de Macedo (2011).

Se consideradas as ecovilas de pequeno e médio número de residentes, sem considerar a população flutuante nessas comunidades, pode-se inferir uma média de 15 residentes por ecovila (Quadro 4.1). Transpondo esse número para a amostra total de 195 casos registrados, obtém-se uma estimativa populacional conservadora de 2.295 residentes espalhados em ecovilas pelo Brasil.

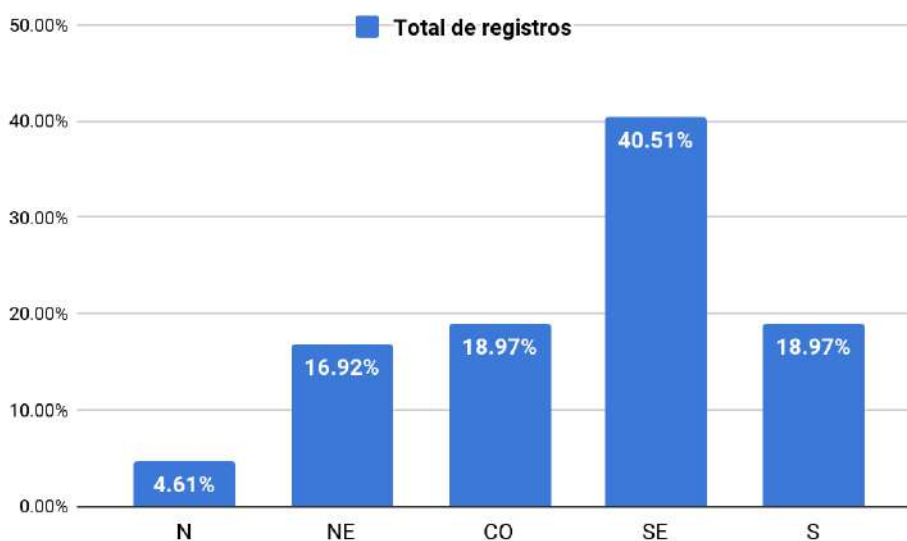
Quadro 4.1: Estimativa de residentes em ecovilas no Brasil.

Grupo de residentes	Média do grupo (residentes)	Número de Ecovilas	Residentes estimados por grupo	Soma dos pequenos e médios grupos	Fórmula de Cálculo residentes/ecovila
2 a 9	5,5	18	99	43	$(99+323+222)/43 = 14,97$ <b>TOTAL = 15</b> residentes/ecovila
10 a 24	17	19	323		
25 a 49	37	6	222		
50 a 99	74,5	3	223,5	ñ considerado	-
> 100	-	5	-	ñ considerado	-

Fonte: Elaboração própria com dados de Macedo (2011).

#### 4.4) Visão geral: um resumo dos resultados regionais

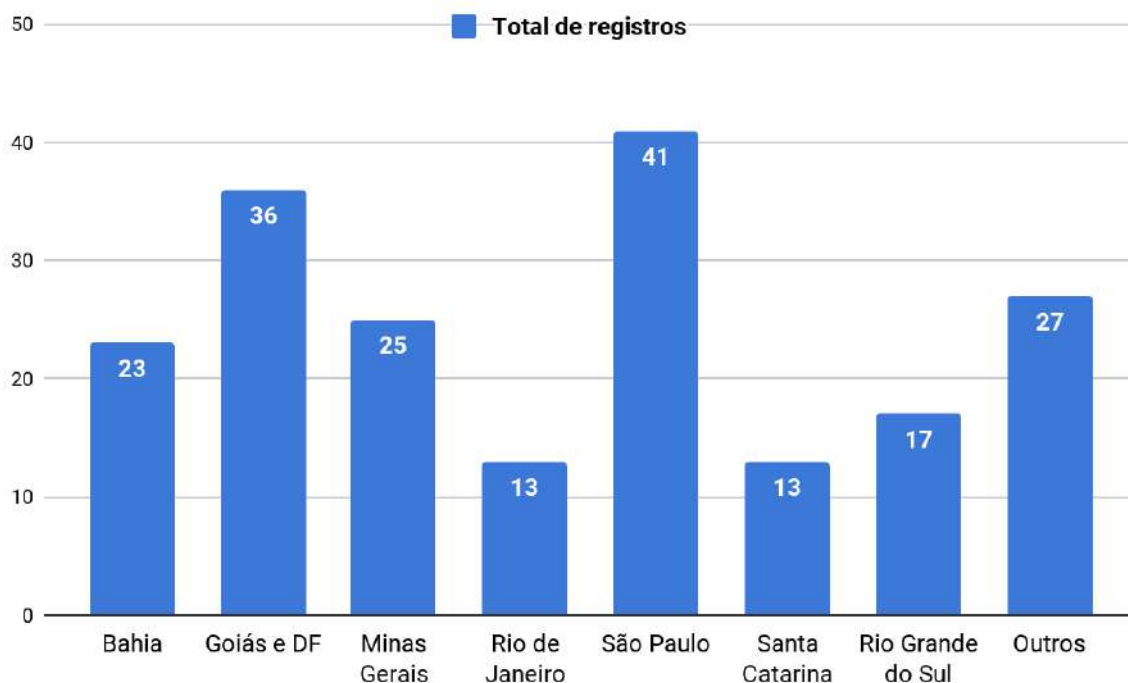
Figura 4.3: Proporção de registros por Regiões da Federação.



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados regionais estão apresentados na Figura 4.3. A maior densidade foi encontrada na região Sudeste, com 79 registros (40,22%). As regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste apresentaram valores similares, situados entre 16% e 19%.

Figura 4.4: Número de registros por Unidades da Federação.



Fonte: Elaboração própria.

A Figura 4.4 mostra que os estados que retornaram mais resultados foram: São Paulo (21,02%), com destaque para o interior paulista (28 registros), Goiás e Distrito Federal (17,46%) e Minas Gerais (12,82%). Não houve registro de ecovilas em 98 estados brasileiros: Tocantins, Amapá, Acre e Roraima (N); Alagoas, Piauí e Sergipe (NE); Mato Grosso do Sul (CO) e Espírito Santo (SE).

O município mais bem representado foi Alto Paraíso de Goiás, GO, com 15 registros, ou 8,19% do total. Destacaram-se, com 4 ou mais, também os municípios de São Paulo, SP (7); Pirenópolis, GO (6); São Thomé das Letras, MG (5); Ilhéus, BA (4); Palmeiras, BA (4); Brasília, DF (4); São Carlos, SP (4); Florianópolis, SC (4); Porto Alegre, RS (4). A maioria dos municípios (53,78%) apresentou somente um registro.

A listagem completa dos municípios e dos registros mapeados pode ser consultada no Apêndice I desta dissertação.

#### **4.5) As ecovilas na rede urbana brasileira**

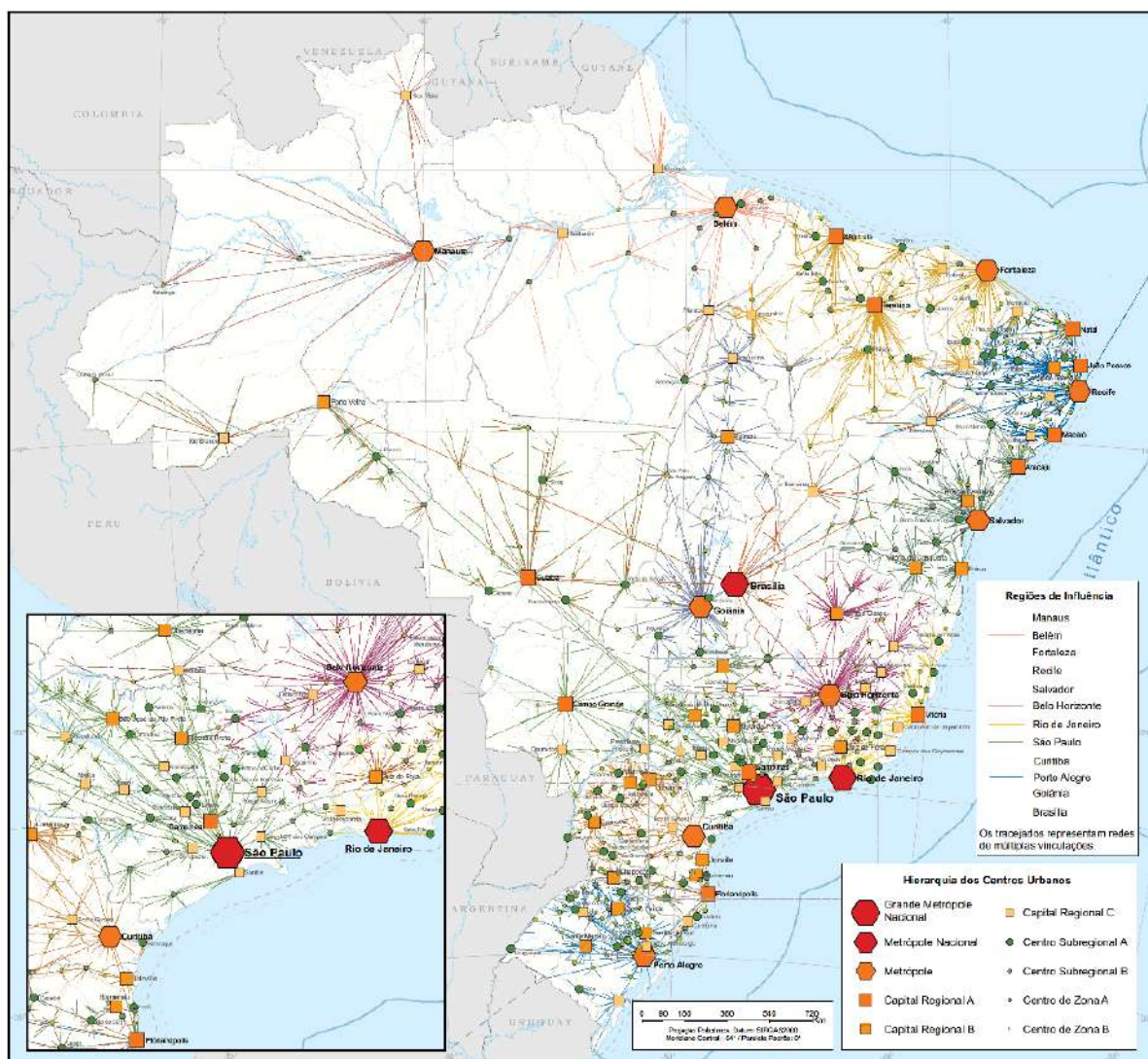
De acordo com IBGE (2008, p. 9), "a estrutura e a organização do território são o substrato que condiciona, e sobre o qual atuam, as políticas públicas e os agentes sociais e econômicos que compõem a sociedade". Olhar para a rede urbana brasileira auxilia compreender a localização das atividades econômicas de produção e de consumo privado e coletivo, pois os padrões espaciais que delas emergem externalizam as relações vigentes entre as centralidades urbanas e entre suas populações. Ainda que os deslocamentos de pessoas, bens e informações tenham finalidades diversas, os resultados de IBGE (2008, p. 171) apontam para a ocorrência de "padrões semelhantes de centralidade, com fluxos de traçado e direção muitas vezes coincidentes, confirmando a hipótese da existência de um padrão comum de centralidade e de articulação em rede, que pode ser apreendido por generalização das ligações mais frequentes".

IBGE (2008, p. 9) aponta que já no primeiro estudo de redes urbanas realizado em 1972 pelo IBGE este definia que "as cidades constituem os locais onde se podem instalar mais racionalmente os serviços sociais básicos (...) destinados ao atendimento da população de toda uma região". As redes urbanas estabelecidas favorecem a concentração populacional onde o comércio e os serviços são mais intensos e bem providos de infraestrutura de energia, água, de transportes, de comunicações, do abastecimento em geral e de postos de trabalho.

Porém, num país de território tão extenso, a acessibilidade da população aos locais onde serviços de saúde e de educação estão instalados fica dificultada pela alta concentração destes em relativamente poucas cidades, quando comparado com o total de cidades do país, já que, segundo IBGE (2008), praticamente 85% dos municípios são centros locais. O acesso pode ser dificultado, ainda, por condições adversas à realização dos deslocamentos, como precariedade no transporte público

e custos financeiros diretos (passagem, combustível, pedágio) e indiretos (hospedagem, alimentação, ausência do trabalho, etc.) envolvidos.

Figura 4.5: Rede Urbana brasileira em 2007.



Fonte: IBGE (2008, p. 12).

No Brasil, há uma alta concentração populacional e de maiores e mais influentes centralidades urbanas próximo ao litoral e também no Distrito Federal, o que reflete na articulação das localizações sobre os territórios locais, regionais e nacionais (Figura 4.5). A região sudeste apresenta a mais densa rede urbana e uma maior concentração de centralidades, que se dispersam pelo interior e pelas fronteiras entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Figura 4.5).

Quadro 4.2: Municípios brasileiros segundo hierarquia na Rede Urbana em 2007.

Hierarquia dos centros urbanos brasileiros	Categoria	Municípios
Metrópoles	Grande metrópole nacional	São Paulo (1)
	Metrópole nacional	Rio de Janeiro e Brasília (2)
	Metrópole	Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre (9)
Capital Regional	A	11
	B	20
	C	39
Centro Sub-regional	A	85
	B	79
Centro de Zona	A	556
	B	364
Centro Local		4.473
<b>Total municípios da amostra</b>		<b>5275</b>

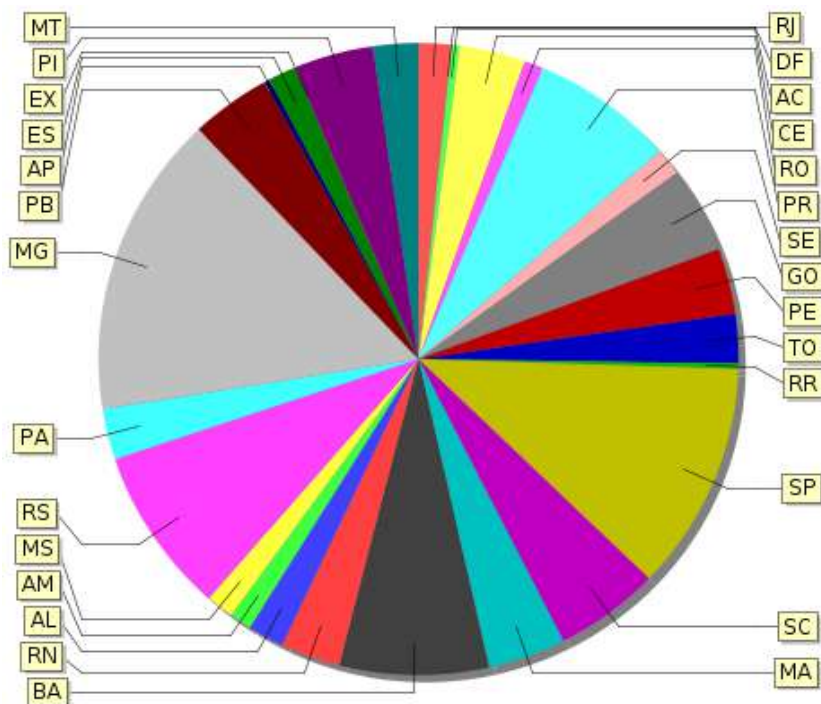
Fonte: Elaboração própria com dados de IBGE (2008, p.11-15).

Considerando 95% do total de municípios brasileiros em 2007, IBGE (2008) contabilizou 12 metrópoles, 70 capitais regionais, 164 centros sub-regionais, 556 centros de zona e 4.473 centros locais. O número médio de relacionamentos que os municípios estabelecem com outros municípios definem seu posicionamento na hierarquia urbana. As metrópoles além de exercer influência preponderante sobre suas regiões metropolitanas, também desenvolvem redes de relações entre metrópoles, de modo que cidades menos populosas como as capitais da região Norte, proporcionalmente, atuam com efeito polarizador sobre suas áreas de influência similarmente ao de uma metrópole.



Nas quatro categorias seguintes, o número médio de relacionamentos varia de 487 para capitais regionais a somente 16 para centros locais. Em termos populacionais, as três grandes metrópoles concentram 19,5 milhões de habitantes em São Paulo, 11,8 milhões no Rio de Janeiro e 3,2 milhões em Brasília. As populações médias das capitais regionais é de 995 mil, enquanto dos centros de zona é de 23 mil.

Figura 4.6: Proporção de municípios por Unidade da Federação.



Fonte: Oliveira (2011).

No Brasil, os estados que possuem mais municípios são Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia, nesta ordem (Figura 4.6). Enquanto 84,79% do total de municípios do brasileiros são caracterizados como centros locais (Quadro 4.2), somente 58,95% dos municípios com informação hierárquica registrados no levantamento participam na rede urbana como centros locais.

A proporção de municípios com ecovilas na hierarquia da Rede Urbana foi de 7,14% em metrópoles e de 6,34% em centros subregionais de primeiro nível (Quadro 4.3 e Figura 4.7). Também registrou-se a presença de ecovilas nas metrópoles nacionais,

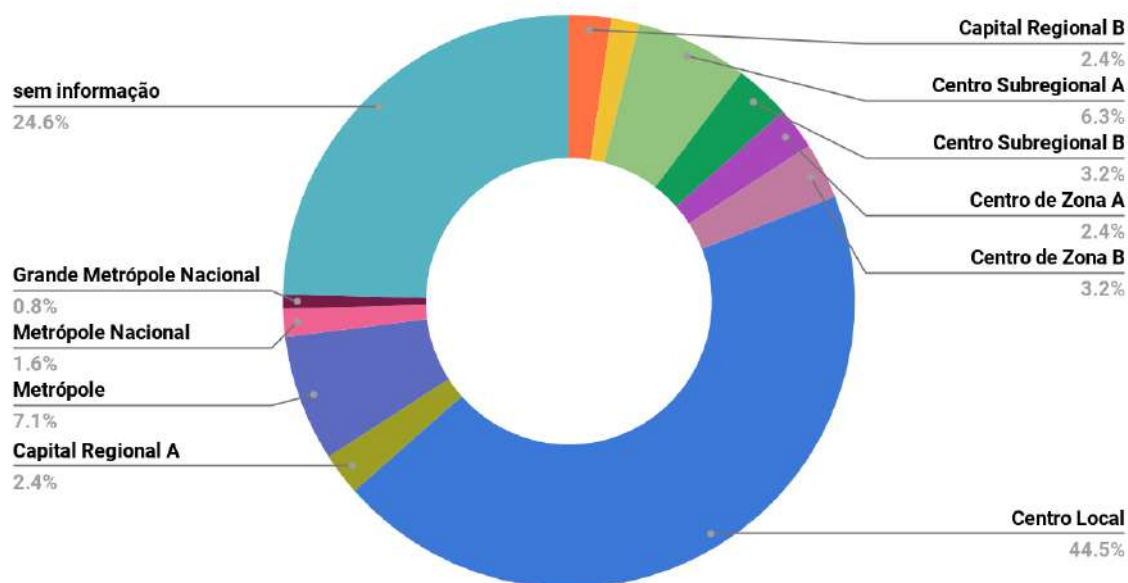
de modo que 11,89% dos municípios com ecovilas apresentam mais de um milhão de habitantes (Quadro 4.3 e Figura 4.7).

Quadro 4.3: Hierarquia urbana de municípios brasileiros com ecovilas.

Hierarquia dos Centros Urbanos que têm ecovilas	Número de Municípios	% do total de Municípios	% dos Municípios com informação	Municípios considerados
Grande Metrópole Nacional	1	0.79%	1.05%	<b>95</b>
Metrópole Nacional	2	1.58%	2.11%	
Metrópole	9	7.14%	9.47%	
Capital Regional A	3	2.38%	3.16%	
Capital Regional B	3	2.38%	3.16%	
Capital Regional C	2	1.58%	2.11%	
Centro Subregional A	8	6.34%	8.42%	
Centro Subregional B	4	3.17%	4.21%	
Centro de Zona A	3	2.39%	3.16%	
Centro de Zona B	4	3.17%	4.21%	
Centro Local	56	44.44%	58.95%	
sem informação	31	24.60%	-	
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>100.00%</b>	<b>75,39%</b>	

Fonte: Elaboração própria com base nas categorias de IBGE (2008).

Figura 4.7: Proporção de municípios com ecovilas por hierarquia na Rede Urbana.

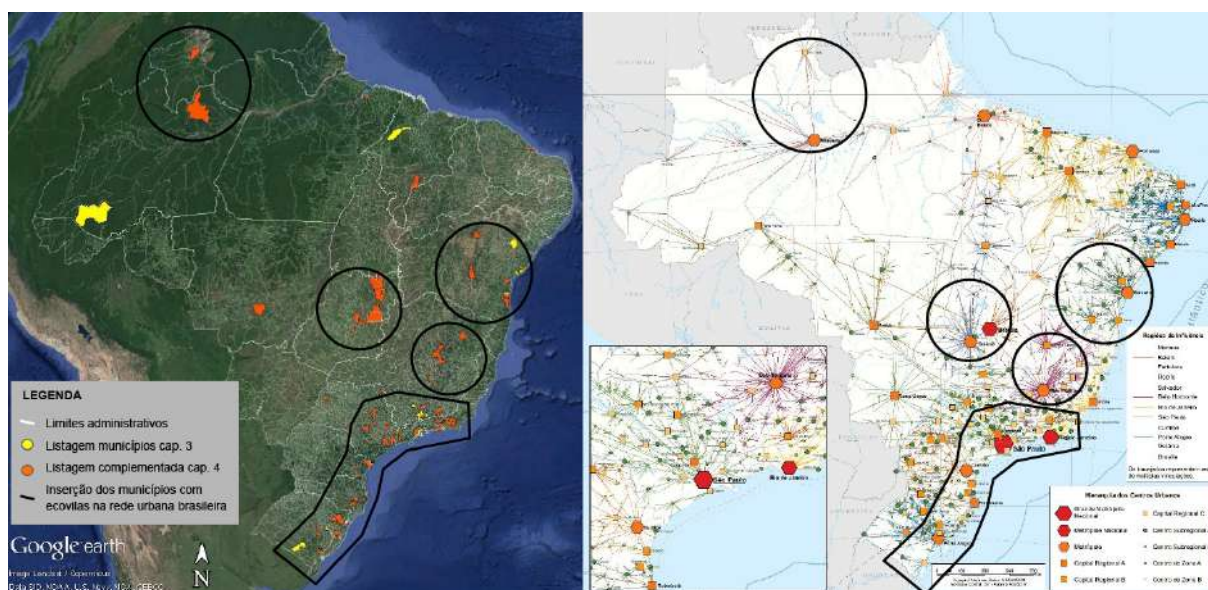


Fonte: Elaboração própria com base nas categorias de IBGE (2008).

Tendo em vista esse cenário, é importante apontar a alta concentração de ecovilas verificada nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Minas Gerais é o estado que detém a maior quantidade de municípios no país, o que estatisticamente já aumenta a chance de apresentar ecovila em relação a outros com menos municípios. São Paulo é o estado mais populoso e têm grande influência sobre o sul mineiro. Ambos os estados apresentam altos índices de desenvolvimento das redes urbanas, além de climas amenos, solos manejáveis e rica hidrografia.

Destaca-se, ainda, que a proximidade a maiores concentrações populacionais e centros consumidores permite uma maior sustentabilidade econômica, pois favorece as relações comerciais, atividades educacionais e turísticas, culturais, entre outras, das ecovilas. Aliam-se públicos de interesse e facilidade de acesso, como melhores estradas e maior oferta de transporte público. A região de fronteira entre esses dois estados é destino turístico rural e ecológico, com potencial a expandir.

Figura 4.8: Inserção dos municípios com ecovilas na Rede Urbana brasileira.



Fonte: Elaboração própria com bases de Brasil (2018) e IBGE (2018, 2008, p. 12).

A Figura 4.8 analisa comparativamente os mapas da Rede Urbana brasileira em 2007 (Figura 4.6) e dos municípios brasileiros com ecovilas identificados em 2017 (Figura 4.1). Há uma coincidência entre o local de ocorrência de maior parte dos

registros em áreas de influência de centralidades urbanas que focalizam as vias e fluxos mais intensos e consolidados no país.

No Centro-Oeste destaca-se como polo turístico e de conservação ambiental o parque nacional da Chapada dos Veadeiros. Goiânia e o Distrito Federal também possuem e irradiam infraestrutura e centralidade urbana de influência, provendo atrativos para instalação de ecovilas, ainda que estas sejam, em sua maioria, rurais. Porém há uma peculiaridade a destacar sobre o Planalto Central goiano. Além das capitais federal e estadual, há o fator do "desbunde" brasileiro (SOUSA, 2013), que desde os anos 1980 fez desta área a centralidade nacional da Nova Era. Entre lendas e mitos (SANTOS, 2013), o fato é que esta região configura-se como histórico polo atrator de comunidades alternativas e, mais recentemente, também de ecovilas.

Em relação ao caráter místico envolvido, pode-se dizer que o município mineiro de São Thomé das Letras exerce função atratora similar, ainda que em menor proporção (40%) se comparado a Alto Paraíso de Goiás, GO.

#### **4.6) Caracterização**

Foram encontradas algumas listagens e esforços de classificação de comunidades com viés ecológico na literatura brasileira, realizados a partir de diferentes recortes temáticos. Os Quadros 4.4, 4.5 e 4.6 apresentam os grupos de categorias (I, II e III) propostos por diferentes autores selecionados para discussão.

Macedo (2011), por exemplo, teve por objetivo obter um panorama geral da situação das comunidades intencionais denominadas "ecovilas" do mundo no que se refere ao saneamento e, especificamente, dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Analisou, uma a uma, as comunidades inseridas nas duas principais bases de dados de comunidades intencionais disponíveis na Internet (a saber: GEN e *Intentional Communities Directory* – ICD, pertencente à FIC).

Dentro dos critérios estabelecidos por Macedo (2011), as ecovilas servidas por sistemas convencionais públicos e sem nenhuma experiência de tecnologias alternativas foram classificadas como "ecovilas urbanas sem sistema de saneamento próprio" e, portanto, não foram selecionadas. As outras comunidades, em geral, receberam classificação (MACEDO, 2011, p.90) de acordo com o perfil funcional informado nos bancos de dados. Foram analisadas, no total, 1.062 (mil e sessenta e dois) comunidades nos cinco continentes, das quais foram selecionadas 170 (cento e setenta) ecovilas, ou seja, 16% da amostra.

As categorias presentes nos bancos de dados GEN (<https://ecovillage.org/projects/>) e ICD (<https://www.ic.org/directory/>) para designar assentamentos humanos e outros projetos ecológicos além de ecovilas encontram-se reunidas no Quadro 4.4.

Quadro 4.4: Categorias de comunidades (I).

Item	Categoria	% relativa	Item	Categoria	% relativa
1	Ecovila/comunidade em formação	45	13	Propriedade particular	1
2	Comunidade sem ênfase ambiental nos objetivos	9	14	Centro de cura	1
3	Centro de educação / pesquisa	5	15	Redes de outras comunidades	1
4	Ecovila urbana sem sistema de saneamento próprio	4	16	Outros	1
5	Co-housing / cooperativa	4	17	Centro cultural / ecoturismo	1
6	Não encaixa em conceito de ecovilas	4	18	Empresa	0,45
7	Venda de casas ecológicas / terrenos / condomínios verdes	23	19	Assessoria de construções sustentáveis	0,45
8	Inativas	2	20	Associação ambientalista	0,22
9	Rede de ecovilas regional	2	21	Projeto de governo	0.34

10	Hotel ecológico / ecolodge	2	22	Não se considera ecovila	0,11
11	Comunidade em formação	2	23	Ecovila móvel ( <i>on the road</i> )	0,11
12	Asilo / serviço social / orfanato / casa de retiro	2	24	Centro de saúde	0,11

Fonte: Macedo (2011).

A amostra do Quadro 4.4 reuniu um total de 803 (oitocentos e três) comunidades que não foram consideradas por Macedo (2011) propriamente como ecovilas. Não constam aqui 89 comunidades (10%) que não ofereciam informação suficiente para categorização.

Dentre 24 categorias identificadas, destaca-se que a primeira (Ecovila/comunidade em formação) constitui quase metade da amostra, um indicativo de expansão do movimento pelo mundo. Além disso, outro indício de que o conceito está cada vez mais difundido e de que cresce o número de interessados no tema é a variedade de iniciativas que buscam inserção nesses diretórios.

Os dados sugerem ainda duas interpretações: ou que há uma identificação com os princípios ou práticas preconizados pelas ecovilas por diferentes agentes, como nas categorias 3, 4, 9, 20, 21 e 23 (Quadro 4.4). Ou que é estratégico do ponto de vista de um negócio associar-se ao conceito, conforme demonstram as categorias 7, 10, 12, 14, 17, 18 e 24 (Quadro 4.4).

Seguindo a linha de classificar mais amplamente o movimento alternativo, Santos Jr. (2016) aplicou um questionário de múltipla escolha em 81 comunidades diversas, que assinalaram mais de uma opção com as quais se identificavam, e dividiu-as em 13 categorias. A classificação geral (ou global) de Santos Jr. (2016) está relacionada no Quadro 4.5. No entanto, encontrou apenas 26 ecovilas em sua amostra (32,1% do total), o que parece indicar que poderiam ser reclassificadas em outras classes

mais específicas, ou simplesmente adjetivadas de acordo com suas motivações e funções expressas nas demais categorias.

Quadro 4.5: Categorias de comunidades (II).

Item	Categoria	% relativa	Item	Categoria	% relativa
1	Centro de pesquisa / difusão de permacultura e / ou tecnologias sustentáveis	54,3	8	Sítio de produção agroecológica	19,8
2	Centro terapêutico / holístico / cura	33,3	9	Agrovila	11,1
3	Ecovila	32,1	10	Eco-condomínio	11,1
4	Centros de ecoturismo / lazer	28,4	11	Rede de comunicação / comunidade virtual	6,2
5	Centro espiritual / religioso	24,7	12	Comunidade tradicional	4,9
6	ONG	23,5	13	Outros	11,1
7	Comunidade alternativa	21	TOTAL ASSINALADO		228

Fonte: Santos Jr. (2016, p. 148).

Tendo em vista o amplo rol de atividades desempenhadas pelos grupos, entende-se que houve uma dispersão da autoidentificação dos mesmos com relação ao conceito de ecovila diante das variadas opções de escolha. Como esperado, houve um excedente de marcações. Dentro de um limite máximo de 3 marcações por grupo, a média de 2,8 por questionário respondido leva a concluir que quase a totalidade dos participantes identificaram-se com três opções. Isso gerou algumas reflexões sobre possíveis sobreposições entre os significados das categorias (Quadro 4.5).

A categoria 11 (redes) não pressupõe a existência de um substrato físico, ou seja, dispensa a propriedade, o que faz sentido dentro do conceito de comunidade, mas se afasta da noção de ecovila, já que esta requer a existência de um lugar material para se desenvolver (ainda que este fosse um espaço itinerante, como no caso das eco caravanas que se identificam como ecovilas e que não foram contempladas na consulta).

No caso entre Ecovila e Comunidade Alternativa é intuitivo pensar que a primeira tem, necessariamente, o comprometimento com a dimensão ambiental da sustentabilidade, enquanto a segunda, não. Porém, já não é tão simples identificar o fator de diferenciação entre Ecovila (3) e Agrovila (9). Evidentemente, um grupo que não tenha como foco principal o desenvolvimento da agricultura não se encaixaria na categoria 9, Agrovila (Quadro 4.5). Porém não parece haver empecilhos para uma ecovila se auto proclamar agrovila se produtora de hortifrutigranjeiros, por exemplo. Em contraste, uma agrovila sem atenção à comunidade poderia ser interpretada automaticamente como Sítio de produção agroecológica (8), pois subentende-se que este último dispensa o componente comunitário (a vila).

A ausência de coletividade também pode se expressar na categoria Eco-condomínio (10), no qual articula-se a propriedade comum e a privativa num contexto jurídico proibitivo quanto às atividades econômicas, ou seja, espera-se que nessas comunidades a propriedade esteja restrita ao uso residencial. Nesse sentido, entende-se a categoria 10, Eco-condomínio (Quadro 4.5), como limitante ao conceito ecovila, pois enquanto a propriedade é impedida da exploração para fins comerciais, ela mesma é objeto de troca, pois por meio da venda da parcela individual o lucro pode ser alcançado. A falta de aderência entre propriedade e coletividade parece sinalizar para um contexto de menor comprometimento com os objetivos do grupo quando em conflito com os interesses individuais.

Pode-se então desconfiar que o fator comunidade é menor num grupo que se auto identifica com a categoria 10 (Eco-condomínio) do que em outro que assinalou 6 (ONG). Como 6 incorre nas figuras jurídicas de uma associação ou de uma fundação, indicam formas a ser preferencialmente adotadas pelos grupos que vislumbram a posse compartilhada da propriedade. Isto porque nenhuma das duas pode repassar os lucros de qualquer atividade econômica que exerçam para seus membros como indivíduos. Estes devem usufruir dos lucros mediante o reinvestimento na propriedade, de forma igualmente compartilhada. Porém é perigoso generalizar, já que a fundação depende da existência de um patrimônio prévio para sua abertura, enquanto a associação, não.



Em resumo, as categorias ONG (6) e Eco-condomínio (10) expressam diferentes formas de relação com a comunidade, com a propriedade da terra e com as atividades econômicas. Restou, ainda, a dúvida sobre o enquadramento jurídico daqueles que assinalaram um ou mais categorias referentes a centros de pesquisa e aplicação (1), centros terapêuticos, ligados ao bem-estar (2) e à espiritualidade (5), centros voltados para o turismo ecológico e o lazer em meio à natureza (4); todas com potencial de encaixe em variados formatos de pessoa jurídica. Assim, aponta-se a ausência de uma categoria para o formato jurídico de sociedade ou cooperativa de modo a melhor contemplar a dimensão econômica.

Mesmo assim, Siqueira (2012) faz referência em seu estudo de mestrado a quase uma centena de exemplos, resultado de levantamento realizado entre 2010 e 2012. Dentre os 99 registros encontrados no Brasil, Siqueira (2012) propôs a segmentação do que chama de movimento de comunidades intencionais e de empreendimentos rurais brasileiros nas quatro categorias apresentadas e descritas no Quadro 4.6:

Quadro 4.6: Categorias de comunidades (III).

Item	Categoria	Descrição
1	Comunidades alternativas	"rudes" e "restritivas", negam o capitalismo, a modernidade, fazem uso mínimo de máquinas, dispõem de menos recursos financeiros, adotam uma visão de regresso ao passado e aversão às novas tecnologias, como é o caso de muitas comunidades filiadas à ABRASCA
2	Comunidades intencionais	com uma visão mais voltada para a crise socioambiental enfrentada atualmente, buscam viver em maior harmonia ecológica, há discordância com algumas características do sistema, mas o grau de oposição é menos crítico, por exemplo, quanto à adoção de tecnologias verdes modernas, normalmente dispendo de mais recursos financeiros, como é caso de diversas ecovilas filiadas à GEN e à ENA-Brasil
3	Condomínios rurais	modalidade que não introjeta a noção de comunidade e em que a dependência do sistema exterior é alta, geralmente de caráter monofuncional residencial com abordagem ecológica nas construções, mas não em outras áreas, dinâmica local próxima da do subúrbio

4	Condomínios convencionais	loteamentos que operam segundo o velho paradigma insustentável, mas adotam o nome ecovila como estratégia publicitária para destacar-se no mercado
---	---------------------------	--

Fonte: Siqueira (2012, p. 95).

Corroborando a percepção de Santos Jr. (2016), Siqueira (2012) encontrou grandes diferenças entre elas no que diz respeito a motivações, funções e estruturação dos espaços. Em sua classificação (Quadro 4.6) o conceito de ecovila abarca somente as categorias 1 e 2, enquanto 3 e 4 correspondem a bairros convencionais. Numa perspectiva escalar, 1 representa a postura mais contra sistêmica ou "genuína" (SANTOS JR, 2016) enquanto 4 reproduz basicamente o que já é feito conforme o sistema vigente, talvez com uma "demão de verde" (DEWAR, 2007).

A respeito da população, Siqueira (2012) comenta que há mistura de idades, não apontando uma faixa etária específica como predominante. A presença tanto de jovens, que historicamente são os agentes das ações alternativas, como de pessoas mais idosas pode ser resultado tanto da continuidade no tempo de comunidades fundadas há algumas décadas, como um indicativo de que o acesso à propriedade nas comunidades mais recentes faz-se mais possível após algum tempo de acumulação material por parte dos indivíduos para adquirir um imóvel.

Um ponto a problematizar na proposta de Siqueira (2012) é a diferenciação entre "alternativa" e "intencional" para as comunidades das categorias 1 e 2 (Quadro 4.6). Para o autor, ambas são ecovilas, mas essencialmente diferentes nas influências, que refletem formas distintas de abordar a sustentabilidade do hábitat e de inserir-se no todo da sociedade. Da maneira como foi nomeada, a categoria 2 reduz o significado de comunidade intencional e pode levar ao entendimento de que as comunidades alternativas não são comunidades intencionais, embora elas, sim, sejam. Além disso, fica uma dúvida sobre a categoria 1, pois esta contemplaria somente comunidades originárias do movimentos alternativos da década de 1970 e 80 que sobrevivem até hoje ou também poderiam conter comunidades dos anos 1990, 2000 ou 2010 que buscam o caminho da "recusa", característico das comunidades intencionais de épocas anteriores?

Outra dúvida que surge da categorização de Siqueira (2012) refere-se à categoria 3 e diz respeito ao adjetivo "rurais". Interpreta-se que a descrição dada a estes condomínios pode excluir assentamentos similares que se identificam ou nomeiam como ecovilas, mas que são construídos em espaços periurbanos ou urbanos. Esta categoria demonstra que há espaço para aprofundar a compreensão da sustentabilidade do hábitat para além de seu aspecto físico-funcional.

Vale destacar que dentre os três autores, somente em Siqueira (2012) foi encontrada uma diferenciação explícita dos condomínios convencionais. Assim a categoria 4 contempla aqueles empreendimentos que nada possuem de ecovila, porém utilizam o nome como um rótulo estratégico de *marketing* (SIQUEIRA, 2012).

Conforme observa-se no Quadro 4.6, destaca-se a pertinência no uso do termo "condomínio" nas categorias 3 e 4, tendo em vista que o fator comunidade é de pouca relevância para esses assentamentos. Também é importante destacar que a morfologia condominial apresenta vários problemas de ordem ambiental e social, notadamente em relação à dependência do automóvel individual como meio de transporte principal dos residentes. Como a propriedade tem característica monofuncional, seus moradores adquirem o que necessitam para o dia-a-dia e atuam profissionalmente fora dela, o que resulta em deslocamentos similares, àqueles da dinâmica suburbana, essencialmente baseado no automóvel particular como modal de transporte. Nessa ótica, não é desejável associar o adjetivo "sustentável" a "condomínio", pois há uma contradição conceitual entre estes termos, especialmente dentro de um quadro teórico que circunscreve a ideia de ecovila como poupadora de recursos e geradora de ciclos fechados.

Apointa-se, ainda, o fato de que a finalidade ou motivação das ecovilas sugere a necessidade de subdivisão em outros tipos de classificação para interpretação mais detalhada. Por exemplo, quanto à localização (rural, periurbana ou urbana), quanto ao número de residentes (como apontado por Macedo, 2011) e quanto à motivação (conforme observado por Santos Jr., 2016). No caso deste último critério, é

importante destacar que há grande variabilidade, pouca precisão e, muitas vezes, sobreposição de motivos e funções, como no caso de ecologia/sustentabilidade, agroecologia/permacultura/agricultura natural/orgânica, turismo/lazer, entre outros).

Fica evidente que na ausência de um consenso classificatório na literatura, há necessidade premente de uma revisão no assunto e de maior diálogo entre os teóricos e os atores das ecovilas, para coleta mais ampla de informações. Uma categorização robusta posteriormente forneceria subsídios para regularizar o seu uso por meio de legislação específica ainda a ser desenvolvida para este tipo de assentamento humano no país. Somente Januário (2011) preocupou-se, até o momento, em elaborar diretrizes específicas para ecovilas urbanas com objetivo oferecer elementos para uma futura inserção como legislação urbanística.

#### **4.7) Proposta de Categorização**

O agrupamento dos estudos de caso em categorias é uma tarefa delicada, pois supõe ser possível agrupar experiências que são únicas sob a definição de alguns perfis descritivos de forma fidedigna. Apoiado em estudo comparativo de outras propostas de categorização encontradas na literatura, respeitosamente, sugere-se um agrupamento em categorias com objetivo de sistematizar um conjunto de informações encontradas dispersas, que organizadas facilitam a identificação, somente. Não configuram-se, portanto, como definições definitivas, estando abertas à críticas e ao aprimoramento.

Dentre os trabalhos elencados para leitura na íntegra, Macedo (2011), Santos Jr. (2016) e Siqueira (2012) forneceram propostas de categorização das ecovilas que suscitaram debate sobre população, perfil e enquadramento jurídico no presente estudo. Realizou-se uma análise comparativa entre as classificações, a partir da qual organizou os casos que foram mapeados sob novas categorias.

Pode-se observar que varia o peso e a convergência das atividades em cada local, o que faz com que se aproxime mais ou menos do conceito de ecovila. O gradiente de

atributos do Quadro 4.7 coloca em evidência dois tipos extremos de assentamentos humanos, a partir dos quais elencou-se a categorização proposta no Quadro 4.8.

Quadro 4.7: Comparação entre atributos de assentamentos humanos.

loteamentos convencionais	ecovila
<b>MONO FUNCIONAL INDIVIDUALIZADO maior dependência</b>	<b>PLURI ATIVIDADES COMUNITARIZADO maior autonomia</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● sistemas de infraestrutura <i>on-grid</i></li> <li>● atividades geradoras de renda majoritariamente desenvolvidas fora da propriedade</li> <li>● alto custo ambiental de construção e manutenção</li> <li>● dissociação nos usos do solo: fins residenciais, econômicos, educacionais, lazer e outros ocorrem em locais separados</li> <li>● exportação de excedentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● sistemas de infraestrutura <i>off-grid</i></li> <li>● atividades de sustentabilidade econômica desenvolvidas dentro da propriedade</li> <li>● baixo custo ambiental de construção e manutenção</li> <li>● diversificação dos usos do solo, associando moradia com outras atividades, econômicas ou não</li> <li>● assimilação de excedentes pela integração entre os sistemas locais</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4.8: Categorização dos registros encontrados.

<b>A</b>	<b>Ecovilas falso-positivo</b> (extremo do espectro no qual o conceito ecovila não se aplica)
<b>B</b>	<b>Ecomércios ou ecocentros</b>
<b>C</b>	<b>Ecocasas ou ecosítios</b>
<b>D</b>	<b>Econdomínios ou ecobairros</b>
<b>E</b>	<b>Ecovilas (institucionais e funcionais)</b>
<b>F</b>	<b>Ecovilas plenas</b> (extremo do espectro no qual o conceito ecovila é o horizonte utópico)
<b>SO</b>	<b>Sem informação suficiente ou Outro (não corresponde às categorias)</b>

Fonte: Elaboração própria.

Apresenta-se, a seguir, uma descrição das categorias propostas.

#### 4.7.1) A) Ecovilas falso-positivo

Ecovilas falso-positivo são loteamentos fechados ou bairros empreendidos por incorporadoras e/ou construtoras aos quais o conceito de ecovila não se aplica, pois não têm como objetivo a constituição de uma comunidade além do âmbito geográfico (comunidade de vizinhança). Há enfoque ambiental nos discursos, mas sua concretização está restrita ao âmbito físico do espaço, quando ocorre. Há carência, portanto, de uma visão holística na percepção da ecologia dos assentamentos e edificações. Sempre há menção ao desfrute da Natureza, porém aos princípios de *design* permacultural ou à bioconstrução, não. Geralmente enaltecem tecnologias e materiais disponíveis no nicho verde do mercado de construção civil. Embora adotem o nome "ecovila", geralmente apresentam morfologia urbana e tipologia construtiva que pouco diferem da produção convencional de condomínios horizontais ou verticais, tanto dentro como fora do perímetro urbano.

A investigação do capítulo 3 permitiu identificar 3 exemplos que se apropriam do nome ecovila, mas são empreendimentos convencionais do setor imobiliário de alta renda: Setor Noroeste Ecovila, Brasília, DF (JANUZZI, 2016; RIBEIRO, 2014), Ecovila Resort Residencial, Praia Grande, SP e Ecovila Sambaqui, Palhoça, SC (RIBEIRO, 2014). Acrescentam-se outros 2 exemplos: Eco Vila Tipuana, Campinas, SP e Ecovila Caminho de Abrolhos, Nova Viçosa, BA, totalizando 5 casos.

#### 4.7.2) B) Ecomércios ou ecocentros

Ecomércios são estabelecimentos primariamente comerciais, tais como: escritórios de arquitetura e de consultorias, sítios ou fazendas de produtos orgânicos, lojas, restaurantes, hostels, pousadas, hotéis e spas. Já os ecocentros são de caráter institucional: projetos coletivos, fundações ou associações de cunho educacional, terapêutico, espiritual ou até filantrópico. De maneira geral, não possuem função de moradia associada, mas adotam e/ou promovem localmente práticas permaculturais, de bioconstrução e de recuperação ambiental. Embora não se encaixem no conceito de ecovila, colaboram para a difusão do mesmo pela aplicação de algumas de suas

ideias e técnicas em outros ambientes, tanto de paisagem urbana, como rural. Ainda que estes não sejam comunidades intencionais, demonstram outras formas que podem ser multiplicadas na sociedade.

#### 4.7.3) C) Ecocasas ou ecosítios

Ecocasas ou ecosítios são estabelecimentos primariamente residenciais que contam com um núcleo familiar, ou mesmo um indivíduo, empenhado em realizar a transição ecológica do seu hábitat. Geralmente, agregam na propriedade (lotes urbanos ou rurais) atividades econômicas, educacionais e culturais ligadas a práticas de permacultura, bioconstrução e economia solidária. Assim, comercializam produtos artesanais e orgânicos (em geral, produzidos localmente) e/ou prestam serviços de educação, promoção de bem-estar e lazer, associados ou não ao ecoturismo e oferecem hospedagem comercial (em camping, quartos dentro da casa da família ou em casa/chalé destinado a visitantes) ou solidária (troca de serviços por estadia). Frequentemente, o turismo associa-se à educação para a sustentabilidade, a saúde e o bem-estar humanos. A ênfase na cooperatividade para realização de melhorias do próprio local e a celebração do trabalho coletivo são recorrentes e, não raro, os hóspedes são recebidos como visitas em troca de sua participação nas atividades propostas. Não podem ser caracterizados como ecovilas, mas fomentam um tipo residencial pluriativo, que otimiza recursos para reduzir a poluição, a dependência de fontes externas e os custos de vida.

#### 4.7.4) D) Econdomínios

Econdomínios são estabelecimentos primariamente residenciais que começam a ser organizados por um pequeno grupo de pessoas ou uma família que adquirem a propriedade e abrem cotas de adesão (se a posse da propriedade é de caráter coletivo) ou e promovem vendas de lotes (como num condomínio). São locais que implementam princípios ecológicos no assentamento, geralmente sendo bem-sucedidos na sustentabilidade ecológica das habitações e de suas infraestruturas imediatas que integram os ambientes construídos ao ecossistema.

Quando localizadas em áreas desconectadas da mancha urbana, como em paisagens de matriz rural ou periurbana, identificam-se iniciativas de regeneração e de conservação do hábitat natural empreendidas pelos próprios moradores nas áreas adquiridas.

Nesta categoria encontram-se tanto comunidades intencionais que desenvolvem um convívio comunitário ativo, quanto aquelas que aproximam-se mais da comunidade de vizinhança. Porém, em ambos os casos, a dinamização das atividades é insuficiente para minimizar a dependência do contexto maior, de modo que serviços de educação e saúde estão acessíveis somente fora da propriedade, assim como a sustentação financeira da maioria dos moradores provém de fontes externas (tais como pensões e aposentadorias) ou atividades profissionais realizadas fora (como um emprego numa centralidade urbana próxima) ou do tipo *home office*.

Caracteriza-se como comunidade de vizinhança quando prevalece o loteamento monofuncional residencial, onde a interação entre as pessoas é mais restrita ou pouco difere do que ocorre num condomínio, no qual os residentes basicamente encontram-se nas assembléias ou outros eventos de carácter coletivo que são muito pontuais. Isso ocorre especialmente quando as casas se convertem na segunda residência de seus proprietários, deslocando o uso principal de moradia para veraneio.

O aspecto comunitário é reforçado quando os vizinhos compartilham uma rotina, similar ao que ocorre em *cohousing*, pois com alguma periodicidade reúnem-se para realizar refeições, construções, plantios, atividades que envolvam público externo, entre outros, cuja finalidade é o bem-comum da comunidade.

#### 4.7.5) E) Ecovilas

Conforme bem explicitado na definição de ecovilas de GEN (2017), pode-se subdividir as ecovilas em tipos segundo sua localização, mas também pelo carácter



intencional ou tradicional das comunidades. Quanto à localização, recordam-se as subcategorias: remoto, rural, periurbano e urbano adotadas pelo diretório ICD (FIC, 2017). Entretanto, pela análise comparativa de categorias percebe-se também que há uma variação ainda maior de perfis do que tradicional e intencional entre as ecovilas, ainda que ocupem a mesma categoria locacional.

Em relação aos perfis, pode-se concluir que há estabelecimentos que são ou mais familiares (comunidade intencional) ou mais institucionais (comunidade relacional, de afinidade e de prática). Encontram-se aqui comunidades intencionais tanto recentes, quanto remanescentes da segunda fase das contraculturas espaciais (rebeldes ou alternativas) e comunidades tradicionais em processo de transição ecológica.

Assim, propõe-se uma subdivisão dentro desta categoria:

#### 4.7.5.1) Ecovilas Institucionais

Estabelecimentos primariamente institucionais, geralmente com função de moradia associada, cujo objetivo primário é a difusão da permacultura, da agroecologia, da bioconstrução e do conceito de ecovilas na sociedade. Não raro associam educação ambiental e capacitação técnica à atividade turística, gerando uma espécie de eco-edu-turismo baseado em cursos, programas de voluntariado e organização de mutirões, que podem ser vivências pontuais ou imersivas. Oferecem hospedagem tanto comercial como solidária, principalmente na forma de estágio, quando a permanência se estende por um período mais longo, numa troca de benefícios mútuos entre instituição e visitante. O envolvimento com as populações residentes nas redondezas e no município ocorre por relações de vizinhança (visita e escambo de produtos), pela participação em feiras livres ou em alguma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) local e pela promoção de atividades culturais e de instrução. As Ecovilas Institucionais estabelecerem parcerias com agentes externos, como instituições de pesquisa públicas ou independentes, escolas e universidades, agências governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs), muitas vezes não restritas à sua localidade de inserção.

#### 4.7.5.2) Ecovilas Funcionais

Estabelecimentos nos quais o grupo formado por indivíduos e famílias reside numa propriedade coletiva autogerida, na qual desenvolvem múltiplas atividades voltadas para a satisfação das necessidades de do bem-estar coletivos, em regime de trabalho cooperativo. Deste modo, adquirem uma condição de autossuficiência significativa para a subsistência material, geralmente associada à redução do custo de vida e à frugalidade. Optou-se pelo adjetivo "funcional" com base no entendimento de que são comunidades cujas funções vitais pouco ou nada dependem de energia e matérias de origem externa, ao mesmo tempo em que apresentam maior equilíbrio com as outras dimensões da sustentabilidade desenvolvidas internamente. Nesta subcategoria, as comunidades variam entre as que buscam maior isolamento e aquelas mais receptivas a visitantes e interativas com a sociedade, por exemplo, pela realização de atividades de caráter comercial ligadas à educação, à medicina alternativa, ao turismo, à espiritualidade, entre outras, atraindo constantemente um público externo.

#### 4.7.6) F) Ecovila plena

A utopia de uma ecovila plenamente autônoma seria a realização do conceito ao seu ideal máximo de assentamento humano autossuficiente e autogovernado. Nesta forma mais emancipada, de fato haveria território e espaço político de autonomia para definir o modelo de desenvolvimento local e garantir condições necessárias à reprodução da cultura da sustentabilidade 4-D sem dependências externas. Entretanto, isto não significa, necessariamente, ausência de contato com o meio exterior, ou de intercâmbio de pessoas, serviços e bens de consumo. Como visto, de maneira geral, as ecovilas demonstram interesse em dialogar com a sociedade e compartilhar conhecimentos adquiridos e práticas cotidianas que moldam a cultura dos modos de viver ecológicos que desenvolvem.

Se por um lado, autonomia não deve ser confundida com isolamento, tampouco

pode ser interpretada como sinônimo de soberania na atual conjuntura político-territorial brasileira. Isto porque a capacidade de autodeterminação de uma ecovila encontra-se restrita em termos legais que excedem territorialmente o perímetro de sua propriedade. Quer dizer, não há possibilidade, hoje no Brasil, de exercer uma autogestão desvinculada da influência exógena das instituições hegemônicas que organizam a sociedade como uma nação, sendo, portanto, sempre uma autonomia relativa. O lote, o sítio, a fazenda ou o bairro estão sempre localizados sob um ente administrativo supra-ecovila, de modo que a legislação moral que conduz o cotidiano interno encontra-se, invariavelmente, subjugada à legislação geral (penal, tributária, educacional, do trabalho, plano diretor, etc.) que é externa e incoercível.

No Brasil, a autonomia relativa é garantida no âmbito dos direitos à propriedade privada e à livre associação. Nesse sentido, as ecovilas buscam, dentro da lei, formas jurídicas às quais possam adaptar-se. Foram encontradas evidências de que as comunidades se organizam como:

1. Cooperativa (exemplo: Ecoovila ARCOO)
2. OSCIP (exemplos: Nazaré UniLuz, Morada da Floresta)
3. ONG (exemplos: Instituto Pindorama, Fundação Matutu)
4. Associação de Moradores (exemplo: Ecovila Clareando)
5. RPPN (exemplos: Ecovila Florescer, Santuário Vagafogo)

Não se tem notícia de um movimento organizado nacionalmente pelas ecovilas para lutar pelo direito à autodeterminação. Numa perspectiva emancipatória radical, a plena manifestação do modo de viver em ecovila envolve o reconhecimento de territorialidades autônomas e autogovernadas, com instituições e Estados próprios. Em função disso, não foi encontrada evidência desta categoria em território brasileiro. A realização deste extremo do espectro seria acompanhada de uma estruturação institucional de reterritorialização baseada em autonomias comunais, compondo uma rede de articulação entre elas. Configuraria, portanto, uma transição societária para um Estado mais descentralizado.

# Considerações Finais

Em meio a múltiplas crises, um dos dilemas mais atuais da humanidade é o do Desenvolvimento Sustentável (DS). Pela retrospectiva histórica, identificou-se que o pensamento ecológico tem origem a partir de um tripé de preocupações: corrida armamentista, explosão demográfica e degradação ambiental. Do ponto de vista ecológico, é imprescindível discutir os padrões de desenvolvimento frente às condições de habitabilidade urbanas. Refletir criticamente sobre o conceito de DS conduziu à compreensão de que a sustentabilidade é um conceito multidimensional e que há necessidade de mudar o paradigma de desenvolvimento humano. O momento presente é oportuno para repensar os ambientes em que vivemos na perspectiva da sustentabilidade do hábitat, tendo como base a ecologia de sistemas e a visão holística.

A aplicação dos princípios da Ecologia como parâmetro para o projeto e a gestão do hábitat ganhou uma estrutura peculiar entre movimentos sociais de base dos países nórdicos, tendo sido associado aos problemas sociais impostos pelo modo de viver urbano, tais como alienação, apatia política, despersonalização das relações, solidão, entre outros. Surge o ideal de recriação da urbanidade perdida e valorizam-se conhecimentos historicamente oprimidos pela hegemonia cultural e técnica da modernidade e ignorados pela ciência ocidental.

Nessas bases que, idealmente, as ecovilas buscam construir em escala local, humanamente apreensível e passível de participação democrática direta, soluções integradas para os principais problemas do nosso tempo. São comunidades que preconizam valores e princípios que não coadunam com a degradação de nossos ambientes sociais, ecológicos e espirituais. Embora não exista como um modelo pronto, ou um plano urbano universal, fornece uma estrutura para que cada comunidade possa moldar sua própria ecovila, adequada às suas necessidades, possibilidades e anseios.

As quatro dimensões (4-D) da sustentabilidade propostas pelas ecovilas compõem a ecologia do conceito, pois a ecovila é um ecossistema no qual uma comunidade humana interage com seu hábitat de forma a harmonizar-se com os processos naturais locais. Ao mesmo tempo que busca reduzir seu impacto negativo na Natureza, faz o possível para otimizar as interações, de modo a evitar desperdícios pelo uso comedido e circular dos recursos. Introjeta o conceito de resiliência ao diversificar a produção para aumentar a produtividade do conjunto dos processos e minimizar a dependência destes de insumos de origem externa.

O conceito de contracultura espacial permite compreender as ecovilas como uma continuidade renovada do fenômeno de comunidades alternativas das décadas de 1960-70 e, até, de comunidades utópicas seculares. Ao longo da história, as contraculturas espaciais questionaram as bases materiais e filosóficas do modelo civilizatório ocidental hegemônico e intentaram formar outros tipos de sociedades, fundamentadas em valores e práticas de vida próprios, frequentemente retirados do convívio social com o restante da nação. Na era da globalização, entretanto, as comunidades encontram-se, invariavelmente, imersas em complexas redes de fluxo material e imaterial, mesmo quando instaladas em localidades remotas.

Tendo isso em vista, este estudo objetivou conferir a abrangência das ecovilas como um fenômeno socioespacial no mundo e, principalmente, no Brasil. A fundamentação teórica abordou inicialmente os conceitos de sustentabilidade do hábitat e de ecovila, remetendo-se tanto à história quanto ao presente. Os levantamentos e as análises realizados permitiram identificar, localizar, quantificar e caracterizar 195 casos no território brasileiro e também discutir a presença do tema ecovilas na comunidade científica nacional. Dentre os resultados obtidos, destaca-se uma nova proposta de classificação para as experiências de assentamentos humanos sustentáveis existentes no Brasil atual. Isto porque os dados evidenciaram os transbordamentos do conceito de ecovila para outras formas de habitação, trabalho e negócios na sociedade brasileira. Embora o número de pessoas envolvidas nesse processo de transição ecológica ainda seja pequeno, relativamente à população geral, sua

dispersão territorial revelou-se ampla, sendo presente em 17 dos 26 estados, e também no DF.

Em termos espaciais, a interatividade dos casos estudados com a sociedade revelou-se na maior presença destes em municípios que, mesmo pouco influentes, encontram-se bem integrados às redes urbanas principais e mais consolidadas do país. No Brasil contemporâneo, iniciativas de transição ecológica pela revolução do cotidiano tais quais as operadas pelo movimento alternativo das ecovilas não ocorrem de maneira isolacionista como poderia-se supor. Ao contrário, buscam inserir-se nas localidades mais servidas de infraestrutura, serviços e com maiores concentrações populacionais.

A análise da inserção na rede urbana brasileira das ecovilas e de outras iniciativas relacionadas ao conceito permitiu concluir que, além da primordialidade da questão ambiental, essas experiências acrescentam uma outra inovação contemporânea ao fenômeno das contraculturas espaciais: a de não mais fechar-se ao mundo, mas participar dele com posicionamento político a partir da ação efetiva sobre o território que ocupam e da irradiação de suas ideias e práticas para o seu exterior.

Ao investigar os registros coletados, percebeu-se que muitos casos ainda são aspirantes, pois estão nas fases de concepção de projeto ou iniciando a construção, como o caso da Ecovila São José, em Campinas, SP, e outros categorizados como sem informação suficiente. Também há casos que não aspiram ser ecovilas, mas adotam práticas associadas ao modo de vida preconizado pelo movimento e, portanto, identificam-se com o termo e voluntariamente inserem-se nas bases de dados consultadas.

A maior parte dos registros apresentou situações de moradia associadas a múltiplas atividades, que vão além do cuidado com o hábitat local e da produção de alimentos para autoconsumo. Há várias formas de geração de renda nas propriedades, como: comercialização de produtos agroalimentares e outros itens localmente produzidos; oferecimento de hospedagens e de cursos, não raro associados ao turismo e à

educação para capacitação técnica. Foram ainda identificados registros com características religiosas e/ou espirituais que assimilam os princípios da ecologia em seus preceitos e práticas.

Em termos gerais, aponta-se como principal característica comum entre os registros a construção de espaços de demonstração, aprendizagem e troca, abertos para a participação de novos membros e voluntários interessados em vivenciar e multiplicar a experiência ecológica como modo de viver.

Portanto, além de novos assentamentos humanos habitacionais, o conceito tem inspirado ações em outros contextos, tomando formas de estilo de vida ou estado de espírito que anima as pessoas a transformar o hábitat onde vivem e trabalham, ainda que estes não situem-se em ecovilas. Possibilidade de aplicação tanto para frugalizar a opulência, quanto para suprir a carência. Novos modos de viver, novos campos de trabalho para arquitetos e urbanistas, novos caminhos para a produção habitacional autoconstruída que prevalece no país. Ademais, o assunto ecovila, pelo número de pessoas já envolvidas no tema, especialmente dentro da academia, ainda que de forma dispersa, tem sua relevância dentro da grande área Arquitetura e Urbanismo.

Foram identificados alguns exemplos de comunidades tradicionais em processo de transição ecológica que se identificam como ecovilas (SANTOS JR., 2016; SOUZA, 2016) e também foi verificada a adoção de práticas similares pelo MST (LOZANO, 2009). São dois outros mapeamentos que poderiam ser feitos em continuidade ao presente estudo, para apreender a dispersão de ideias compatíveis com as da ecologia das ecovilas em outros contextos.

Outro possível desdobramento futuro deste estudo é um mapeamento mais preciso e detalhado das comunidades a nível local, com a verificação de suas coordenadas geográficas, identificação das fronteiras de suas propriedades e desenho de suas morfologias interiores.

# Referências

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, jan./jun. 2002.

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2008, Santa Cruz do Sul. **Anais eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002. Disponível em <<http://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/02.pdf>>. Acesso em: 04/06/2017.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; DAS NEVES BEZERRA, Gustavo. **Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DE ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. Oriente: fonte de uma geografia imaginária. **Revista de estudos da religião**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 114-125, 2001.

AKATU. **Consumo consciente para um futuro sustentável**. São Paulo: Instituto Akatu, 2015.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins**, n. 29, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11392>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

ALVES, Flávia Ferreira. **A vila do Morro: fragmentos de uma jornada sustentável**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, SP, 2012.

AMARO, João Paulo. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 15, n.1, p. 25-33, 2007.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. 2014. 544



f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BANG, Jan Martin. **Ecovillages: A practical guide to sustainable communities**. Edinburg (Reino Unido): Floris Books, 2005.

BARLOW, Coonie (Ed.). **From Gaia to selfish genes: selected writings in the life sciences**. Sabon: MIT Press, 1991.

BARROS, Bruna Rosa de. **Permacultura e desenvolvimento urbano: diretrizes e ações para a sustentabilidade socioambiental em loteamentos de interesse social**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, 2008.

BASTOS, Rosária Cal Bastos; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. "Estado da arte" sobre as publicações científicas envolvendo o trabalho agrícola familiar no Brasil sob o ponto de vista ergonômico. **Engenharia na Agricultura**, v.25, n.1, pp. 27-37, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 141 p.

BEIRA, Débora. **Ecovila Praia do Pesqueiro**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2006.

BISSOLOTI, Paula Miyuki Aoki. **Ecovilas: Um Método de Avaliação de Desempenho da Sustentabilidade**. 2004. 147 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.

BOFF, Leonardo. As idades da globalização. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Maracaibo, v. 7, n. 16, p. 101-110, mar. 2002.

BÔLLA, Kelly Daiane Savariz. **Perspectivas da visão transdisciplinar holística e suas contribuições para a construção de uma sociedade ecológica: o caso da Ecovila Terra Una, Liberdade MG**. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado) Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2012.

BOMFIM, Vanessa. **As "Ecologias" nas pesquisas em educação ambiental**. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2015.

BONN, Economica Verlag GmbH. **Climate Change - a threat to global development: acting now to safeguard the future**. Trad. Wolfgang Fehlberg (aiic) e Monica Ulloa-Fehlberg. Karlsruhe: Müller, 1992.

BONTEMPO, Márcio. **Relatório Órion: denúncia médica sobre os perigos dos alimentos industrializados e agrotóxicos**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

BORELLI, Fernanda Chagas. **Consumo responsável sob a perspectiva prático-teórica: Um estudo etnográfico em uma ecovila**. 2013. 244 f. Tese (Doutorado) Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BORGES, João José de Santana. **Árvores e Budas. Alternativas do Misticismo Ecológico e suas Teias Políticas**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. O Lugar da Vida - Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 18, p.1-23, jun., 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Apresentação ODS - 17 Objetivos e 169 Metas**. [S.l.]: Publicações, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BRASIL e parte da América do Sul: foto aérea. Google Earth, 2018. 1 fotografia aérea. Escala gráfica.

BRAUN, Ricardo. **Novos Paradigmas Ambientais: Desenvolvimento ao Ponto Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BROGNA, Rodrigo Cesar. **Avaliação prévia de um paradigma urbano emergente: Ecovila Clareando, Piracaia, SP**. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado) Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2007.

BUENO, Laura Machado de Mello. A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política. In: OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo (Org.). **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. cap. 1.

BUENO, Nereida Maria de Souza. **Planejamento de uma ecovila mineira utilizando o conceito de ecocidade**. 2008. 121f. Dissertação (Mestrado em Engenharia: Energia, Ambiente e Materiais) Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2005.

BUTCHER, Allen A. **Cofamily: Raising Children in Community**. [S.l.]: [s.n.], 2016. E-book. cap. 4 (Coleção Intentioneers, 9). ASIN B01N9JRW5M.

CAMPBELL, Colin. A orientalização do ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 1997.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. 9a. ed. São Paulo: Cultrix. 1982.

CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas: ciência para uma vida sustentável**. 1a ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CAPELLO, Giuliana. **Meio Ambiente & Ecovilas**. 1a. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2013.

CARAVITA, Rodrigo Iamarino. **“Somos todos um”: vida e imanência no movimento comunitário alternativo**. 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares e. Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. **Ecodebate Cidadania e Meio Ambiente**. Mangaratiba: [s.n.], 08 jul. 2010. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1038245/1/Brasileopaisquemaisusaagrototoxicosnomundo.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CARSON, Rachel. **Silent spring**. Massachusetts: Houghton Mifflin, 1962.

CASSEMIRO, Patrícia Ferreira. **Visão Futuro: comunidade autogestionável**. 2011. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2011.

CASTRO, Ludimila Marinho. **O santo daime como catalisador das relações e do estilo de vida dos moradores de uma ecovila de Viçosa, MG**. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado) Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

CAVALCANTI, Andrea Douat Loyola. **O Mal-estar do Coletivo: Um Olhar Sobre as Liberdades Individuais Dentro de Uma Ecovila**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMOLLI, Jean-Louis. **La Cecilia: Une Commune Anarchiste au Brésil**. Paris: Filmoblic-C.E.C.R.T.; Roma: Saba Cinematografica, 1975. (113 min) Disponível em: <<http://youtu.be/MTHaEWulsJg>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COATES, V.; FAROOQUE, M.; KLAVANS, R.; LAPID, K., LINSTONE, H. A.; PISTORIUS, C.; PORTER, A. L. On the Future of Technological Forecasting. North Holland: **Elsevier Science**, 2001.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Sustentabilidade Ambiental: sistematização crítica das novas proposições urbanísticas**. 2002 299 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2002.

CORRAL-VERDUGO, Victor. Psicologia Ambiental: Objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicologia USP**, v. 16, p. 71-87, 2005.

CHRISTIAN, Diana Leafe. **Finding community: how to join an ecovillage or intentional community**. Gabriola Island (Canadá): New Society Publishers, 2007.

CHRISTIAN, Diana Leafe. **Creating a Life together**. Gabriola Island (Canadá): New Society Publishers, 2009.

CUNHA, Eduardo Vivian da. **A sustentabilidade em ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária**. 2012. 234 f. Tese (Doutorado) Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. **American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950**. Tese (Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo). Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2017.

D'ÁVILA, Flávia Blaia. **Conceitos e técnicas para assentamentos humanos na perspectiva da sustentabilidade**. 2008. 223 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. [2006] Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

DEWAR, Elaine. **Uma demão de verde: os laços entre grupos ambientais, governos e grandes negócios**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2007.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. [1967] Trad. Coletivo Periferia. 1 ed. [s.n.]: eBooks Brasil: 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/soc-espetaculo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

DEGENHARDT, Paulo H. Dimensões Constituintes do Conceito de Ecovila. [S.l.]: **Quiriri.org**, n. 1, p. 1-3, 2012. Disponível em: <[http://blogosfero.cc/articles/0022/2716/Dimensoes\\_do\\_Conceito\\_de\\_Ecovila.pdf](http://blogosfero.cc/articles/0022/2716/Dimensoes_do_Conceito_de_Ecovila.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

DIAS, Luciano Alves. **Avaliação quantitativa de sustentabilidade comunitária – Análise de Olivença, Banco da Vitória e Salobrinho, Ilhéus Bahia**. 2010. 175 f. Dissertação

(Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DOXIADIS, Constantinos A. Ekistics, the science of human settlements. **Science**, v. 170, n. 3956, p. 393-404, out. 1970.

DYNA, Rafaela Coelho. **Agronegócio e ecovilas no bioma cerrado: construindo parâmetros de uma ação coletiva**. 2013. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão do Agronegócio) Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2013.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 25a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ECOEICIENTES. **Ecovilas Brasileiras**. [S.l.]: 2015. Disponível em: <<http://www.ecoeficientes.com.br/ecovilas-brasileiras/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ECOVILA. In: MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. [S.l.]. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

EVELYN, Júlia. **Aldeia Hippie – Arembepe!** [S.l.]. 2015. Disponível em: <<http://juliamodelodemodelo.blogspot.com.br/2015/03/aldeia-hippie-arembepe.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

FABRI, ADRIANO. **ECOVILAS: uma análise comparativa a partir das dimensões da sustentabilidade**. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FACCIN, Luciano Victor. **Modelos de Sustentabilidade: Ecovilas Brasileiras. Um Estudo de Viabilidade e Implementação**. 2016. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro Sócio Econômico (CSE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

FARINA, Almo; BELGRANO, Andrea. The eco-field: A new paradigm for landscape ecology. **Ecological Research**, n. 19, pp.107-110, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil: de 1980 a 1995**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FIC - FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITIES. **Página** . [S.I.]. Disponível em: <<http://www.ic.org/directory/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FINDHORN FOUNDATION. **Página institucional**. Forres, Escócia. Disponível em: <<http://www.findhorn.org/>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

FITIPALDI, Monica. **Habitação Social e Arquitetura Sustentável em Ilhéus/BA**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2008.

FLORES, Barbara Nascimento. **Ecovilas e Ecofeminismo: a Sustentabilidade Ambiental em Piracanga / Maraú-BA**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2013.

FRANÇA, Olga Eurípedes. **Ecos no cerrado**. 2003. 62 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica ‘Louvado Sejas’ do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Nossa Casa Comum**. Vaticano: Tipografia Vaticana, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Lara Cristina Batista. **Análise de assentamentos humanos sustentáveis: experiências relevantes de ecobairros e ecovilas**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado) Escola de Arquitetura e Design, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, 2016.

FREY, Laura Landesmann. **Análise fenomenológica em comunidade intencional: ecovila**. 2011. 119 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ecologia) Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP, 2011.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL POLICÊNTRICO. **Carta Mundial pelo Direito à Cidade**. [S.I.] Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

GABEIRA, Fernando. **Vida alternativa: uma revolução do dia a dia**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

GAIA TRUST. **Página institucional**. Disponível em: <<http://gaia.org/gaia-trust/our-vision/>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

GAIA EDUCATION. **EDE - Ecovillage Design Education**. Trad. Maria Christina Pinheiro. 3a. ed. [S.I.]: Global Ecovillage Network, 21 set. 2005. 114 p.

GEN - GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. **Página institucional**. Disponível em: <<http://gen.ecovillage.org/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILMAN, Robert. The Eco-Village Challenge. In **Context**, Langley, v. 29, verão 1991. Disponível em: <<http://www.context.org/iclib/ic29/gilman1/>>. Acesso em: 08/06/2016.

GOLDSTEIN, Suzy. **Um fazer diferente: vida em ecovila**. Campinas: Pontes, 2010.

GOLDWASSER, Maria Júlia. “Estudos de comunidade”: Teoria e/ou método?. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974.

GOMES, Frederico; HERRERA, Thiago Henrique de Souza. **Documentário Casa Terra: Um Chamado Para a Vida Sustentável**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social) Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2014.

GONÇALVES, Adelaide. Uma viagem utópica ao Brasil do Século XIX: a experiência de Louis Léger Vauthier e Jules Benoit Mure (1842-1846). In: CONGRESS OF THE INTERNATIONAL ECONOMIC HISTORY ASSOCIATION (IEHA), 13., 2002, Buenos Aires. **Proceedings...** Buenos Aires: [s.n.], 2002. 1 CD-ROM. Disponível em: <[https://projetoBrasilFranca.files.wordpress.com/2010/06/contexto\\_sai.pdf](https://projetoBrasilFranca.files.wordpress.com/2010/06/contexto_sai.pdf)>. Acesso em: 20 nov. de 2017.

GONÇALVES, Adelaide. As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil. **E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia**, [S.l.], n. 2, 2004. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10561.pdf>>. Acesso em: 20 nov. de 2017.

GÖTSCH, E. **Homem e Natureza: cultura na agricultura**. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Recife: Recife Gráfica Editora, 1997.

GREENPEACE BRASIL. O surgimento do Greenpeace. **História do Greenpeace**, 2010. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/quemsomos/Greenpeace-no-mundo/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

HARVEY, David. **Paris, capital of modernity**. Nova Iorque: Routledge, 2003.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, Londres, n. 53, p.23-40, set./out., 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>. Acesso em: 24-11-2016.

IIDA, Rosa. **Spa Zen Arte Vivenda**. 2003. 61 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo) Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa das Regiões de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2007. 1 mapa, color.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Geociências. Coordenação de Geografia. **Regiões de Influência das Cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), 2008. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/regic\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf)>. Acesso em 14 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa dos limites municipais brasileiros**. [S.l.]. IBGE, Censo 2010. vários arquivos .kml, color. Disponível em: <[https://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_geociencias.htm](https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2013-2017. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

JANUÁRIO, Flávio. **Diretrizes para o desenvolvimento de ecovilas urbanas**. 2014. 195 f. Tese (Doutorado) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 2014.

JENNINGS, Chris. **Paradise Now: The Untold Story of Utopian Communes In America**. Nova Iorque: Random House, 2016.

JACKSON, Hildur. **The Danish ecovillage movement**. 1998. [S.l.]. Disponível em: <[http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/06/HJackson\\_DanishEcovillageMovement.pdf](http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/06/HJackson_DanishEcovillageMovement.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

JACKSON, Hildur; SVENSSON, Karen (Orgs.). **Ecovillage living: restoring the earth and her people**. Devon (Reino Unido): Green Books, 2002.

JACKSON, Ross. **Foto de Hildur Jackson**. [200-?]. 1 fotografia. Color. Disponível em: <<http://www.rossjackson.org/about-ross/family/hildur-jackson-bio/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

JACKSON, Ross. The Ecovillage Movement. **Permaculture magazine**, Petersfield, n. 40, verão 2004.

JACKSON, Ross; JACKSON, Hildur. **Global Ecovillage Network History (1990-2004)**. [S.l.]: [s.n.], mai. 2004. Disponível em: <[http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/07/HJackson\\_GEN-History.pdf](http://gaia.org/wp-content/uploads/2016/07/HJackson_GEN-History.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2017.



JANUZZI, Vinicius Prado. **O céu e a terra: O Setor Noroeste e seus primeiros moradores**. 2016. 217 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

JARVIS, Helen. Saving Space, Sharing Time: Integrated Infrastructures of Daily Life in Cohousing. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 43, n. 3, p. 560-577, mar. 2011. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/a43296>>. Acesso em: 23. abr. 2018.

JORGE, Marco Aurélio Pereira. **Sustentabilidade e desenvolvimento local: estudo de projeto na formação da Ecovila viver simples em Itamonte-MG**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

KUHN, Thomas S. As revoluções científicas como mudança de concepção de mundo. In: **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. Cap. 9, p. 201-230. (Debates; 115).

KOSTIGEN, Thomas M. The world's largest dump: the great pacific garbage patch. **Discover Magazine**, Waukesha, 10 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.horseflyriver.ca/salmonfestival/teacher-info/info3/plastics%20in%20ocean.doc>>. Acesso em: 24-11-2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [1968] Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.11 n.2, p. 206 -219, mai./ago. 2006.

LEITE, Flávia Brunale Vilela de Moura. **Avaliação da Eficiência na Conservação de Recursos Hídricos em Ecovilas**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

LEMOS, N. **Urbanismo Sustentável**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Unieuro, Brasília, DF, 2009.

LÊNIN, Vladimir. O Imperialismo, Etapa Superior ao Capitalismo. [1917] In: **Obras Escolhidas de V. I. Lênine**, São Paulo: Alfa Ômega, 3a. ed., 1986. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

LEONÍDIO, Adalmir. Utopias sociais e cientificistas no Brasil, no final do século XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 921-946, set. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702007000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702007000300013)>. Acesso em: 04 nov. 2017.

LINS, Hoyêdo Nunes. Colonização fourierista no sul do Brasil: o Falanstério do Saí (1841-1844). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2009. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2009>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

LITFIN, Karen T. **Ecovillages: Lessons for sustainable community**. Malden: Polity Press, 2014.

LOVELOCK, James E. Gaia as seen through the atmosphere. [1967] **Atmospheric Environment**, v. 6, n. 8, p. 579-580, 1972.

LOZANO, Mirian Cristina. **Assentamentos e Ecovila: no caminho da agroecologia**. 2009. 94 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

LUZ, Camila. Como é viver em ecovilas e onde elas estão no Brasil. 28 ago. 2016. In: **Free The Essence**. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.freetheessence.com.br/sustentabilidade/na-rua/ecovilas-o-que-sao/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

MAÇANEIRO, Marlete Beatriz; KUHL, Marcos Roberto. Estado da arte e o rumo do conhecimento científico em secretariado executivo: mapeamento e análise de áreas de pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 157-188, dez. 2013.

MACEDO, Sonia Gyssela Hernández. **Abastecimento de água e esgotamento sanitário em ecovilas**. 2011. 248 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

MACHADO, Antonio Jaschke; FELICIO, Ricardo Augusto. Ambientes atmosféricos modificados pelo homem e suas verdadeiras implicações. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 7, n. 8, p. 1213-1230, 2011.

MAFFESOLI, Michel. Comunidade de destino. Trad. Ana Luiza Carvalho da Rocha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, pp. 273-283, jan./jun. 2006.

MAJEROWICZ, Ilana. 10 ecovilas e comunidades visitadas pelo Ecovilas Brasil. 8 abr. 2015. In: **Ecovilas Brasil: caminhando para a sustentabilidade do ser**. [S.l.]. Disponível em:

<<http://www.ecovilasbrasil.com.br/as-10-ecovilas-e-comunidades-visitadas-pelo-ecovilas-brasil/>>. Acesso em: 7 abr. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6a. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARE, E. C. **A Concise History of the Global Ecovillage Movement**. Village Design Institute, 2000.

MARTINI, Rafael Gué. **Educação e comunicação em ambiente associativo: website como um dispositivo de educomunicação**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2009.

MATHEUS E SILVA, Luis Fernando De. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)**. 2013. 336 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

MATHEUS E SILVA, Luis Fernando de. Viver de forma sustentável ou contribuir para a sustentabilidade do capital? As contradições que permeiam a práxis das ecovilas em tempos neoliberais. **Geografias**, Belo Horizonte, vol. 10, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2014.

MATTOS, Taisa Pinho. **Ecovilas: A construção de uma cultura regenerativa a partir da práxis de Findhorn, Escócia**. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **The limits to growth - a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind**. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MEGID, Jorge Neto. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de ciências no nível fundamental**. 1999. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MELTZER, G. **Sustainable Community. Learning from the cohousing model**. Victoria, Canada: Trafford, 2005.

MCDONOUGH, William; BRAUNGART, Michael. **Cradle to cradle: criar e reciclar ilimitadamente**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de; GOMES, Eliane Gonçalves; GUIMARÃES, Marcelo. Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 12., Goiânia, 2005. **Anais...** São José dos Campos: INPE, p. 3813-3820, 2005.

MOLLISON, Bruce Charles; HOLMGREN, David. **Permaculture one: A perennial agriculture for human settlements**. Tyalgum: Tagari, 1978.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4a. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, p. 169-181, 1994.

NASCIMENTO, Manuela Alvarenga do Nascimento. **As práticas alimentares na sociedade globalizada: O caso do movimento Slow Food**. 2014. 241 f. Tese (Doutorado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

NATIONAL GEOGRAPHIC ENCYCLOPEDIA. **Urban Area**. [S.I.]. 2011. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/urban-area/>>. Acesso em: 07/05/2018.

NETO, Nei de Freitas Nunes; DE LIMA-TAVARES, Marina; EL-HANI, Charbel Niño. **Teoria Gaia: de idéia pseudocientífica a teoria respeitável**. [online] 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/11/08.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

NEVES, JANE APARECIDA BUZZI PEREIRA; NEVES, LUIZ ANTÔNIO PEREIRA. Como planejar uma Pesquisa Científica. Sugestões para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, **SBC HORIZONTES**, v. 3, n. 3, p. 26-30, dez. 2010.

NORBECK, Martha. **Lessons from Nine Swedish Ecovillages**. [S.I.]: Fulbright Commission and the Swedish University of Agricultural Sciences, 2004. Disponível em: <<http://www.ekoby.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NORDHOFF, Charles. **The Communistic Societies of the United States**. Nova Iorque: Harper & brothers, 1875. Disponível em: <<http://www.sacred-texts.com/utopia/csus/index.htm>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

NUNES, Brunella. **Arembepe: aldeia hippie na Bahia que encantou Janis Joplin**. [S.I.]. 2016. Disponível em: <<https://quantocustaviajar.com/blog/arembep-aldeia-hippie-na-bahia/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

NUNES, Marcos. Ecovilas - Endereços atuais. 19 nov. 2015. In: **Contracultura Virtual**. [S.I.]. Disponível em: <<http://udigruditupiniqum.blogspot.com.br/2015/11/ecovilas-enderecos-atuais.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Trad. Christopher J. Tribe. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

OLIVEIRA, Izes Regina de; MILIOLI, Geraldo. **Sustentabilidade Urbana & Ecossistema: Relações entre a Sociedade, o Desenvolvimento e o Meio Ambiente nos Municípios**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

OLIVEIRA, Raquel Sonemann Wienke de. **Em comunhão com Pachamama: um estudo etnográfico sobre o movimento espiritual Mística Andina**. 2011. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Ferreira de. **Gráfico ilustrando os Estados e seu percentual de municípios**. [S.l.]. 01 nov. 2011. Disponível em: <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a5/GraficoTortasFreechart.png>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). [S.l.]. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Página institucional brasileira**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: [s.n.], 2018a. Não paginado, il. color. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A ONU e os assentamentos humanos**. [S.l.]: Nações Unidas no Brasil, 2018b. Não paginado. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/assentamentos-humanos/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

OXFAM. **Extreme Carbon Inequality. Oxfam Media Briefing**, 2015. [online] Disponível em: <[https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-en.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-en.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

OXFAM. **Privilégios que negam direitos: desigualdade extrema e captura política na América Latina e no Caribe**. Reino Unido: Oxfam GB, 2 ed., 2016.

PAZ, Hernán; FAÚNDEZ, Natalia. Brasil Sur; Brasil Centro. 21 abr. 2013. 2 mapas, color. In: **Mapa EcoAldeas AbyaYala**. [S.l.]. Disponível em: <<http://ecoaldeasabyayala.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

PEREIRA, Elenita Malta. **A ética do convívio ecossustentável: uma biografia de José Lutzenberger**. 2016. 630 f. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

PIMENTEL, Paula Emília Oliveira. **Em busca da sustentabilidade: expressões espaciais da permacultura no Distrito Federal**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

PROTTI, Ligia Maria Conforti. **Habit(arte) em "Residência Artística Terra Una"**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014. [somente citação]

RAINHO, Lúcia Cristina da Silva. **As tecnologias ambientais nas ecovilas: um exemplo de gestão da água**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

RIBEIRO, Fernando Pinto. **Os paradigmas neo-liberal e ambiental na construção da cidade contemporânea: Tramas e tendências do discurso hegemônico da sustentabilidade na Europa e no Brasil**. 2014. 310 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014.

RIBEIRO, H. C. M.; CIRANI, C. B. S.; FREITAS, E. J. Análise da Produção Científica da Revista de Administração e Inovação. **Review of Administration and Innovation - RAI**, v. 10, n.4, p. 208, 2013.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90**. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ROSA, Lana Mignone Viana. **Inspirações e Aspirações do Marizá Epicentro (Tucano, BA): as contribuições de uma Ecovila no panorama socioambiental brasileiro**. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, RJ, 2014.

ROSZAK, Theodore. **The Making of a Counter Culture: Reflections on the Technocratic Society and Its Youthful Opposition**. Nova Iorque: Doubleday, 1969.

ROYSEN, Rebeca. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

SÆTTEDAMMEN. **Página oficial da comunidade**. Hillerød: [s.n.], 2018. Disponível em: <<http://www.xn--sttedammen-d6a.dk/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALDIVA, Paulo. Por uma cidade mais saudável. São Paulo: **Pesquisa FAPESP**, 2016. Entrevista concedida a Carlos Fioravanti. Disponível em:

<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/03/21/paulo-saldiva-por-uma-cidade-mais-saudavel/>>. Acesso em: 16/05/2016.

SANTORO, Renata Branco. **Conservação de energia em assentamentos humanos pela utilização da permacultura: um estudo no Instituto de Permacultura e Ecovila da Mata Atlântica**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado) Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, 2010.

SANTOS, Leticia dos. **A permacultura como dispositivo de resignificação do espaço geográfico**. 2015. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 1a. ed. São Paulo: HUCITEC, 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida. **A família transnacional da Nova Era e a globalização do ((amor)) em Alto Paraíso de Goiás, Brasil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2013.

SANTOS, Sara Jane Escouto dos. **Comunidades sustentáveis: autoridade e autonomia em questão**. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

SANTOS JR, Severiano José dos. **Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3, 2006, Brasília, **Anais...**, Brasília, DF: CEFET/BA; CDS-UnB, 2006. Disponível em: <[http://www.recriarcomvoce.com.br/blog\\_recriar/ecovilas-e-comunidades-intencionais-etica-e-sustentabilidade-no-viver-contemporaneo/](http://www.recriarcomvoce.com.br/blog_recriar/ecovilas-e-comunidades-intencionais-etica-e-sustentabilidade-no-viver-contemporaneo/)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SANTOS JR., Severiano José dos. **Zelosamente habitando a Terra: Ecovilas genuínas, espaço geográfico e a construção de lugares zelosos em contextos contemporâneos de fronteiras paradigmáticas**. 2016. Tese (Doutorado) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2016.

SASSEN, Saskia. The global city: Introducing a concept. **The brown journal of world affairs**, v. 11, n. 2, p. 27-43, 2005.

SciELO. **Modelo de publicação eletrônica para países em desenvolvimento**. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/level.php?component=56&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SILAS, Guerriero. Caminhos e descaminhos da contracultura no Brasil: o caso do Movimento Hare Krishna. **Revista Nures**, São Paulo, n. 12, maio/ago. 2009. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/revistanures/Revista12/nures12\\_silas.pdf](http://www.pucsp.br/revistanures/Revista12/nures12_silas.pdf)>. Acesso em: 16 dez. 2017.

SILVA, Rosemary Cristina da. Avaliação da informação científica em Bibliometria aplicada às Ciências da Saúde. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013. **Anais...**, Florianópolis, SC: FEBAB, 2013. p. 3324-3339.

SILVA, Sandra Regina Mota. **Indicadores de Sustentabilidade Urbana: as Perspectivas e as Limitações da Operacionalização de um Referencial Sustentável**. 2000. 272 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2000.

SILVÉRIO, Maria. **BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes**. Estudos - Análises CIES Observatório das Desigualdades, 2010. [S.l.]. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SIMAS, Ana Carolina Beer Figueira. **COMUNICAÇÃO E DIFERENÇA: estudos em comunicação colaborativa para a sustentabilidade comunitária**. 2013. 397f. Tese (Doutorado) Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

SINDEAUX, Alisson; FREITAS, Henny. **Proposta de Reestruturação do CASA BRASIL**. In: Brasil mailing list. Lista mantida pelo CASA Brasil. Disponível em: <[brasil@casa.ecovillage.org](mailto:brasil@casa.ecovillage.org)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SIQUEIRA, Gabriel De Mello Vianna. **Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudos**. 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

SPERONI, Rafael de Moura; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur; GAUTHIER, Fernando A. Ostuni. Estado da arte da produção científica sobre indicadores e índices de inovação. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 12, n.4, p. 49-75, out./dez. 2015.

SMUTS, Jan Christiaan. **Holism and evolution**. Londres: Macmillan and Co., 1926.



SOUSA, Getúlio Cavalcante de. Herança da contracultura: a comunidade hippie de Arembepe, Camaçari-Bahia (1970-2012). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343314\\_ARQUIVO\\_HERANCADACONT RACULTURA-simposio.pdf](http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371343314_ARQUIVO_HERANCADACONT RACULTURA-simposio.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

SOUZA, Daniele Tubino Pante de. **Ecovila Ekoa**. 2008. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Além da Escola: reflexões teórico metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P.** 2016. 192 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP, 2016.

THE FARM. **Página oficial da comunidade**. Summertown: [s.n.], 2018. Disponível em: <<http://thefarmcommunity.com/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

THOREAU, Henry David. **Walden or Life in the Woods and On the Duty of Civil Disobedience**. [1854] Nova Iorque: Pocket Books, 2004.

TORRES, Pedro Henrique Campello. Gentrificação verde novos debates, abordagens e agendas de luta na cidade contemporânea. [S.l.]. **e-metropolis**, n. 31, ano 8, dez., 2017.

UNITED NATIONS. **The World's Cities in 2016: Data Booklet (ST/ESA/SER.A/392)**. Nova Iorque: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/publications/databooklet/index.shtml>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2016: Human development for everyone**. Canadá: Lowe-Martin Group, 2016. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano/r dhs-globais.html>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

UNITED NATIONS HABITAT III. **Policy paper 8 - Urban Ecology and Resilience**. Quito: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/Policy-Paper-8-English.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

UNITED NATIONS HABITAT III. **New Urban Agenda**. Quito: United Nations Habitat III Secretariat, 2017. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: HUCITEC, 1991.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, pp. 333-353, 2006.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 39-52, 2010.

VEM ANDAR COMIGO. **Vila Hippie – Arembepe**. [S.l.]. 2016. Disponível em: <<http://www.vemandarcomigo.com.br/project/vila-hippie-arembepe/>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

VIEIRA, Pedro Henrique Aguiar. **Saneamento ambiental do Ecocentro Social Vila dos Sonhos, Santana do Deserto/MG: Diagnóstico preliminar dos mananciais superficiais**. 2014. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2014.

VIEIRA, Tuca. **A foto da favela de Paraisópolis**. 2003. 1 fotografia. Color. Disponível em: <<http://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisopolis>>. Acesso em: 21 out. 2017.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecológica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.3, fev. 1987.

VIVACQUA, Gustavo. **Arembepe (BA)**. [S.l.]. Sem data. Disponível em: <<http://www.viagensmaneiras.com/viagens/arembepe.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

WAGNER, Felix. Ecovillage Research Review. In: WAGNER, Felix; ANDREAS, Marcus (Eds.). **Realizing Utopia: Ecovillage Endeavors and Academic Approaches**, RCC Perspectives, n. 8, p. 81–94, 2012.

WHOLE EARTH. **WHOLE EARTH CATALOG 1968**. [S.l.]. 1968. Disponível em: <[https://monoskop.org/images/0/09/Brand\\_Stewart\\_Whole\\_Earth\\_Catalog\\_Fall\\_1968.pdf](https://monoskop.org/images/0/09/Brand_Stewart_Whole_Earth_Catalog_Fall_1968.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2017.

WEBER, Beatriz Teixeira; FERRAZ, Giovan Sehn. A construção da alternativa: contracultura, movimento alternativo e ecovilas. **PLURA, Revista de Estudos de Religião da ABHR**, v. 7, n. 1, jan-jun, p. 405-438, 2016.

WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. **American journal of sociology**, v. 44, n. 1, p. 1-24, 1938.

WORLD WILDLIFE FUND FOR NATURE. **A família das Pegadas**. [S.l.]. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/pegada\\_ecologica/a\\_familia\\_das\\_pegadas/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/a_familia_das_pegadas/)>. Acesso em: 11 dez. 2017.

YOSHIDA, Nelson D. Análise bibliométrica: um estudo aplicado à previsão tecnológica. **Future Studies Research Journal**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 52-84, jan./jun. 2010.

# Apêndice I

É fato que há pessoas procurando ecovilas por aí com intuito de agregar-se a algum grupo já formado ou conhecê-los para inspirarem-se e criar novos projetos. Para tanto, é preciso que informações básicas sobre as comunidades estejam disponíveis para que os interessados possam localizá-las e fazer contato. Muitas ecovilas estão receptivas à visita e a novas adesões. Cada comunidade desenvolve seu estilo de vida, por isso é importante a quem deseja uma mudança de residência poder conhecer os espaços, as regras, os membros, enfim, o contexto específico de cada local para avaliar se há compatibilidade de ideias, anseios, filosofias e modos de vida, além de factibilidade econômica.

Há também muitas pessoas ativas no manejo sustentável do hábitat, não somente em ecovilas. A diferenciação entre os registros auxilia identificar locais onde se realizam atividades educacionais e turísticas, importantes locais de sensibilização e de difusão de valores e práticas para a sustentabilidade. Portanto, apresenta-se aqui um material que reúne iniciativas existentes no país, de modo a auxiliar a difusão de seus valores e práticas, bem como sua localização.

Os Quadros A.1 a A.5 apresentam uma listagem categorizada de "A" a "E" (conforme proposto no Quadro 4.8) dos registros encontrados nos estados e municípios brasileiros. Não há registros sob a categoria "F", que é conceitual. Dentre os que foram assinalados como "SO", figuram 6 estudos de caso que foram analisados na perspectiva da sustentabilidade das ecovilas em trabalhos acadêmicos reunidos no capítulo 3, mas são de outros tipos:

- O sítio de alguns dos descendentes diretos do ex-escravo reprodutor Roque José Florêncio "Pata Seca", localizado no distrito de Santa Eudóxia, São Carlos, SP (SOUZA, 2016);

- Três bairros destacados da malha urbana principal da cidade de Ilhéus, BA, sendo uma antiga povoação jesuítica elevada a Estância Hidromineral e que reúne uma comunidade tradicional indígena, uma comunidade rural com potencial turístico em desenvolvimento e um centro comercial próximo à universidade de origem do estudo (DIAS, 2009);
- Duas comunidades oriundas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em São Paulo, SP e região metropolitana (LOZANO, 2009);

Dos 195 registros mapeados, além dos 6 acima mencionados, 22 não forneceram informações suficientes para serem considerados na categorização proposta. Dos 167 registros restantes (100%), tem-se: 2,99% na categoria A; 26,95% na categoria B; 19,76% na categoria C; 6,59% na categoria D e 43,71% na categoria E. Portanto, obteve-se para a categoria "Ecovilas" (E) quase metade dos registros considerados, resultado que supera os 16% e os 32,1% obtidos por Macedo (2011) e Santos Jr. (2016), respectivamente, para a categoria "Ecovilas" nas análises de suas amostras.

## I. Região Norte

Quadro A.1: Registros na Região Norte.

LEGENDA: A (falso-positivo), B (ecomércio, ecocentro), C (ecocasa, ecosítio), D (econdomínio, ecobairro), E (ecovilas), SO (s/ inf., outros)			
Estado	Município	Nome	Categoria
AM	Pauini	Vila Céu do Mapiá	E
AM	Presidente Figueiredo	Abra144	E
AM	Presidente Figueiredo	Oiyakaha	C
AM	Manaus	Tauá Porã Vila Mundo	C
AM	itinerante	Into the Amazon Jungle	SO
AM	Manaus	Instituto de Permacultura da Amazônia (IPA)	B
PA	Belém	Ecovila Belém	SO
PA	Santarém	Eccomuna Espaço Ecológico	C
RR	Boa Vista	Pratterra	SO

Fonte: Elaboração própria

Na região Norte foram encontradas 2 ecovilas, ambas no estado do Amazonas. Ao todo foram 9 registros em 6 cidades e 3 estados (Quadro 5.1): Amazonas (6), Pará (2), Roraima (1).

## II. Região Nordeste

Já a região Nordeste apresentou 16 ecovilas (Quadro A.2), distribuídas em somente 5 dos seus 9 estados. Percebe-se uma alta concentração na Bahia (75%) e uma tímida dispersão no Ceará (2), em Pernambuco (1) e no Maranhão (1).

Quadro A.2: Registros na Região Nordeste.

LEGENDA: A (falso-positivo), B (ecomércio, ecocentro), C (ecocasa, ecosítio), D (econdomínio, ecobairro), E (ecovilas), SO (s/ inf., outros)			
Estado	Município	Nome	Categoria
PB	João Pessoa	Ecovila Felicidade	SO
PE	Recife	Ecocentro Bicho do Mato	E
CE	Aracati	Ecoaldeia Flecha da Mata	E
CE	Fortaleza	Cura do Planeta	SO
CE	Fortaleza	Sabiaguaba	SO
CE	Pindoretama	Vila Nova do Alagamar	E
MA	Coquilha	Sítio Panakui	C
MA	Loreto	Povoado Mato Grosso	E
RN	Parnamirim	Ecovila Delícias	SO
RN	Tibau do Sul	Ecovila Spa da Alma	B
BA	Camaçari	Aldeia Hippie de Arembepe	E
BA	Ilhéus	Comunidade Solaris	E
BA	Ilhéus	Oliveira	SO
BA	Ilhéus	Banco da Vitória	SO
BA	Ilhéus	Salobrinho	SO
BA	Irecê	Instituto de Permacultura em Terras Secas (IPETERRAS)	E
BA	Itacaré	Fazenda Abracadabra	C
BA	Itacaré	Ecopol	B
BA	Maraú	Centro-Ecovila Inkiri Piracanga	E

BA	Mata de São João	Projeto Ecovila Semente	E
BA	Mucugê	Projeto Gaya	C
BA	Nova Viçosa	Ecovila Caminho de Abrolhos	A
BA	Palmeiras	Fazenda Pousada Riachinho	B
BA	Palmeiras	Comunidade Campina	E
BA	Palmeiras	Rodas do Arco-Íris	SO
BA	Palmeiras	Lothlorien	E
BA	Salvador	Comunidade Morada da Paz	E
BA	Simões Filho	Fundação Terra-Mirim Centro de Luz	E
BA	Tucano	Marizá Epicentro de Cultura e Agroecologia	E
BA	Umburanas	Ecovila Barriguda da Onça	B
BA	Uruçuca	Ecovila Flor das Águas	E
BA	Valença	Ecovila perto de Serra Grande	E
BA	Dário Meira	Ecofazenda João de Barro	B

Fonte: Elaboração própria

### III. Região Centro-Oeste

O Quadro A.3 mostra que, assim como a região Nordeste, o Centro-Oeste também registrou 16 ecovilas, das quais 81,25% no estado de Goiás e 12,50% no Distrito Federal. Mato Grosso possui somente uma ecovila e Mato Grosso do Sul, nenhuma.

Quadro A.3: Registros na Região Centro-Oeste.

LEGENDA: A (falso-positivo), B (ecomércio, ecocentro), C (ecocasa, ecosítio), D (econdomínio, ecobairro), E (ecovilas), SO (s/ inf., outros)			
Estado	Município	Nome	Categoria
GO	Abadiânia	Tribal Simplicity	E
GO	Alto Paraíso de Goiás	Sítio Flor de Ouro	C
GO	Alto Paraíso de Goiás	Associação Cúpulas de Saint Germain	B
GO	Alto Paraíso de Goiás	Cidade da Fraternidade (CIFRATER)	E
GO	Alto Paraíso de Goiás	Comunidade Osho Lua	E
GO	Alto Paraíso de Goiás	Ecoaldeia Portal de Luz	E

GO	Alto Paraíso de Goiás	Ecovila Vale Dourado	B
GO	Alto Paraíso de Goiás	Fazenda Bona Espero, Fazenda Escola	B
GO	Alto Paraíso de Goiás	Flor de Ouro Vida Natural	C
GO	Alto Paraíso de Goiás	Fundação Arcádia	B
GO	Alto Paraíso de Goiás	Fundação Ordem Santo Graal	SO
GO	Alto Paraíso de Goiás	Instituto Biorregional do Cerrado (IBC)	E
GO	Alto Paraíso de Goiás	Instituto Quinta Essência	B
GO	Alto Paraíso de Goiás	Serenity House	E
GO	Alto Paraíso de Goiás	Chakra Coração	SO
GO	Alto Paraíso de Goiás	Mariri Jungle Lodge	B
GO	Aragoiânia	Goiasnat – Associação Goiana de Naturismo	B
GO	Aragoiânia	Vale do Éden	E
GO	Cavalcante	Quilombo Kalunga	E
GO	Cavalcante	Ecovila Arco-Íris	E
GO	Goiânia	Comunidade Asha	B
GO	Pirenópolis	Ecocentro - Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado (IPEC)	E
GO	Pirenópolis	Casa Autônoma	B
GO	Pirenópolis	Comunidade FraterUnidade	E
GO	Pirenópolis	Santuário Vagafogo (RPPN)	C
GO	Pirenópolis	Terra Nostra	B
GO	Pirenópolis	Fraternidade Espiritualista Vale Dourado	E
GO	Planaltina	Ecovila da Lagoa	D
GO	Santo Antônio do Descoberto	Cidade Eclética Fraternidade Universal	E
GO	São João D'Aliança	Ecovila da Montanha	B
GO	Terezópolis de Goiás	Fazenda Santa Branca	B
GO	Terezópolis de Goiás	Ecovila Santa Branca	D
DF	Brasília	Chácara Asa Branca (IPOEMA)	E
DF	Brasília	Mini-Ecovila Oca do Sol	C
DF	Brasília	Templo da Deusa – Wiccan Village	E
DF	Brasília	Setor Noroeste Ecovila	A
MT	Chapada dos Guimarães	Ecovila Vale Sagrado	E

Fonte: Elaboração própria



#### IV. Região Sudeste

No Quadro A.4, contam-se 23 ecovilas localizadas na região Sudeste, com uma distribuição dispersa entre os estados de São Paulo (34,78%), do Rio de Janeiro (26,08%) e de Minas Gerais (39,13%). Não houve nenhum tipo de registro para o Espírito Santo. No total, o Sudeste apresentou mais que o dobro do número de registros em comparação às regiões Sul e Centro-Oeste, que empatam em segundo lugar no total de casos identificados. O Sudeste também superou numericamente as demais regiões para todas as categorias propostas.

Quadro A.4: Registros na Região Sudeste.

LEGENDA: A (falso-positivo), B (ecomércio, ecocentro), C (ecocasa, ecosítio), D (econdomínio, ecobairro), E (ecovilas), SO (s/ inf., outros)			
Estado	Município	Nome	Categoria
RJ	Bom Jardim	Instituto de Tecnologia Intuitiva e Bio-Arquitetura TIBÁ	E
RJ	Cachoeiras de Macacu	Ecovila Eqüestre Desempenho	C
RJ	Duque de Caxias	Ecovila Chapéu do Sol	B
RJ	Magé	Ecovila El Nagual	E
RJ	Magé	Sítio Curupira	C
RJ	Nova Friburgo	Instituto Pindorama	E
RJ	Paraty	Ecovila Oásis Mundo	SO
RJ	Paraty	Comunidade Goura Vrindavana	E
RJ	Paty do Alferes	Ecovillage Self-Sufficient Community	D
RJ	Rio de Janeiro	Mirako Concept	B
RJ	Silva Jardim	Aldeia da Mata Atlântica	E
RJ	Teresópolis	Comunidade Nova Terra	B
RJ	Vassouras	Purna Ananda Ashram Ecovila Integral (Fazenda Plenitude)	E
MG	Araçuaí	Arassussa	B
MG	Aiuruoca	Comunidade do vale do Matutu (Fundação Matutu)	E
MG	Aiuruoca	Purani Valley	C
MG	Baependi	Céu do Gamarra	E
MG	Belmiro Braga	Unidade Mestre Ananda Kirtana	E

MG	Belo Horizonte	Cipó / 4 Cantos do Mundo	B
MG	Carmo da Cachoeira	Fazenda Figueira	E
MG	Carrancas	Agrovila Carrancas	SO
MG	Diamantina	Comunidade Terra do Sol	C
MG	Itamonte	Ecovila Viver Simples (Instituto Tao das Artes)	C
MG	Juiz de Fora	Ecovila Viva	C
MG	Lambari	Sítio Esperança	B
MG	Liberdade	Ecovila Terra Una	E
MG	Sabará	Ecovilas Projeto Hólon (Instituto Renascer)	B
MG	São Lourenço	Ecovila Águas de Contendas	D
MG	São Lourenço	Mato Dentro	SO
MG	São Thomé das Letras	Cidade das Estrelas (Imagick)	C
MG	São Thomé das Letras	Comunidade Harmonia	B
MG	São Thomé das Letras	Ecoetrix Parquescola	B
MG	São Thomé das Letras	Ecovila Projeto Ceppaxc	SO
MG	São Thomé das Letras	Sociedade Brasileira de Eubiose	B
MG	Serro	Ecovila Ayrumã	E
MG	Sete Lagoas	Sete Ecos	C
MG	Soledade de Minas	Comunidade Aham Prema (Mato Dentro)	E
MG	Viçosa	Ecovila Palmital	E
SP	Botucatu	Estância Demétria	D
SP	Campinas	Eco Vila Tipuana Campinas	A
SP	Campinas	Ecovila Santa Margarida	D
SP	Campinas	Ecovila São Luiz	D
SP	Campinas	Ecocasa Kripa Madhu	C
SP	Cunha	Comunidade Flor das Águas	E
SP	Cunha	Ecovila Cunha	C
SP	Cunha	Source Temple	E
SP	Franca	Sítio Magdala	B
SP	Franco da Rocha	Assentamento Dom Tomás Balduino	SO
SP	Indaiatuba	Aboré Permacultura	B
SP	Itapecerica da Serra	Ecovila Lua Cheia	E
SP	Ibiúna	Ecovilas Orgânicas	B
SP	Jaguariúna	Vila Yamaguishi	E
SP	Joanópolis	Sítio Esmeralda	B

SP	Juquitiba	Ecovila Alvorada	D
SP	Mairinque	Ecovila Franciscana	SO
SP	Mirandópolis	Comunidade Yuba	E
SP	Mogi das Cruzes	Estação Bem-te-vi	C
SP	Nazaré Paulista	Nazaré Universidade da Luz (Uniluz)	B
SP	Ourinhos	Casa Pangea	B
SP	Piracaia	Ecovila Clareando	D
SP	Porangaba	Parque Ecológico Visão Futuro	E
SP	Ribeirão Bonito	Ecolméia Salvagua	B
SP	São Carlos	Associação Veracidade	B
SP	São Carlos	Ecovila Tibá	E
SP	São Carlos	Fazenda da Toca Orgânicos	C
SP	São Carlos	Sítio Pata Seca	SO
SP	São Paulo	Amaradia	SO
SP	São Paulo	Ecocasa Ateliê da Luz	B
SP	São Paulo	Ecohouse Natingui	C
SP	São Paulo	Comunidade Dedo Verde	C
SP	São Paulo	Morada da Floresta	C
SP	São Paulo	Casa dos Hólons	C
SP	São Paulo	Casa Jaya	B
SP	São Paulo	Acampamento Irmã Alberta	SO
SP	São Pedro	Ecovila De São Pedro	SO
SP	São Roque	Ecovila UR	E
SP	Serra Negra	Ecovila Serra Serena	B
SP	Ubatuba	Ecovila Corcovado - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (IPEMA)	E
SP	Valinhos	Ecovilla Boa Vista	A

Fonte: Elaboração própria

## V. Região Sul

A Região Sul retornou 17 registros que foram classificados como ecovilas (Quadro A.5), sendo mais da metade deles encontrados no Rio Grande do Sul (56,25%), 25% em Santa Catarina e 18,75% no Paraná.

Quadro A.5: Registros na Região Sul.

LEGENDA: A (falso-positivo), B (ecomércio, ecocentro), C (ecocasa, ecosítio), D (econdomínio, ecobairro), E (ecovilas), - (s/inf.)			
Estado	Município	Ecovila	Categoria
PR	Curitiba	Comunidade Doze Tribos	E
PR	Curitiba	Ecovila Aliança	SO
PR	Curitiba	Jaguarapira Wildlife Reserve	C
PR	Guaraqueçaba	Comunidade Rio Verde	E
PR	Palmeira	Colônia de Witmarsum	E
SC	Águas Mornas	Sítio dos Sonhos	SO
SC	Alfredo Wagner	Ajubaí Eco Comunidade	SO
SC	Antônio Carlos	Bio Aldeia Arawikay	E
SC	Camboriú	Espaço Rural Panaceia	C
SC	Campo Alegre	Ecovila Alto-Quiriri	SO
SC	Florianópolis	Comunidade Daimista Céu do Patriarca (ecovila São José)	E
SC	Florianópolis	Ecovila da Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal (ICEFLU)	E
SC	Florianópolis	Ecovila Sítio Cristal Dourado (Instituto Anima)	B
SC	Florianópolis	Instituto Çarakura	B
SC	Santa Rosa de Lima	Ecovila Encostas da Serra Geral	D
SC	Garopaba	Gaia Village	B
SC	Garopaba	Velatropa Escola da Consciência Planetária	SO
SC	Palhoça	Ecovila Sambaqui	A
SC	São Pedro de Alcântara	Yvy Porã	C
SC	Urubici	Ecovila Florescer (RPPN)	E
RS	Alpestre	Ecovila Dom José	E
RS	Bagé	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa (IPEP)	E
RS	Caxias do Sul	Ecovila Rainha da Floresta	E
RS	Lindolfo Collor	Ecovila Bambu	E
RS	Pelotas	Sítio Amoreza	C
RS	Pantano Grande	Fundação Gaia (José Lutzenberger)	B

RS	Porto Alegre	Ecocentro da Coxilha	B
RS	Porto Alegre	Eco10 Instituto de Permacultura do Rio Grande do Sul (IPERS)	B
RS	Porto Alegre	Naturalmente	C
RS	Porto Alegre	Sítio Gravatá	C
RS	Santa Cruz do Sul	Ecovila Karaguatá	E
RS	São Francisco de Paula	Associação Ecológica Portal do Sol	D
RS	São Francisco de Paula	Instituto Arca Verde	E
RS	Três Cachoeiras	Nossa Ecovila	C
RS	Triunfo	Comunidade Morada da Paz	E
RS	Viamão	Comunidade Osho Rachana	E
RS	Viamão	Família Comunindios – Sítio da Amizade	E

Fonte: Elaboração própria

## V. Resumo regional

O Quadro A.6 apresenta os resultados regionais segundo a categorização proposta.

Quadro A.6: Resumo categorizado dos resultados regionais.

<b>Categoria / Região</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>E</b>	<b>SO</b>	<b>Total</b>
<b>N</b>	0	1	3	0	2	3	<b>9</b>
<b>NE</b>	1	5	3	0	16	8	<b>33</b>
<b>CO</b>	1	12	4	2	16	2	<b>37</b>
<b>SE</b>	2	21	16	7	23	10	<b>79</b>
<b>S</b>	1	6	7	2	16	5	<b>37</b>
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>45</b>	<b>33</b>	<b>11</b>	<b>73</b>	<b>28</b>	<b>195</b>

Fonte: Elaboração própria.